



## COMÍCIO EM COIMBRA COM A PARTICIPAÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL

O comício do nosso Partido em Coimbra, no domingo passado, onde esteve o camarada Álvaro Cunhal, reuniu milhares de pessoas, militantes e simpatizantes do PCP que acompanharam com o maior interesse a exposição feita pelo secretário-geral do Partido Comunista Português.

Entretanto, na tarde do mesmo dia, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se à vila de Tortosendo, zona

industrial e um dos redutos progressistas da Beira Baixa, que pelas suas tradições de luta foi alcunhada de «Vila Vermelha».

O comício comemorativo da inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP realizou-se no pavilhão em construção do Unidos Futebol Clube. Mais de duas mil pessoas, de Tortosendo e também da Covilhã e aldeias em redor, afirmaram a sua presença. Para além do

camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos numa das páginas interiores, falou pela UJC a camarada Sílvia Mendes.

Após a inauguração das novas instalações do Centro de Trabalho, seguiu-se uma sessão de canto livre com a presença de Samuel e José Manuel Osório, que nessa noite se deslocaram à aldeia próxima de Cortes, convivendo com a juventude local.

## A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS ELEIÇÕES ANALISADAS PELO COMITÉ CENTRAL

A situação política actual e a questão das eleições foram analisadas pelo Comité Central do Partido Comunista Português, reunido em sessão plenária no passado dia 14. Da reunião do CC do nosso Partido saiu um comunicado, que foi lido aos representantes dos órgãos de Informação pelo camarada Álvaro Cunhal, no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada no Centro de Trabalho de Alcântara do PCP.

O comunicado do Comité Central do nosso Partido refere a necessidade da rápida conclusão da elaboração da Constituição e a sua entrada em vigor, como forma de se institucionalizar o novo regime democrático.

O CC do PCP, que se pronuncia pela realização tão pronta quanto possível das eleições para a Assembleia Legislativa, salienta que a regularidade e a legalidade de todos os trâmites eleitorais é condição indispensável para que as eleições possam ser dignas desse nome.

Apresentando-se às massas trabalhadoras como o grande partido da esquerda, o PCP considera que a defesa e a construção da democracia exigem que, nas próximas eleições, sejam combatidos e derrotados os partidos que visam a liquidação das liberdades e as conquistas da Revolução e a instauração de uma nova ditadura e se torne possível a criação de uma maioria de esquerda na Assembleia Legislativa e a criação de um governo de esquerda.

O Comité Central do nosso Partido resolveu convocar para o dia 14 de Março uma Conferência Nacional do PCP, com ampla representação de todas as organizações e com um único ponto na ordem de trabalhos: as eleições para Assembleia Legislativa.

Pág. 3

- A discriminação na Radiodifusão. Portuguesa — pág. 3
- O momento político e as eleições — pág. 3
- Nacionalizações, rumo ao socialismo — pág. 4
- Manifestação em Santarém — pág. 5
- UJC: canto livre e revolução — pág. 5
- Controlo operário: uma experiência em marcha — pág. 8
- O XXV Congresso do PCUS — págs 9 e 10
- Angola e Vietname — a confiança no futuro — pág. 12



Pág. 12

## O POVO ANGOLANO VENCERÁ!

## DELEGAÇÃO DO NOSSO PARTIDO VISITA PAÍSES SOCIALISTAS

«O estreitamento das relações de amizade entre o Partido Comunista Português e os partidos comunistas dos países respectivos» é o objectivo fundamental da viagem que o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, iniciou no passado dia 16 a diversos países socialistas, na qual é acompanhado pelo camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. O programa da deslocação do camarada Álvaro Cunhal inclui a Bulgária, a Checoslováquia, a Roménia, a Jugoslávia e a URSS. Os embaixadores destes países em Portugal encontravam-se no aeroporto apresentando as suas despedidas aos nossos camaradas.

Presente também uma delegação do nosso Partido composta pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e os camaradas Albano Nunes, suplente do CC, e Domingues Lopes, da Secção Internacional.

«Essas relações — afirmou o camarada Álvaro Cunhal ao «Avante!» — contribuem de maneira positiva para o reforço da amizade entre o nosso povo e os povos dos países socialistas e, mesmo, para o reforço de cooperação entre o Governo Português e os governos socialistas. Esta viagem não só é útil e necessária para o nosso Partido mas também para o fortalecimento da cooperação entre o Estado Português e os Estados dos países socialistas que visito.»

Provavelmente, a estadia do camarada Álvaro Cunhal na URSS coincidirá com a realização do XXV Congresso do PCUS, a cujos trabalhos deverá assistir. Interrogado sobre este grandioso acontecimento, em cujos preparativos tem sido notável a mobilização de todo o povo soviético, respondeu-nos o camarada Álvaro Cunhal:

«Este congresso do PCUS, como todos os seus congressos, tem profunda repercussão não apenas na vida do partido e de todo o povo soviético mas também na vida de todos os povos. As realizações da União Soviética beneficiam, sem dúvida, em primeiro lugar, o próprio povo soviético mas estão ainda, intimamente ligadas ao combate dos trabalhadores de todo o mundo, à luta dos povos pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo.»

«Para o povo português, para o qual a União Soviética tem sido, desde sempre, activamente solidária, os êxitos da União Soviética são considerados legitimamente como exemplos que lhe interessam directamente e constituem uma contribuição, embora indirecta, para a vitória da democracia em Portugal» — concluiu o camarada Álvaro Cunhal.

Pág. 12



O embaixador da União Soviética, camarada Arnold Kalline, despedindo-se do camarada Álvaro Cunhal

## Editorial

# A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA NÃO PASSARÁ

As forças que hoje trabalham com afã para a recuperação capitalista do processo revolucionário português e consequentemente para a liquidação da democracia e da revolução em Portugal, são politicamente diversas e exprimem-se nas formas mais diversas, o que oculta por vezes a sua natureza comum.

Isto confunde frequentemente pessoas de boa fé. Confunde mesmo portugueses cujos interesses profundos se situam no polo oposto. Ora o que há de comum entre essas forças aparentemente tão diversas é a sua natureza de classe. Há uma fronteira entre os que trabalham para a reconstituição do poder dos monopólios em Portugal e os que prezam a quem defendem as liberdades e conquistas fundamentais da revolução portuguesa e essa fronteira é a que separa os explorados dos exploradores, os homens progressistas dos que querem mergulhar de novo o país no obscurantismo e na miséria.

É por demais evidente que as liberdades e a democracia estão em perigo e que a reacção prepara o assalto ao Poder.

Há os que abertamente, empunhando o archote e a matraça ou usando a bomba, tentam, pelo terror, suprimir de facto as liberdades do nosso povo; mas há também os que surdamente, no silêncio dos gabinetes, sob a fachada de grandes palavras como «pluralismo», «democracia», «liberdade de informação» e outros, estrangulam de facto a liberdade de imprensa, entravam a livre actividade dos partidos políticos progressistas e obstaculizam pelos processos mais absurdos o livre exercício do direito à greve e da liberdade sindical.

Uns e outros trabalham activamente para a recuperação capitalista em Portugal. Os partidos da direita (CDS, PPD, PPM e PDC) são directamente responsáveis pela escalada de violência e da desordem.

Eles e outros inspiram medidas antidemocráticas e restrições das liberdades.

O PCP não poupará esforços para defender a liberdade e a democracia, lutar sem desfalecimentos pela democratização da vida nacional, pela construção de um autêntico regime democrático estável, ao abrigo das conspirações e dos golpes contra-revolucionários, defenderá incansavelmente as liberdades e os direitos dos cidadãos.

Trabalham para a reconstituição dos monopólios os que desenvolvem todos os esforços para anular as conquistas dos trabalhadores. A reacção é a expressão dos interesses do grande capital monopolista, dos grandes agrários, do imperialismo. Agravar a exploração dos trabalhadores, impor-lhes mais duras condições de trabalho para garantir altos lucros aos exploradores, é uma actividade a que se entregam a diversos níveis os servidores do grande capital.

Os responsáveis pelo aumento do custo de vida devem buscar-se nos que ao mesmo tempo que decidem congelar os salários dão livre curso aos preços; nos que aprovam as indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários e defendem os interesses do patronato reaccionário contra os da classe operária e de todos os trabalhadores.

Quando se protela a contratação colectiva por prazos incomportáveis para os trabalhadores, quando de uma penada se pretende suprimir o controle e a gestão operária, quando se agravam por desequilíbrios fiscais as diferenças entre os salários e os altos rendimentos é aos grandes capitalistas e exploradores que se presta um serviço e se beneficia.

O PCP não tem nem nunca teve responsabilidades na política económica do país em qualquer dos governos em que tem participado e participa. As acusações do dr. Mário Soares, cujo partido tem uma alta responsabilidade nessa política, não têm qual-

quer sombra de verdade e têm simplesmente por objectivo inverter a realidade dos factos.

Trabalham activamente para liquidar as conquistas da revolução e para devolver aos seus antigos possuidores as fábricas e as terras, geridas por trabalhadores ou por administradores da confiança do povo, aqueles que fazem regressar patrões que foram autênticos depredadores dos bens colectivos e do produto do suor dos que trabalham e os colocam de novo ou tentam colocar à frente das explorações respectivas.

Impõe-se um fascista como Manuel Gonçalves à massa dos trabalhadores que o odeiam — mesmo quando alguns, por debilidade de consciência, pedem o seu regresso; pretende-se reinstalar os antigos senhores da FACAR contra a vontade unânime dos trabalhadores; destituiu-se a administração do pessoal da Martins & Rebelo — autênticos monopolistas dos lactínios em Portugal e nas Ilhas — e abre-se as portas da empresa ao patrão ou aos seus representantes mais directos.

Nos campos do Alentejo e do Ribatejo, forças sinistras activadas pelo CDS, pelo PPD e pelo PPM, querem destruir a Reforma Agrária. Ai partirão os dentes porque muitos milhares de assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores jogarão as suas vidas para defender conquistas que são das mais significativas da revolução. Lutando contra a Reforma Agrária no Sul os grandes agrários fascistas querem não somente recuperar as grandes propriedades que hoje florescem, pelo esforço dos que trabalham a terra, mas também impedir que os pequenos e médios agricultores das zonas do minifúndio beneficiem de medidas justas de protecção contra a rapina dos grandes, de uma lei de arrendamento que os favorece e que se impõe aplicar, de facilidades de crédito, preços mais justos, ajuda comercial contra os grandes intermediários. Por detrás da moça de Rio Maior de Galvão de Melo estão os interesses dos que sempre sugarão o suor e o sangue dos que laboram a terra.

O PCP lutar para que todos os latifúndios sejam entregues aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores, lutar para que sejam reconhecidas as novas unidades de produção das terras ocupadas, para que se levem por diante sérias medidas da ajuda técnica e financeira aos que trabalham a terra; lutar pelas reivindicações justas dos pequenos e médios agricultores, proprietários ou rendeiros.

Finalmente trabalham para a recuperação capitalista e para a liquidação da própria revolução os que advogam o regresso do MFA aos quartéis.

O PPD, o CDS e mesmo o PS atacam a participação responsável do MFA na vida política do país.

Os que advogam a dissolução do MFA e o regresso dos oficiais progressistas aos quartéis; os que querem afastar da actividade política os militares dispostos a não servir os interesses da reacção e dos monopólios; os que sob o pretexto de manipulação política das Forças Armadas pelos partidos progressistas, nomeadamente pelo PCP, o que é uma refinada calúnia, pretendem manipular de facto os militares ao serviço dos seus objectivos reaccionários de classe.

Quando o CDS e o PPD vêm publicamente exigir a dissolução do MFA isso quer dizer que o MFA e o Conselho da Revolução constituem obstáculos intransponíveis aos seus desígnios de recuperação do processo.

O PCP defende e defenderá a participação política dos militares através do seu movimento, como condição indispensável para a defesa da democracia e da liberdade, como condição para acautelar e defender as conquistas da revolução e para barrar o caminho ao fascismo.

O PCP considera, como antes, que o MFA, braço armado da revolução, deve continuar a ser o garante das conquistas do nosso povo, e todas as razões existem para confiar no espírito de decisão e na força dos militares que fizeram o 25 de Abril.

# A AOC TIROU A MÁSCARA

As "históricas" decisões de um congresso ou a contrarrevolução já tem de novo o seu castelo

O Povo português aguardava com expectativa; os órgãos de imprensa, nacionais e estrangeiros, gravador em punho, pacientes, à porta do Congresso, prontos a noticiarem na primeira página o grande evento; os estudiosos destes problemas aguardavam as decisões, prontos a lançarem-se à revisão de toda a matéria aprendida; o processo revolucionário como que parou no tempo, dependente das decisões dos congressistas. Portugal estava à espera. De norte a sul do país, transistores ligados, televisores acesos, esperava-se a todo o momento o resultado das Decisões.

A tremenda expectativa não foi gorada. A AOC resolveu mudar o seu símbolo. O castelo de Guimarães substituiu o martelo e a espiga. Do apoio ao PS passou-se ao apoio ao PPD. Portugal respirou, enfim, aliviado. Por todo o lado, a classe operária, as massas trabalhadoras, recebidas mais esclarecidas directrizes, retomava o seu trabalho.

O grupelho denominado AOC — outras vezes P'C de P'm — acabava de cometer mais alguns dados para a antologia do disparate e do reaccionarismo. Mostrando o castelo, os «aóques» deixavam cair a máscara. Mas quem são estes guardas avançados das forças da reacção? Quem são estes provocadores, cuja passagem pelo processo revolucionário se tem caracterizado pela constante arruaça, só comparável à utilizada pelos seus confrades do MRPP?

## DO APOIO AO PS...

A AOC não é conhecida da classe operária e das massas trabalhadoras do tempo da luta contra o fascismo. Não, nessa altura muitos dos seus ideólogos andavam pelos cafés de Paris a planejar as «revoluções» em Portugal. Tão-pouco, nos primeiros tempos de luta pela consolidação das liberdades e pela destruição do fascismo, alguém houve que tenha ouvido falar nestes jovens filhos-família.

Os provocadores da AOC começaram a ser conhecidos pelas suas acções antidemocráticas, tendentes a dividir os trabalhadores e a lançar a confusão entre a população. Agência nacional do imperialismo, infiltrou-se no Sindicato dos Químicos, onde levou a cabo uma política de traição à classe operária, de que os trabalhadores químicos ainda hoje estão lembrados. Mas, como os tempos mudam e as vontades também, hoje um dos seus adeptos ocupa lugar de destaque no Ministério do Trabalho...

Depois dos acontecimentos do 11 de Março e em virtude da sua actuação claramente contra-revolucionária, a AOC foi suspensa. Mas não se calou. Os seus membros começaram a escrever pelas paredes de algumas ruas de Lisboa que «os comunistas votavam no PS para

defenderem as liberdades». Estas farroncas, no entanto, não eram assinadas pela AOC, mas pelo outro nome desta filial do imperialismo. A manobra era clara: lançar a confusão no seio das massas trabalhadoras, dividi-las.

Mas a publicidade paga-se. Eis dirigentes do PS a apadrinhar a sua actuação provocatória em vários locais, nomeadamente sindicais. Graças aos serviços prestados, a AOC já ia sobrevivendo disputando, mas sempre em boa harmonia, as paredes das ruas aos esforços provocadores do MRPP. — Os que são iguais facilmente se unem...

## ...PASSANDO PELO APOIO AO PPD

Um dia, Eudónio Vilar, seu «educador e dirigente», descobre a China. E é-o, mais ao Guinote, transformado em defensor oficial da política chinesa em Portugal. E eis a AOC e o chamado P-C de P («m-l») transformado em agência de viagens para Pequim. Quem quer ir à China, vá ter com o Vilar...

Um belo dia, surge a notícia. O primeiro político português a visitar a China — depois de Vilar, claro — será o dr. Sá Carneiro. Houve confirmações, desmentidos. De

qualquer modo membros do PPD visitarão aquele país integrados numa delegação do tal «PCP(m-l)». As coisas começam, finalmente, a perceber-se: dantes seria o dr. Mário Soares o primeiro a visitar a China, por isso o voto no PS. Agora vai Sá Carneiro ou algum outro PPD — por isso voto no PPD.

E não será caso para nos admirarmos ser um dia destes, o «camarada» Vilar aconselhar o voto no Galvão de Melo, no Spínola ou, até, no Caetano. E será vê-los, todos contentes, a apanharem o primeiro «vião» para Pequim, como consequentes lutadores «anti-social-fascistas».

Quem deve andar muito zangado com todas estas negociações de viagens deve ser outro dos féis discípulos chineses, o «educador» Amado Matos, que ainda não conseguiu ser convido e não se percebe porquê.

## ...ATÉ AO CASTELO DE GUIMARÃES!

O apoio deste grupelho ao PPD é bem elucidativo da sua prática contra-revolucionária. Incapazes de conseguir qualquer apoio de massas, protegidos por

«padrinhos», os «aóques» lá vão prosseguindo a sua política de provocação às forças democráticas e revolucionárias.

Mas a sua decisão mais importante, no tão falado Congresso, foi certamente a momentosa questão do castelo de Guimarães. Panfleto turístico para propagandear os monumentos nacionais do nosso país na pátria de Confúcio? Ou alusão, velada, ao facto de Afonso Henriques, fundador da nacionalidade, ter sido também fundador da AOC? E se o problema era um monumento, porque não o Mosteiro da Batalha — perto de Rio Maior — ou o monumento dos Descobrimentos? Pelo menos este último já justificava a posição abertamente reaccionária sobre a independência de Angola.

A AOC tirou a máscara. Os poucos trabalhadores que estes jovens filhos-família conseguiram enganar podem agora compreender que nada de bom se pode esperar de quem, dizendo-se defensor da aliança operária-camponesa, apoia um partido reaccionário, contrário à Reforma Agrária, contrário ao processo revolucionário, representante dos capitalistas, dos monopolistas e latifundiários.



# A REFORMA AGRÁRIA NO SUL FAZ AUMENTAR A PRODUÇÃO

O objectivo dos trabalhadores das unidades colectivas é garantir o seu emprego e assegurar uma produção capaz de responder às necessidades do País — afirmou Vítor Louro, secretário de Estado da Reestruturação Agrária

Em entrevista concedida à ANOP, o secretário de Estado da Reestruturação Agrária, Vítor Louro, analisou algumas das principais questões da Reforma Agrária no sul do país, fazendo um balanço dos resultados até aqui obtidos, que considera positivos, pelo menos em dois pontos: a produção de cereais e o nível de emprego, e o desmentir calúnias alarmistas quanto à criação de gado.

Apesar de todo o processo de sabotagem que foi necessário enfrentar, lutando contra toda a espécie de dificuldades quase sempre sem qualquer apoio oficial, malgrado as campanhas de boatos e calúnias de que têm sido vítimas e contra todas as tentativas da reacção em deturpar a realidade, os resultados obtidos pela heróica luta do proletariado alentejano são constatáveis através da linguagem insofismável dos números, apesar

destes serem ainda apenas aproximados.

Como sublinhou o secretário de Estado da Reestruturação Agrária, há actualmente 611 unidades colectivas de produção instaladas em terras expropriadas, com mais de 100 mil trabalhadores rurais.

E prosseguiu: «Na falta de dados, mais concretos sobre a produção, há a salientar o aumento da superfície cultivada, e os resultados espectaculares do distrito de Santarém. Nas localidades do Cabeçal e Couço, a superfície cultivada este ano é três vezes superior à do ano passado; nas de Mora, Coruche e Montargil, é duas vezes superior.

«A quantidade de sementes requisitadas ao Instituto dos Cereais, só nos distritos do Sul, passou de 28 mil toneladas no ano passado e 41 mil toneladas neste ano, esperando-se que, em termos de produtividade, venha a corresponder ainda a um aumento maior, pois que se trata de sementes seleccionadas.

Para os que falam em diminuição da produção, não sei como interpretam os dados seguintes: nos mesmos distritos, a produção de trigo aumentou 24 por cento em relação a 1974».

Em relação às acusações de «abates selvagens de gado», de que têm sido vítimas os trabalhadores rurais alentejanos, Vítor Louro afirmou que tal não é correcto pois que, praticamente, em todas as unidades colectivas de produção o número inicial de cabeças de gado foi substancialmente aumentado.

«Houve efectivamente abate de gado no Alentejo, mas não por parte das unidades colectivas; e se não houve mais foi porque os Centros de Reforma Agrária conseguiram intervir o suficiente para impedir que este fosse calamitoso».

E a terminar: «Só maldosamente se pode afirmar que os trabalhadores fazem abates selvagens; basta ter visitado qualquer unidade colectiva de produção do Sul para saber o orgulho e cuidados com que os trabalhadores tratam o seu gado».

## VIOLÊNCIA REACCIONÁRIA EM MIRANDELA

«A campanha de ódio anticomunista, o terrorismo, a criação de um ambiente de intimidação entre as populações, as provocações contra o PCP e outras organizações progressistas, não são um fenómeno local, obedecem claramente a um plano geral das forças da direita para reinstaurarem uma ditadura fascista em Portugal. Certos órgãos de informação têm tido um importante papel na deterioração da situação democrática em diversas regiões, e no desenvolvimento de provocações contra o PCP e os seus militantes.»

As palavras que acima transcrevemos são um extracto de um comunicado da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP acerca da violência reaccionária desencadeada no passado dia 13, em Mirandela, e durante a qual foi destruído o último dos 5 centros de trabalho que o nosso Partido possuía no distrito de Bragança.

«Os acontecimentos em Mirandela vêm mais uma vez dar razão ao PCP, que repetidas vezes tem reclamado que as autoridades assumam as suas responsabilidades, reprimam os que violam a

ordem democrática e castiguem severamente os responsáveis pelos atentados terroristas», afirma-se, ainda, no comunicado da DORN do nosso Partido.

Referindo que destacados elementos locais do PPD e do CDS, alguns dos quais pertencentes à própria Comissão Administrativa da Câmara, participaram nos assaltos registados, a DORN do Partido Comunista Português salienta: «Numa altura em que se aproximam as eleições para a Assembleia Legislativa, o objectivo das forças reaccionárias e em particular do PPD e do CDS é a criação de um ambiente generalizado de intimidação e de medo que conduza à realização de eleições em condições antidemocráticas que permitam a vitória da direita, uma mascarada eleitoral.»

E, a terminar, refere o comunicado da DORN: «Os comunistas insistem na necessidade de serem adoptadas medidas urgentes e enérgicas em defesa das liberdades dos cidadãos e da garantia do direito de reunião, de propaganda e de instalação de sedes a todos os partidos políticos legalizados.»

## ENCONTRO DE JOVENS SOCIALISTAS E COMUNISTAS

Em ambiente de significativa camaradagem, efectuou-se recentemente um encontro entre jovens comunistas e socialistas. Os representantes das duas organizações procederam à troca de jornais, emblemas e outros materiais de propaganda.

No final, foi distribuído o seguinte comunicado conjunto: «Realizou-se no dia 17 um encontro entre delegações da JS e UJC de Moscavide, no qual se analisou a situação política. Verificou-se que para além das divergências existentes, existe uma vontade comum de fazer face à

direita, ao fascismo e ao terrorismo na defesa das conquistas dos trabalhadores e de exigir das autoridades militares o garante da ordem democrática.

A JS e a UJC consideram que a Reforma Agrária, as nacionalizações, as Comissões de Trabalhadores e Moradores, o Controlo Operário, são conquistas que é necessário defender com firmeza. A possibilidade de acções comuns, nomeadamente em solidariedade com a esquerda chilena foi abordada e será aprofundada no futuro.»

## 1.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

### RELATÓRIO DO COMITE CENTRAL

### DISCURSO DE ENCERRAMENTO

edição Avante!

A EDITAR BREVEMENTE

## TAREFA REVOLUCIONÁRIA!

ASSINAR O Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

## O camarada Álvaro Cunhal, no decorrer da conferência de imprensa, colocou a alternativa que resta aos dirigentes do PS: ou aliança com a reacção ou aliança com a esquerda

O camarada Álvaro Cunhal concedeu, no passado sábado, uma conferência de imprensa aos órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, durante a qual respondeu a questões que lhe foram formuladas pelos numerosos jornalistas presentes sobre a situação política nacional e as eleições.

O secretário-geral do Partido Comunista Português, que se encontrava acompanhado dos camaradas António Gervásio, membro da Comissão Política do CC, Pires Jorge, membro do Comité Central, e Aurélio Santos, membro suplente do Comité Central, começou por ler aos jornalistas presentes o documento saído da reunião do Comité Central e que transcrevemos noutro local.

Após a leitura desse documento, o camarada Álvaro Cunhal pôs-se à disposição dos jornalistas, um dos quais começou por perguntar se, dado que o nosso Partido se considera a grande alternativa de esquerda para as eleições para a Assembleia Legislativa, o facto de o Partido Socialista se poder vir a ganhar representaria um perigo para a revolução. O camarada Álvaro Cunhal afirmou:

«Nós pensamos que o Partido Comunista não estará nestas eleições em condições de ganhar mais de 50% dos votos. Mas pensamos que tão-pouco o Partido Socialista estará em condições de ter mais de 50%. Nenhum partido terá 50%. Isso significa que nenhum partido, no que respeita à Assembleia Legislativa, estará em condições só por si, de ter a maioria. Para quem conheça a realidade portuguesa, sabe que há partidos da direita reaccionária, que há o Partido Socialista, que há o Partido Comunista e há alguns outros partidos de esquerda, mas com relativa pouca influência de massas.

Pensamos que é possível, e mais, que é necessário evitar que os partidos da direita reaccionária, aproveitando a situação antidemocrática existente em algumas regiões, possam obter a maioria na Assembleia Legislativa. Sendo isto evitado, é fácil ver que a maioria dependerá um pouco da posição do Partido Socialista».

Proseguindo, o camarada Álvaro Cunhal analisou a situação que se coloca ao Partido Socialista nas próximas eleições: «Sózinho, não poderá governar. É necessário que se decida: ou aliança com a reacção ou, então, uma aliança com a esquerda. Mas seria bom que se decidisse, antes das eleições».

### CANDIDATOS DO PCP EM TODOS OS CIRCULOS

Respondendo a um jornalista que perguntou se o nosso Partido tencionava estabelecer qualquer tipo de alianças para as eleições, o camarada Álvaro Cunhal salientou:

«É uma questão a ver. Mas a nossa intenção é apresentar candidatos do Partido em todos os círculos eleitorais. Estamos, naturalmente, sempre dispostos a trocar impressões com todos os sectores políticos nacionais que estão interessados em defender as liberdades, em impedir o regresso ao passado fascista, em construir uma democracia no nosso país».

Acerca da rápida realização das eleições defendida pelo nosso Partido, uma jornalista pretendeu saber se haveria forças interessadas em adiar ou impedir dessas mesmas eleições. A citada jornalista pretendeu ainda saber se o nosso Partido teria informações acerca de possíveis manobras com vista à substituição do actual Presidente da República. O camarada Álvaro Cunhal disse:

«No nosso país há muitas forças que querem, não só adiar, mas impedir as eleições, que preferem uma ditadura à antiga maneira. Nós pensamos que a realização de eleições, mesmo tão condicionada como as próximas que estão à vista, podem contribuir para institucionalizar a democracia no nosso país. O perigo, o maior perigo que há em Portugal, hoje, é que não consigamos institucionalizar um regime democrático».

Referindo-se ao caso do Presidente da República, o camarada Álvaro Cunhal acentuou: «Não se trata de nenhuma informação secreta que nós tenhamos. Trata-se de afirmações públicas de elementos dirigentes de partidos da direita, que dizem que as eleições legislativas não devem ter lugar com este Presidente. Portanto, exigem ou a antecipação das eleições para a Presidência da República ou a simultaneidade das eleições legislativas e presidenciais. Isto a linguagem oficial, pública, de elementos da direita».

### A REACÇÃO TEM DUAS MÃOS

«Mas sugiro aos senhores jornalistas — prosseguiu o camarada Álvaro Cunhal — que procurem obter e ler os panfletos clandestinos das organizações fascistas que correspondem, na sua acção, aos mesmos objectivos destes partidos da direita. Aí podem ver a linguagem que é utilizada em relação ao Presidente da República: as ameaças de morte, os insultos mais grosseiros, dentro de uma perspectiva política que coincide com a dos partidos legais de direita».

E o camarada Álvaro Cunhal salientou: «A reacção tem duas mãos. Uma com luva branca, outra sem luva e com umas unhas bastante aguçadas. Para compreender a realidade portuguesa é necessário conhecer as duas mãos».

O camarada Álvaro Cunhal, seguidamente, respondeu a um jornalista que pretendeu saber a viabilidade de uma aliança entre o

PCP e o MDP/CDE: «Este partido ainda não decidiu a sua posição em relação às próximas eleições. Quando decidir a sua posição, veremos».

Proseguindo, o camarada Álvaro Cunhal definiu a atitude a tomar pelo Partido Comunista Português, caso o Partido Socialista venha a formar, na sequência das eleições, um governo homogéneo: «É verdade que dirigentes do Partido Socialista declararam a sua intenção de constituírem um governo homogéneo, sem alianças à direita nem à esquerda. O que nós perguntamos é como eles podem governar? Segundo a Constituição, um governo terá que ter o

que está esse apoio ao governo homogéneo».

### A VISITA AOS PAÍSES SOCIALISTAS

Mais adiante, o camarada Álvaro Cunhal salientou: «Mas, para vos ser ainda mais franco, quero dizer-vos que vi a alusão de um dirigente socialista à situação existente na Suécia, onde há um governo social-democrata, que não tem a maioria no Parlamento, mas que consegue ter a maioria graças a cinco votos comunistas, que não participam no Governo e que, até,

tem relações fraternais com numerosos partidos comunistas e operários. Tem havido encontros entre o nosso Partido e partidos irmãos, seja de países capitalistas, seja de países socialistas. Nos próximos dias partirá uma delegação do nosso Partido para uma visita a alguns países socialistas, concretamente à Checoslováquia, Bulgária, Jugoslávia, Roménia e União Soviética. Trata-se de uma visita muito rápida, em alguns casos com uma estadia que não excederá 24 horas, mas pensamos que contribuirá não apenas para o reforço das relações de amizade e cooperação entre o nosso Partido e os partidos comunistas dos paí-

vídeos que o tempo para a preparação era curto. E salientámos também que na Assembleia Constituinte era necessário trabalhar mais depressa. E têm de trabalhar muito depressa se querem fazer as eleições a 25 de Abril».

«Mas a questão é mais profunda e mais grave — advertiu seguidamente o camarada Álvaro Cunhal. — São os projectos de alteração política fora do quadro constitucional e legal, que levam alguns homens a entender que, num dia, se deve andar muito rápido e, no dia seguinte, entenderem que se deve andar mais devagar, segundo o cálculo que fazem das pressões da mais variada espécie com vista a

bre as consequências de Portugal ainda não ter reconhecido a República Popular de Angola. O secretário-geral do Partido Comunista Português começou por afirmar: «Do ponto de vista dos interesses de nosso povo e do nosso país é um erro muito grave. Já há muito tempo que devia ter sido reconhecido o Governo constituído em Luanda. Nós próprios nos batemos na noite de 10 para 11 para que fosse tomada uma posição pelo Governo português na primeira hora do dia 11. Nessa noite, que era a noite em que terminava o domínio colonial português e em que devia ser reconhecida a independência de Angola, os argumentos que apareceram para contrariar o reconhecimento era a impossibilidade do MPLA se manter em Luanda no dia 11. Dizia-se, nessa noite, que as forças militares que vinham do Sul tomariam Luanda. E, se chegava um telegrama a dizer que essas forças estavam a 100 quilómetros, então afirmava-se que seriam as tropas do norte a tomar Luanda».

O camarada Álvaro Cunhal prosseguiu: «E afirmava-se que Luanda estava a ser bombardeada, enquanto o que acontecia era que Agostinho Neto proclamava a República Popular de Angola. Mesmo naquele momento difícil, com toda essa desinformação, o nosso Partido defendeu o reconhecimento imediato da República Popular de Angola. E afirmou que seria o MPLA o futuro de Angola. Os factos comprovaram a nossa posição. «Já a maioria dos Estados africanos reconheceram a RPA, bem como muitos outros Estados do mundo. Qualquer dia será o Mer-

cado Comum, e os Estados Unidos, mais volta menos volta, serão forçados a reconhecer. E nós temos bastante que o Governo Provisório esteja à espera que os governos dos grandes países reconheçam a RPA para o fazer».

Depois de ter criticado as declarações do secretário-geral do PS, na sua chegada da Austrália — o dr. Mário Soares fê-lo como se ainda estivessem constantemente a chegar tais telegramas — o camarada Álvaro Cunhal abordou as consequências do não reconhecimento:

«O não reconhecimento, o atraso no reconhecimento, prejudica as nossas relações com a República Popular de Angola, com os novos estados saídos das antigas colónias portuguesas, com os estados africanos e com todos os países do mundo amantes da paz, e da independência e liberdade dos povos.

«Essa atitude — concluiu Álvaro Cunhal — atinge os interesses portugueses e pode conduzir, por exemplo, à completa ruína e liquidação da marinha mercante portuguesa. Mas isso não é o fundamental. O Portugal democrático saído do 25 de Abril, apesar das contradições e hesitações, deu uma contribuição positiva ao processo de descolonização e, com isso, ganhou grande prestígio na opinião pública mundial, estabelecendo laços de novo tipo com os povos anteriormente submetidos ao colonialismo português. Esta atitude pode contribuir para destruir toda essa contribuição para a liberdade dos povos, na imagem da incompreensão e inimizade para com o povo de Angola».



## TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO DA RADIODIFUSÃO PORTUGUESA

A Radiodifusão Portuguesa não compareceu à conferência de imprensa dada pelo Secretário-Geral do Partido Comunista Português no passado dia 14, durante a qual foram divulgadas as importantes decisões tomadas em reunião do Comité Central do PCP.

Invocando falta de pessoal disponível, a Radiodifusão Portuguesa pretendeu cobrir o acontecimento pelo telefone, o que é manifestamente inadequado.

No dia 15, pelas 11 e 30 horas, foi entregue, nos estúdios da Radiodifusão Portuguesa o comunicado final da referida reunião.

No seu noticiário das 13 horas desse dia, a ex-Emissora Nacional ignorou por completo não apenas esse documento, mas a própria reunião do Comité Central do PCP. No noticiário das 20 horas, limitou-se a citar uma brevíssima passagem do comunicado, omissão de aspectos tão importantes como as posições do PCP face à elaboração e entrada em vigor da Constituição, às exigências e propósitos da direita reaccionária e às eleições para a Assembleia Legislativa. A Radiodifusão Portuguesa não

referiu sequer, nos seus noticiários principais do dia 15, o propósito do PCP de concorrer às eleições em todos os círculos e à convocação de uma Conferência Nacional do Partido.

A Secção de Informação e Propaganda do PCP protesta contra o tratamento discriminatório que foi dado a um acontecimento de interesse nacional e considera que não são aceitáveis as justificações apresentadas pela Radiodifusão Portuguesa.

A SIP do PCP entende que a Radiodifusão Portuguesa tem obrigações que não se o p m p a d e c e m c o m justificações pouco ou nada convincentes, tanto mais que, enquanto invoca falta de pessoal para reportar uma conferência de imprensa de inegável interesse, a Radiodifusão Portuguesa se dá ao luxo de manter afastados do exercício da sua profissão dezenas de trabalhadores da informação.

16 de Fevereiro de 1976

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## O MOMENTO POLÍTICO E AS ELEIÇÕES

### As eleições para a Assembleia Legislativa serão abordadas numa Conferência Nacional do PCP, a realizar em 14 de Março

O Comité Central do Partido Comunista Português reuniu-se no dia 14 de Fevereiro a fim de examinar os problemas relativos à elaboração e entrada em vigor da Constituição e as eleições para a Assembleia Legislativa.

O PCP pronuncia-se pela rápida conclusão da elaboração da Constituição pelo Assembleia Constituinte e a sua entrada em vigor, a fim de institucionalizar o novo regime democrático.

Algumas das disposições a aprovar pela Constituinte dependem do novo Pacto do MFA com os partidos políticos, agora em negociações. Observando, conforme o compromisso que assumiu, o sigilo acerca do desenrolar das negociações, o PCP mantém a opinião de que a luta contra a ameaça fascista, a defesa das liberdades e a construção duma democracia, continuam a tornar necessária a intervenção na vida política do MFA e do Conselho da Revolução como garantia da revolução democrática portuguesa.

O PCP pronuncia-se contra as exigências das forças da direita reaccionária (designadamente o CDS e o PPD) no sentido do «regresso dos militares aos quartéis», que visa a liquidação do espírito do 25 de Abril nas Forças Armadas e a submissão desta a novos chefes reaccionários.

O PCP pronuncia-se também firmemente contra os propósitos dos partidos reaccionários (designadamente o PPD) que, apoiando-se na conspiração reaccionária e fiados na possibilidade da realização duma grande luta eleitoral, pretendem provocar alterações antidemocráticas da Constituição, exigindo por um lado, um referendo exigindo por outro poderes de revisão constitucional para a futura Assembleia Legislativa ou procurando ainda precipitar a demissão do Presidente da República com esperança de poder substituí-lo por um elemento reaccionário da sua confiança, que ponha em causa a Constituição.

Dentro da mesma manobra antidemocrática, partidos reaccionários exigem a eleição simultânea para as eleições para o Presidente da República e para a Assembleia Legislativa, o que o PCP firmemente rejeita.

Embora tenha votado contra várias disposições da nova Constituição, o PCP preconiza que a Constituição seja rapidamente concluída pela Assembleia Constituinte, seja posta em vigor e seja respeitada por todas as forças políticas e por todos os cidadãos.

O CC do PCP pronuncia-se pela realização tão pronta quanto possível das eleições para a Assembleia Legislativa. Dada a grande instabilidade da situação que a reacção procura agravar, o clima de pressões e chantagens, as conspirações e os perigos dum golpe de direita, a realização de eleições pode contribuir para estabelecer a ordem democrática, consolidar as instituições democráticas e afastar assim um golpe da direita.

O PCP chama a atenção para o ritmo crescente das acções terroristas, a impunidade de bandos de armadores, o carácter monstruoso e provocatório que estão assumindo em algumas regiões, onde os bombistas fazem atentados e os atribuem depois aos comunistas para incitarem a caça aos comunistas.

O PCP tem o propósito de concorrer às eleições em todos os círculos, apesar das condições antidemocráticas existentes em alguns deles.

Como condições essenciais para que as eleições possam ser dignas deste nome, o PCP exige energias medidas imediatas

apoio da maioria da Assembleia. Certamente que os deputados socialistas não chegarão para dar esse apoio ao governo. Seria necessário que deputados de outro partido apoiassem o governo homogéneo dos socialistas. Onde estão eles? Pensa o Partido Socialista que vão ser eleitos alguns aliados MRPP? Será por isso que os socialistas conseguiram a alteração e a violação da lei permitindo que o MRPP se candidate a estas eleições quando, segundo a lei existente, não se poderia candidatar uma vez que se absteve, nas outras eleições, de concorrer? Com franqueza, eu não vejo onde é

nenão são muito bem tratados pelos social-democratas. Mas tomam esta atitude para impedir que um governo conservador seja constituído. As condições existentes em Portugal são diferentes daquelas que existem na Suécia e para evitar qualquer equívoco desde já digo que essa situação não se repetirá na Assembleia Legislativa portuguesa».

O camarada Álvaro Cunhal, interrogado por um jornalista jugoslavo, referiu-se depois à importância da sua visita a alguns países socialistas, iniciada na passada segunda-feira: «O Partido Comunista Português, como é sa-

ses respectivos, mas também para um reforço da cooperação e amizade entre os nossos povos e entre o Portugal democrático e os países socialistas em questão».

Após afirmar que, possivelmente, esta delegação do nosso Partido do que se desloca a alguns países socialistas e que é composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e António Gervásio representará o PCP, como convidada, nos trabalhos do XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o camarada Álvaro Cunhal acentuou:

«Pensamos que é muito importante reforçar estes laços de amizade. Na União Soviética e nos outros países socialistas temos grandes amigos de Portugal, do povo português. São países prontos a ajudar o nosso Povo, dentro dos princípios da igualdade e do mútuo respeito. Há outros que, para nós empregaremos cinco tolices discutem seis meses a ainda põem condições».

### NÃO APOIAREMOS A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Focando novamente o problema das eleições e da constituição do futuro governo dela decorrente, uma jornalista pretendeu saber se o Partido não apoiaria algum governo homogéneo do PS, sendo essa a única solução para as forças de esquerda. O camarada Álvaro Cunhal abordou esta questão do seguinte modo:

«Na pergunta, há uma palavra que não pode discutir: é a palavra única. Se há um partido que pode governar com o apoio de outro, porque é que é a única solução a constituição de um governo homogéneo? Pelo menos aqui em Portugal será necessário negociar com esse partido. E estabelecer um acordo com ele. Agora o que o Partido Comunista não aceitará é apoiar uma política de outro partido com a qual esteja em desacordo. Precisamente aqui há poucos dias, referindo essa possibilidade de um apoio comunista, um dirigente do Partido Socialista dizia: (se o Partido Comunista nos apoiar e apoiar o nosso Programa). Naturalmente que, chegada a altura, teremos de conversar. Mas apoiarmos a recuperação capitalista, não apoiaremos. Apoiámos o regresso de homens que roubaram as empresas, que as defraudaram, que roubaram milhões de contos, expulsando os operários da gestão e da administração de empresas que salvaram da completa ruína, não apoiaremos. Apoiar uma política de restabelecimento de estabilidade económica e desenvolvimento assente no agravamento da exploração dos trabalhadores, não apoiaremos. Etc., etc., etc., e diria tantas vezes etc que para vos dizer todos os etc, estaríamos aqui uma hora!».

Em conclusão, o camarada Álvaro Cunhal acentuou: «Na futura Assembleia Legislativa, se alguma formação política pensar que lhe são necessários os votos comunistas tem que discutir com os comunistas».

### «PLURALISMOS» SEM PARTIDO COMUNISTA

Sobre a possível realização das eleições até 25 de Abril, o camarada Álvaro Cunhal afirmou: «Quando essa data foi marcada não foi por proposta nossa, dos comunistas. Nessa altura nós ad-

### O VOTO DOS EMIGRANTES

Referindo-se ao número de emigrantes portugueses registados nos consulados, o camarada Álvaro Cunhal salientou: «Não sabemos quantos portugueses existem registados nos consulados. Podem estar 500 mil, 600 mil, 800 mil talvez. Nos Estados Unidos começou por se falar em 100 mil, quando se queria uma lei eleitoral que desse uma representação em sistema proporcional aos emigrantes. Mas não nos devemos admirar se aparecerem 500 mil ou mesmo um milhão se os americanos fabricarem emigrantes portugueses da mesma forma que fabricam vinho do Porto. No que respeita aos efeitos nas eleições portuguesas ainda está dependente da lei eleitoral. Em princípio, há um número limitado de candidatos eleitos pelos emigrantes. Mas não sei se em relação à eleição presidencial e quando o dr. Sá Carneiro se mostra tão interessado na rapidez da eleição, pois se está a contar com o voto dos emigrantes do Brasil e da Califórnia para eleger o Presidente da República. Nós, naturalmente, opono-nos-lamos a um tal sistema de voto, que podia conduzir à eleição de um Presidente da República Portuguesa contra a vontade dos portugueses».

«Quando foi a discussão da lei eleitoral, nós pusemos uma série de condições para o voto dos emigrantes — prosseguiu o camarada Álvaro Cunhal —. Mas nessa altura o PPD propôs uma lei eleitoral, segundo a qual os emigrantes deveriam ter uma proporcionalidade de um deputado por cada 50 mil votos. Queriam ganhara as eleições no Brasil e nos Estados Unidos. Isso acabou por não ser aceite, o que não alterava o quadro político português, mesmo não sendo democraticamente correcto. Mas o voto para o Presidente da República pode efectivamente mudar o quadro político português. Estamos firmemente contra uma tal eventualidade. Conduziria a uma mascarada eleitoral no nosso país, podemos dizer ainda com menos vergonha do que no tempo do fascismo, se assim fosse. Estamos convencidos que isso não acontecerá».

### O RECONHECIMENTO DA RPA

Seguidamente o camarada Álvaro Cunhal pronunciou-se so-

# NACIONALIZAÇÕES, RUMO AO SOCIALISMO

## «Nacionalizações, rumo ao socialismo» foi tema de um colóquio promovido pelos organismos de Bancários e Seguros do nosso Partido, no qual participaram os camaradas Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC, e Carlos Carvalhas, ex-secretário de Estado do Trabalho

Os organismos dos Bancários e dos Seguros do nosso Partido promoveram, no passado dia 13, na Voz do Operário, um colóquio sobre as nacionalizações, tema que retoma o primeiro plano das preocupações dos trabalhadores em luta por uma economia ao serviço do povo, projecto que a reacção tenta boicotar através da ofensiva de recuperação capitalista. Foi, aliás, sobre o pano de fundo das tentativas de recuperação capitalista que o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido abordou o tema «Nacionalizações rumo ao socialismo», cuja discussão os camaradas dos organismos ligados à Banca e aos Seguros propunham às respectivas classes. Como começou por salientar o camarada Carlos Costa, esta ofensiva do capitalismo e da reacção tem deparado com uma resposta enérgica dos trabalhadores, que se processa em termos cada vez mais unitários.

«Um dos traços essenciais da situação portuguesa desde a formação do VI governo, e, particularmente, desde o 25 de Novembro, é a tentativa de recuperação capitalista e reacção e a luta dos trabalhadores contra esta recuperação. Essas tentativas verificam-se em todos os planos: no plano do aparelho de Estado, no plano económico, no plano dos órgãos de comunicação social, no plano das estruturas populares e sindicais, no plano das liberdades políticas e até no plano constitucional.»

### DIVERSOS PLANOS

Passando depois a abordar em concreto cada um destes planos, o camarada Carlos Costa referiu que

ao nível do aparelho de Estado, as tentativas de recuperação incidem sobretudo na diminuição do papel dos comunistas no governo e no assalto que se processa, impunemente, às autarquias locais através de substituições arbitrárias de comissões administrativas compostas por homens progressistas nas câmaras municipais e nas juntas de freguesia. Outro indicio da recuperação capitalista é dado pelos saneamentos nos organismos estatais, como foi o caso da direcção da Direcção Nacional dos Produtos Pecuaríais, cuja suspensão provocou uma justa luta de trabalhadores ligados ao sector. A demonstrar que esta guinada à direita no aparelho de Estado não tem sido acolhida com apatia por parte das massas populares, o camarada Carlos Costa citou vários exemplos de combate nos quais se destaca, muito justamente, a luta popular de apoio à demitida Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Novas.

Relativamente aos órgãos de comunicação social, cuja recuperação pelas forças reacçãoárias, foi proporcionada directamente pelo Governo ao distribuir por partidos políticos os órgãos de imprensa estatizados (com excepção do nosso Partido que recusou tal tipo de partilhas...), o camarada C. Costa chamou a atenção para a colossal manipulação da informação com que se pretende a continuidade da alienação a que o povo português foi submetido durante o fascismo. Neste panorama insere-se também a rádio e a televisão. Como resultado deste controle da comunicação social, as grandes lutas das massas trabalhadoras e populares contra as diversas tácticas da ofensiva de

recuperação do capitalismo são simplesmente ignorados nos jornais, rádio e televisão. Mas também neste sector, os trabalhadores não cederão às manobras reacçãoárias e desencadeiam uma batalha na qual se inclui o protesto contra os saneamentos verificados nos órgãos de comunicação social de trabalhadores honestos e bons profissionais e ao serviço da causa das massas trabalhadoras que, hoje, se movimenta activamente pela sua reintegração.

A direcção das liberdades, atingidas pelo avanço da reacção, tem tido notável repercussão relativamente às reivindicações, em massa e por todo o país, de libertação dos revolucionários presos no 25 de Novembro, e alguns resultados têm sido obtidos através de uma extraordinária mobilização popular. Relativamente às estruturas populares e sindicais também se desenharam algumas ameaças da reacção que, no entanto, foram contidas pela força popular. Pelo contrário o que se observa é o fortalecimento destas estruturas. Como exemplo, o camarada Carlos Costa citou a recente vitória de uma lista progressista para o Sindicato da Construção Civil de Vila Real (que não engloba somente os trabalhadores da construção civil, mas também metalúrgicos e outros, sendo uma das maiores organizações profissionais de massas do distrito), o que constitui uma grande conquista do movimento sindical, tendo em conta as características da região, onde a reacção tem tido uma grande actividade.

No plano constitucional, o PPD e o CDS põem já abertamente em causa a Constituição que nem sequer se encontra ainda

elaborada. Estes partidos da reacção pretendem «reelaborar» a Constituição ou através de um referendo ou impondo que a próxima Assembleia Legislativa tenha poderes constitucionais. Debruçando-se depois sobre o

país e que é necessário um poder forte que, para os reacçãoários, só pode ser o poder fascista. Mas não só isto: pretende-se, também, conquistar ou reconquistar áreas regionais para domínio dos caciques locais e da reacção.

está abertamente ao serviço do capital e portanto não há grandes preocupações em ser «queimado».

Outra forma de recuperação capitalista no sector económico foi a medida de congelamento da contratação colectiva (ainda que o Governo tivesse recuado, aplicando esta medida por um prazo determinado) e a indexação que o governo prepara. Ora, como notou o camarada Carlos Costa, com a indexação, pode fazer-se o que se quiser, tudo dependendo dos índices que forem aprovados, e é de prever que este governo não estabeleça índices que favoreçam os trabalhadores.

Apesar desta ofensiva de recuperação capitalista, no essencial, mantém-se as empresas com intervenção estatal não sendo muitos casos em que o patronato tem conseguido retomar posições nas empresas geridas pelos trabalhadores, ao mesmo tempo que o sector nacionalizado permanece intacto. Porém, os perigos são muito sérios e já uma derrota foi sofrida pelo erro dos trabalhadores bancários ao abdicarem de dar o seu aval às Comissões Administrativas dos Bancos. Como resultado, já em alguns bancos se encontram homens do capital. Neste domínio, como em tudo o que se relaciona com a ofensiva do capitalismo, os trabalhadores bancários têm um papel imenso a desempenhar. Deles dependem, em larga medida os êxitos da ofensiva capitalista, porque o controle da banca é essencial na definição da correlação de forças entre o capitalismo e os trabalhadores empenhados na construção de uma economia progressista.

Abordando depois o tema: «onde nos pode levar a recuperação capitalista?», o camarada Carlos Costa provou que apenas nos pode conduzir ao caos económico ligado à crise geral do capitalismo, a qual não deixará de influenciar fortemente a situação portuguesa se se mantiverem as formas de enfeudamento ao capitalismo internacional que ultimamente tem sido agravadas pela acção dos responsáveis da política portuguesa.

A luta contra as ameaças que pesam sobre as massas trabalhadoras passa pela unidade de classe independentemente das diferenças de opinião. Em relação ao sector bancário e ao papel fundamental que é chamado a desempenhar na luta contra a ofensiva capitalista, impõe-se a tarefa de «recuperação» de Comissões Administrativas dos bancos que já se encontram controladas por homens ao serviço do capital e a reestruturação bancária, quer para a maior eficiência da banca quer como garantia que não voltaremos atrás.



O camarada Carlos Costa no uso da palavra

terrorismo, que constitui uma forma de recuperação reacçãoária, o camarada Carlos Costa considerou que se pretende criar a ideia de que há desordem no

Também neste plano não pode dizer-se que a reacção esteja a tirar todo o partido da sua actividade criminosa. Como exemplo, o camarada Carlos Costa citou o caso do Centro de Trabalho do nosso Partido em Fafe que permanece de pé apesar de já ter sido atingido por treze bombas e informou que se verifica um movimento de milhares de assinaturas nesta via de protesto contra o terrorismo.

### PARA DETER A OFENSIVA CAPITALISTA IMPÕE-SE A UNIDADE DOS TRABALHADORES

Passando a analisar a recuperação capitalista nas empresas sobre intervenção estatal, recuperação que se verifica particularmente no norte do país, o camarada Carlos Costa afirmou que esta ofensiva do capital não se verifica sem qualquer resistência por parte dos trabalhadores, sendo cada vez mais amplas as formas de acção unitária contra o regresso dos patrões. Mesmo o silêncio de muitos trabalhadores perante a recuperação capitalista não significa já que eles estejam enganados. Muitos trabalhadores assinam documentos requerendo o regresso do patronato completamente conscientes de que estão a praticar um acto contra os seus interesses. Mas o clima de intensa repressão, pouco imaginável no Sul, leva-os, por medo, a tomar atitudes contra si próprios e contra a sua classe. Citando o caso da têxtil Manuel Gonçalves, o camarada Carlos Costa informou que no último plantário cerca de 500 trabalhadores foram expulsos pelos lacaios do patrão manejando barras de ferro. Este número significa já uma forte oposição e serve de exemplo aos demais camaradas de trabalho ainda sem coragem.

### OS TRABALHADORES NÃO CONSENTIRÃO A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

O camarada Carlos Carvalhas, também interveniente neste colóquio, debruçou-se sobre o significado das nacionalizações e sobre as tácticas da reacção no sentido de neutralizar ou aniquilar o seu conteúdo revolucionário. Apesar de carecerem de fundamento as comparações, quer a nível internacional quer a nível nacional, entre a actualidade e o processo de nacionalizações ocorrido na Europa no período de após-guerra, reveste-se de grande interesse a análise da acção do capitalismo nos anos cinquenta com o objectivo de assimilar as nacionalizações realizadas sobre pressão das massas trabalhadoras. A esta análise precedeu o camarada Carlos Carvalhas:

«A seguir à guerra, os trabalhadores compreenderam que a luta por uma paz sólida, por uma verdadeira democracia, exigia a destruição das raízes do fascismo e do nazismo bem como a destruição da base económica da oligarquia financeira e compreenderam que o socialismo era indispensável sem a nacionalização dos bens de produção.»

## ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS COMUNISTAS

### Reunidos em Encontro Nacional, os bancários comunistas apontaram soluções para a resolução dos principais problemas do sector

Cerca de 150 delegados de todos os pontos do país participaram no Encontro Nacional dos Bancários Comunistas, realizado no passado dia 15 no Centro de Trabalho do nosso Partido em Alcântara. Neste encontro foram analisados os principais problemas do sector, tais como a reestruturação da Banca, o Controle da Banca pelos Trabalhadores e a Actividade Sindical.

No final do encontro, os Organismos dos Bancários divulgaram as seguintes conclusões:

«REESTRUTURAÇÃO DA BANCA — Consideradas como medidas fundamentais e imediatas: A efectivação das fusões; a expansão geográfica da Banca, através da abertura de novos balcões e não pela criação de bancos regionais; a uniformização dos métodos de trabalho.

partir dos locais de trabalho, coordenado pelas Comissões de Trabalhadores com vista à consolidação das nacionalizações, na defesa dos interesses do povo português.

ACTIVIDADE SINDICAL: Foi evidenciada a necessidade de desenvolver e aprofundar no seio dos trabalhadores bancários um forte espírito unitário, condição indispensável à defesa dos seus legítimos interesses.

A unidade, salientada no Encontro, não sendo um conceito abstracto, desenvolve-se na luta em torno de problemas concretos e que, necessariamente, passará pelo combate ao sectarismo e levará a que os trabalhadores, independentemente das suas opções ideológicas e credos religiosos criem e reforcem, no interior das suas organizações de classe, a coesão sindical capaz de barrar o caminho às forças de direita.»

# OS RESULTADOS DA GESTÃO DA BANCA PELAS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS

## Os resultados da gestão da banca pelas Comissões Administrativas, nomeadas na sequência da nacionalização do sector, foram diferentes dos do tempo do fascismo. Eis um tema com que a reacção procura especular

Vejam, vejam no que dão as nacionalizações, no que resulta a gestão da economia pelos trabalhadores, reparem como foram diferentes, para pior, os resultados da banca durante a gestão das comissões administrativas. Este palvreado é utilizado, frequentemente, pelos agentes da reacção com o objectivo de confundir camadas menos esclarecidas. Por vezes, dão-se mesmo números comprovativos da «incapacidade» das comissões administrativas da banca nacionalizada. Tudo depende do critério e ilustração do reacçãoário em actividade... Apresentam-se os fabulosos lucros da banca, durante o regime fascista, que iam alimentar a base de apoio da ditadura e fortalecer o capitalismo monopolista, e compararam-se com os prejuízos verificados em alguns bancos nacionalizados após o 11 de Março. A grande diferença que, cuidadosamente, a reacção omite, é que os trabalhadores nunca tiveram o menor benefício desses estrondosos lucros (antes pelo contrário, quanto mais se agudizava a exploração das massas trabalhadoras mais lucrava a santa aliança do capital industrial e financeiro) e, na situação democrática consolidada com as medidas antimonopolistas de 11 de Março, os prejuízos da gestão da banca resultaram de uma política de salvaguarda dos interesses do povo português, da luta contra o desemprego, contra a paralisação da produção e o empobrecimento da economia nacional, objectivos da sabotagem económica desencadeada pela reacção.

mais desprotegidas, momento a sustentação e continuidade de actividade levada a cabo pelos trabalhadores das unidades produtivas sob o domínio dos patrões. A gestão da banca teve e tem muito a ver com isto, por isso a sua apreciação e análise dos seus resultados não poderá ser desinteressada de um todo que é o contexto em que teve de ser exercida e dos objectivos que se lhe punham como prioritários, obviamente diferentes dos capitalistas e banqueiros, ainda que forçada a actuar numa perspectiva de economia capitalista.

As tensões e conflitos políticos que o país viveu no período em que as anteriores Comissões Administrativas da Banca exerceram o seu mandato dificultaram-lhe, como é evidente, a sua acção. Foi disto que prova os inúmeros problemas postos pela palavra de ordem lançada pela Direcção do PS contra as Comissões Administrativas, que, dizia, deviam ter sido eleitas pelas bases.

Porquê? Interrogam-se os trabalhadores bancários, e não só, pois que a Banca não é dos bancários, mas sim de todo o povo português. O respeito por esse povo trabalhador exige que não sejam traídas as conquistas alcançadas em proveito dum sector mais justo e alguns dos elementos das actuais Comissões de Gestão, pelo seu comportamento passado, não oferecem garantia de as defenderem.

Muito ao contrário do que comentam e especulam os que não estão interessados nas nacionalizações, ou os que procuram nos diferentes resultados justificação para a prática de saneamentos à esquerda, as anteriores Comissões Administrativas granjearam a confiança da classe trabalhadora do país por terem sabido vencer as dificuldades com que depararam, e numa análise em termos capitalistas aos resultados que alcançaram, postos em paralelo com os de anteriores administrações da banca, há que ter em conta, para além de outros, os seguintes factos:

— Passaram a ser outros os objectivos principais da banca. Deixou de se entender da maior importância a acumulação de lucros em cada banco, dando primazia à função de apoio a todas as actividades económicas, com o intuito principal de evitar o desemprego e manter, no que fosse possível, a produção de bens.

Foi nesta perspectiva que a banca foi solicitada a financiar a sobrevivência de empresas endividadas pelos seus gestores, para além das suas capacidades económicas-financeiras, e outras descapitalizadas por sabotagem dos patrões.

— No aumento das taxas de juros com que os bancos tiveram de passar a remunerar os depósitos, após o 25 de Abril, sem contra-partida de aumento das taxas que podiam praticar nos empréstimos que concediam, situação que os banqueiros nunca suportavam no regime anterior, pois que quando o Governo anunciava o aumento de uma, eles exigiam logo o aumento da outra.

— Na subida dos encargos com o pessoal devido ao aumento dos seus ordenados, depois do 25 de Abril, sem que, como era habitual no passado, tivesse havido aumento das taxas de remuneração dos serviços prestados pelos Bancos.

— Na supressão determinada por Lei, depois da nacionalização, da cobrança das comissões de aceite nos financiamentos que a Banca fazia, donde arrecadava receitas na ordem dos milhares de contos.

— Na não arrecadação dos habituais milhares de contos de lucros com a especulação de títulos, negócio que esteve proibido.

— Na não manipulação dos balanços com arranjos dos lucros ideais, através de manipulações dos critérios valorísticos, ou manobras através de contas:

— Transitórias

— De Provisões, ou contagem de juros fictícios a empresas do grupo para as subtrair ao pagamento de impostos, e apresentarem lucros nos balanços que até não tinham, para criarem junto dos detentores de poupanças uma imagem que lhes oferecesse confiança para melhor lhes poderem captar a fim de as utilizarem em empreendimentos que, mais das vezes, só tinham em vista os seus interesses particulares, e não os do país.

— A não utilização dos mesmos processos que praticavam os banqueiros para multiplicação dos lucros, como sejam, entre outros: — Cobrança compulsiva de prémios de transferência ao obrigarem os utentes do crédito a indicarem nas letras e livranças localidades de pagamento diferentes das verdadeiras, para assim ficarem a coberto legalmente dessa prática especulativa.

— Cobrança aos clientes de importâncias maiores do que as devidas pela contagem deliberada de maior número de dias do que o exacto, no cálculo dos juros dos empréstimos que concediam.

— Pagamento de importâncias menores do que as devidas referentes aos juros que abonavam aos depositantes, e até não pagamento de qualquer juro pelos depósitos.

São estes pormenores de importância a ter em conta neste problema, mas que os seus detractores deliberadamente escondem, para obterem efeitos políticos, em apoio de uma acção que tem em vista a recuperação capitalista.

E nesta perspectiva que cremos foram colocados nas actuais Comissões de Gestão da Banca elementos da confiança do capital, para sossego da oligarquia financeira do país, alguns foram dele, espreitando a hora do regresso, e garantia aos capitalistas internacionais que estão muito preocupados com a perda dos privilégios dos seus confrades portugueses.

## LUTA FIRME E UNITÁRIA CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA E REACCIÓNÁRIA

### O PCP saúda os trabalhadores dispostos a defender as conquistas populares e congratula-se com o espírito unitário que preside às suas lutas

A resposta que o movimento operário e popular está a dar às tentativas de recuperação capitalista e reacçãoária, mostra bem o ânimo e a firmeza com que os trabalhadores estão empenhados em defender as conquistas populares e as grandes opções do 25 de Abril.

A grande sensibilidade do movimento de massas em relação aos perigos dessa recuperação — que, a consumar-se, provocaria um autêntico desastre económico e social — está a traduzir-se na pujança com que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores contra a ofensiva que, em várias frentes, atenta contra os seus interesses, conquistas e realizações.

E assim que, contra a recuperação patronal, se luta na Têxtil Manuel Gonçalves, na Rolisol, na Facar, na Martins & Rebelo, na Jamec, na J. Pimenta; contra a sabotagem das empresas estão em luta os trabalhadores da Ravafe, de Eduardo & Ferreirinha, da Scanthow de Matosinhos, da Levitex de Almada; no Copidrol, na Lanofabril e na Coopegent — de onde o patrão regressado expulsou os trabalhadores numa significativa manifestação de violência capitalista — luta-se pelo direito ao trabalho; mobilizam-se trabalhadores de todas as adegas cooperativas ribatejanas contra os despedimentos na Adega de Benfica do Ribatejo; na Timex os trabalhadores lutam contra o encerramento da empresa; na Ramoa, Braga, metalúrgicos fazem quinze dias de greve para impôr o controlo operário; nas empresas rodoviárias luta-se contra as perspectivas de saneamento à esquerda que visa abrir caminho a administrações de inspiração patronal, nos Supermercados Pão de Açúcar, Nutripl e A.C. Santos, lutam trabalhadores contra a imposição duma nova Comissão Administrativa.

No essencial também as grandes conquistas da Reforma Agrária estão a ser defendidas pelos trabalhadores, apesar da ofensiva desesperada que lhes movem os grandes senhores da terra. Enquanto os pretensos plenários de agricultores começam a dar sinais de perda de capacidade de mobilização, pela acção de esclarecimento desenvolvida pelos próprios pequenos proprietários de terra, ganham vulto o movimento de rendeiros e as ligas de pequenos e médios agricultores.

Apesar de pouco divulgadas pelos órgãos de informação, iniciativas como a paralisação de trabalho em protesto contra o terrorismo e as jornadas unitárias e populares contra o aumento dos preços e o congelamento da contratação colectiva, constituíram importantes demonstrações de força e de unidade dos trabalhadores. O movimento de massas expande-se para além das regiões de maior concentração proletária e revela-se mesmo em localidades onde impera um clima de intimidação e de terror. Em Fafe, corre com sucesso uma movimentação contra o terrorismo.

Também as tentativas da direita para recuperar posições no aparelho de Estado, a nível central ou nas autarquias locais, não passam impunemente, registando-se movimentos populares, nomeadamente a luta contra a demissão compulsiva das Comissões Administrativas das Câmaras de Cascais e Torres Novas.

Os trabalhadores reagem igualmente contra a acção antioperária do Ministério do Trabalho e contra as sucessivas tentativas de ingerência, de controlo e divisão do movimento sindical pela Secretaria de Estado do Trabalho, tentativas essas que se têm saldado sistematicamente pelo fracasso.

É igualmente de assinalar a luta dos trabalhadores suspensos e demitidos dos órgãos de comunicação social por uma informação em defesa das liberdades.

Ao mesmo tempo que saúda os trabalhadores que, pela sua intervenção organizada, se mostram dispostos a defender as conquistas populares, o PCP assinala a importância de que se reveste o facto destas lutas se desenvolverem com um carácter unitário.

As liberdades e as outras conquistas populares, a democracia, a realização do projecto do 25 de Abril, só são possíveis com uma larga base de apoio que se oponha às tentativas de recuperação do processo.

Combatividade, confiança e a unidade que os trabalhadores revelam na luta são condições para que se possa afastada de vez a ameaça do regresso ao passado e se construa em Portugal um regime democrático estável rumo ao socialismo.

16 de Fevereiro  
A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sob a força de um forte movimento de massas realizaram-se então nacionalizações parciais na Inglaterra, França, Bélgica, Áustria.

Mas a correlação de forças não era favorável para a classe operária e o capitalismo conseguiu manter as suas posições e conferir às nacionalizações um carácter burguês. Na Inglaterra, este processo contou com o auxílio dos líderes reformistas de direita do Partido Trabalhista que, nas eleições de 1945, prometeram realizar a nacionalização dos principais ramos da indústria e instaurar no país um socialismo democrático, promessas esquecidas mal chegaram ao poder. Processos idênticos sucederam noutros países e as nacionalizações impostas pelos trabalhadores «tomam-se num mecanismo suplementar de distribuição, a favor dos monopólios, da mais-valia criada pelos operários nas empresas estatais. Graças aos preços pouco elevados e abaixo do custo, os sectores nacionalizados da indústria constituíram uma fonte de rendimentos suplementar para os monopólios. Mantiveram-se na direcção destes sectores os antigos proprietários ou os seus servidores. Na Áustria, o maior magate, até ao fim da sua vida, o controle de todos os sectores nacionalizados. Na Inglaterra, o governo não permitiu que os operários e trabalhadores e seus representantes sindicais participassem na gestão das empresas nacionalizadas. As nacionalizações foram pois e são hoje nesses países elementos do capitalismo monopolista de Estado. Desde sempre, como notou o camarada Carlos Carvalhas, os comunistas se esforçaram por esclarecer os trabalhadores que as nacionalizações da indústria realizadas onde o poder político continua na mão da burguesia, apesar do seu alcance progressista, não podiam significar a transformação do capitalismo em socialismo ou criar na economia capitalista uma «ilota» socialista.

Apesar das grandes diferenças de correlação de forças a nível internacional (em 1946, Truman afirmava que não havia nação mais forte do que os Estados Unidos, e com tal força tinham o dever de tomar nas mãos a organização do Mundo), das características da crise geral do capitalismo (um volume enorme de desemprego, uma inflação constante e uma baixa de produção industrial como

não sucedeu depois da II Guerra Mundial), este processo de nacionalizações e a sua neutralização por parte da burguesia monopolista contém ensinamentos sobre a tática da reacção que importam referir.

O nosso Partido alertou, desde a primeira hora, para o facto de que «a nacionalização em si não resolve os problemas da economia e tudo depende por quem e como for realizada. Se não for acompanhada da participação activa dos operários na direcção das empresas nacionalizadas, não garante as transformações profundas que a situação exige». Mas partindo da experiência histórica e das teses marxistas-leninistas, o nosso Partido, como referiu Carlos Carvalhas, considerou as nacionalizações «não apenas como uma medida antimonopolista mas também como um passo importante na luta anticapitalista geral e como uma etapa preliminar na luta pelo socialismo».

«Porque as nacionalizações, no momento em que se verificaram no nosso país, correspondem a uma situação favorável ao avanço do processo revolucionário, elas foram de facto, e são ainda, instrumentos nas mãos dos trabalhadores na luta contra o capitalismo e a reacção, por uma economia progressista a caminho do socialismo. Por isso, a ofensiva reacçãoária e capitalista não deixará de tentar por todos os meios recuperar o terreno perdido a favor das massas trabalhadoras. Entre as formas de luta que se abrem aos trabalhadores, o camarada Carlos Carvalhas salientou: a batalha contra as indemnizações dos grandes capitalistas servidores do fascismo; contra a nomeação de comissões administrativas que não tenham o acordo dos trabalhadores; contra a gestão capitalista sufocadora das pequenas e médias empresas e do processo da Reforma Agrária, contra a apologia da iniciativa privada e os ataques às nacionalizações e aos promovedores da reacção no campo ideológico. Para que todas estas e outras formas de luta estejam, é imprescindível a unidade dos trabalhadores.

Depois da intervenção do camarada Carlos Carvalhas abriu-se o debate, o qual foi animado por outros elementos da mesa constituída pelos camaradas Vicente, José Morgado (C.ª de Seguros Império) Cavalheiro Antunes (da célula do BES) e Teixeira (organismo dos Bancários).

Ler e divulgar o «AVANTE!» O Jornal dos Trabalhadores, é ajudar o Partido

# JORNADA DE LUTA EM SANTARÉM

## Só através da luta unida, firme e não sectária e das grandes acções de massas se poderão defender as conquistas alcançadas e caminhar na construção de uma sociedade democrática e socialista

«É fundamental que os trabalhadores distingam o inimigo principal, reforcem o que os une e superem as divergências que, porventura, possam existir no seu seio» — declarou Jaime Machado, membro do Secretariado da Intersindical, durante a grande manifestação que decorreu, no sábado passado, em Santarém, contra o aumento do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva, promovida pela União dos Sindicatos de Santarém e outras organizações de trabalhadores.

Após uma saudação proferida por Joaquim Lopes, da União dos Sindicatos de Santarém, a todos os operários e trabalhadores agrícolas que enchiam a Praça Marques Sá da Bandeira, usou da palavra o operário agrícola António Calarão, que salientou as dificuldades que se fazem sentir às classes trabalhadoras afirmando: «Atendendo ao baixo nível dos salários da classe mais desprotegida, agravados pelo constante desemprego, pelo não cumprimento do contrato de trabalho, pelo agravamento dos conflitos de trabalho, que se acumulam aos milhares, sem que sejam criados organismos de decisão destes graves problemas, o que possibilita novas transgressões aos agrários; a suspensão do delegado do Ministério do Trabalho, dr. Madeira Lopes, foi também uma arbitrária medida contra os trabalhadores. Os despedimentos sem justa causa são constantes, isto porque depois do 25 de Novembro os agrários tomaram a ofensiva alargada por certos sectores reaccionários».

Manifestando depois o repúdio dos trabalhadores do campo pelos atentados bonistas, o orador apelou pelo avanço da Reforma Agrária que tem de ser obra de todos aqueles que «estão interessados em pôr fim ao desemprego; em distribuir a riqueza por aqueles que a produzem; tem que ser obra de técnicos progressistas e não de técnicos latifundiários ou com eles comprometidos; a Reforma Agrária tem de ser feita por todos aqueles que estão realmente interessados em pôr fim à exploração do homem pelo homem». Pede igualmente que se proporcionem aos pequenos e médios agricultores garantia na venda dos seus produtos, subsídios, adubos e sementes e garantia de terra suficiente para a manutenção das respectivas famílias e ainda que seja garantido aos rendeiros terra para que em condições justas possam produzir e viver decentemente.

«O congelamento da contratação colectiva só no nosso distrito afecta cerca de 60.000 trabalhadores no momento em que são descongelados os preços e aumenta vertiginosamente o custo de vida» — afirmou Luís Grácio em nome do Sindicato dos Metalúrgicos de Santarém, o qual frisou que

«Insurgindo-se contra a campanha dos reaccionários e recordando que «se se tivesse expropriado as grandes propriedades antes das ocupações já não haveria a linguagem provocatória das ocupações selvagens», Maria da Glória acentuou: «O que não é justo e é selvagem são os terrenos abandonados, subaproveitados, os despedimentos, o desemprego (...) selvagem é não pagar os vencimentos aos trabalhadores (...). Selvagem é retirar os ganhos das herdades expropriadas (...). Selvagem são as posições da Confederação dos Agricultores Portugueses, antiga ALA, que reivindica junto do primeiro-ministro a suspensão da Reforma Agrária (...).»

Em representação do Sindicato dos Operários da Construção Civil, Marcenaria e Cantaria do Distrito de Santarém falou Pedro Pereira Carlos, que depois de referir a luta dos trabalhadores da construção civil pela acção de novas tabelas salariais e a negociação de um contrato de trabalho vertical, passou a analisar a medida de congelamento de salários e o aumento de preços afirmando: «Consequência dessas medidas: cada dia que passa os nossos salários valem menos. Cada dia compramos menos com o mesmo dinheiro, o que significa que somos hoje mais pobres do que ontem e seremos amanhã mais pobres do que hoje».

Apelando para a luta que vai desde o alertar os companheiros de trabalho menos esclarecidos de molde a tomarem consciência, «pois só unidos e organizados poderemos resistir à ofensiva capitalista que, descaradamente, nos rouba os nossos salários, subindo os preços», o orador apontou ainda outros males que atigem os trabalhadores do seu sector, nomeadamente o facto de muitas firmas não pagarem os salários estabelecidos nos contratos, não pagarem com regularidade, os despedimentos continuarem a grassar impunemente, não se pagarem subsídios de férias nem de Natal. E resumiu: «Os patrões estão-se nas tintas para cumprir leis a não ser quando estas são restritivas para os direitos dos trabalhadores».

### A LUTA CONTINUA

«As grandes acções de massas ultimamente levadas a cabo não podem parar e, de acordo com as condições concretas de cada zona ou de cada sector, deverão ser intensificadas e alargadas às mais amplas camadas de trabalhadores».

a luta vai continuar contra a presente política antioperária, reclamando igualmente «a urgente tomada de medidas pelos órgãos do poder político-militar para que ponham termo à escalada antioperária, à viragem à direita, à política de recuperação capitalista que consideramos uma provocação aos trabalhadores».

### CERRAR FILEIRAS

Jaime Machado, falando em nome da Intersindical, abordou entre outros temas que dizem respeito à luta diária dos trabalhadores, a necessidade da unidade das classes trabalhadoras contra a exploração, afirmando: «Nesta batalha em que todos estamos empenhados não há lugar para desânimos».



«As grandes acções de massas ultimamente levadas a cabo não podem parar e, de acordo com as condições concretas de cada zona ou de cada sector, deverão ser intensificadas e alargadas às mais amplas camadas de trabalhadores».

Cerrando fileiras contra a ofensiva da reacção, os trabalhadores do distrito de Santarém responderam amplamente ao apelo dos Sindicatos dos Operários Agrícolas, Metalúrgicos e Construção Civil e à União dos Sindicatos de Santarém, dando corpo a uma grande jornada de luta contra a recuperação capitalista e pelo avanço da democracia.



# UJC: CANTO LIVRE E REVOLUÇÃO

## Os camaradas Álvaro Cunhal e Octávio Pato estiveram presentes no festival de canto livre amador levado a efeito pela UJC no Pavilhão dos Desportos na passada segunda-feira

Na sequência dos festivais de canto livre amador que a União da Juventude Comunista vinha promovendo a nível distrital, milhares de jovens, oriundos de vários pontos do país, assistiram com entusiasmo na passada segunda-feira, à noite, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, ao desfile das 18 canções seleccionadas para final, que decorreu num ambiente de fraterna amizade e camaradagem.

Quando pouco depois das 22 horas se procedia à apresentação das canções já a sala estava completamente esgotada e ainda para lá caminhavam núcleos de jovens, que entoando canções revolucionárias e agitando bandeiras vermelhas manifestavam alogremente a sua presença nos caminhos de acesso ao Pavilhão dos Desportos.

Antes do desfile das canções, os camaradas Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e Horácio Rufino, da Comissão Executiva da UJC, foram alvo das vibrantes aclamações dos largos milhares de jovens que ali acorreram para assistirem a mais uma jornada de confraternização popular, onde as canções de intervenção, bem enraizadas na luta que se trava em Portugal,

foram pretexto para fraterno convívio.

Depois de ouvidas as 18 canções (ou seja, as três primeiras classificadas nos seis festivais distritais), um júri composto por José Carlos Ary dos Santos, Mário Castrim, José Jorge Letria, Fernando Tordo, Carlos Mendes e Joaquim Pessoa, decidiu atribuir, com o máximo de pontos, o primeiro lugar «ex-aequo» às canções «Uma Só Luta», interpretada pelo duo Tojal, «Pega de Caras à Burguesia», por Carlos Paulo e «Metamorfose» pelo cantor angolano Roberto, militante do MPLA, que foi calorosamente ovacionado pela assistência ao mesmo tempo que palavras de ordem como «MPLA, Vitória Certa», «Um Só Povo, Uma Só Nação», sob a bandeira do MPLA e «A Luta Continua» eram gritadas por um gigantesco coro, numa afirmação significativa de solidariedade e internacionalismo.

UNIR A JUVENTUDE — «O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, chegou ao Pavilhão dos Desportos na altura em que era divulgada a classificação das canções. Logo que subiu ao palco a assistência irrompeu em aplausos

e aclamações. Ao longo da sua breve intervenção saudou os jovens militantes e todos aqueles que lutam pela unidade da juventude, salientando também a importância de que se revestem iniciativas que, como esta, tentam aproximar as massas juvenis numa contribuição muito válida para a formação de um amplo movimento de defesa, ao lado dos trabalhadores, as conquistas da Revolução.

Em seguida, um camarada da CC da UJC, realfirmaria o carácter unitário deste festival, que, como todas as outras iniciativas realizadas até agora (bailes, convívios, torneios desportivos, etc.) têm atraído centenas de jovens.

«Os temas dominantes foram os mais gratos ao nosso coração colectivo: a defesa da Reforma Agrária, a libertação dos povos coloniais, a urgência de se reforçar a unidade antifascista e ainda o papel da juventude na nossa revolução» — estas as palavras mais salientes proferidas pelo júri, numa declaração lida após o desfile das canções concorrentes.

«nesta final não houve nem vencedores e sim camaradas na mesma luta».

Depois de aprovada por unanimidade uma moção que exige o imediato reconhecimento, por parte de Portugal, da República Popular de Angola, seguiu-se uma sessão de variedades durante a qual actuaram alguns membros do júri e ainda Carlos Moniz, Maria do Amparo e Alfredo Vieira de Sousa.

Ao som de «Avante Camarada» e «Venceremos» terminava mais uma jornada de confraternização através da qual a juventude demonstrou, uma vez mais, a sua completa identificação com os ideais da democracia e do socialismo.

O convívio não ficou por aqui. Durante quase toda a noite a juventude ali presente dançou e saltou, num animado bailaço que se arrastou até de madrugada.

### ALMADA E SEIXAL

A UJC dos concelhos de Almada e Seixal promove no próximo domingo o I Festival de Canto Livre Amador daqueles concelhos. Esta iniciativa irá, certamente, merecer da juventude local igual interesse ao já encontrado noutras regiões do país.

### SELVAGEM É A EXPLORAÇÃO

«As mulheres são quem mais sente os aumentos!» — declarou Maria da Glória, operária agrícola da Chamusca dirigindo-se aos mil-



# COMÍCIO ENTUSIASTICO EM ALMADA

## O comício do nosso Partido em Almada constituiu mais uma vigorosa jornada de luta em defesa das conquistas revolucionárias. Movimento popular, Reforma Agrária e controlo operário foram alguns dos temas abordados pelo camarada Octávio Pato

Promovido pela Comissão de Freguesia de Almada do PCP realizou-se, na passada sexta-feira, um comício do nosso Partido que contou com a presença do camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC.

O Salão de Festas da Incrível Almada estava repleto de uma multidão entusiasta e nas paredes podiam ler-se as palavras de ordem: «Unidos Venceremos», «Cultura e Desporto um Direito do Povo», «Contra o Sectarismo Unidade Antifascista» e «Nacionalização, Controlo da Produção».

A mesa era constituída pelos camaradas: Luisa Ramos, Aires Lisboa e Costa Santos, da Comissão de Freguesia de Almada, Paulitos, da Comissão Concelhia de Almada, Paulino, da UEC, Américo, da UJC, e Octávio Pato da direcção do nosso Partido. Seriam convidados a fazer parte da mesa os «velhos» militantes comunistas João Raimundo e Álvaro Ferreira.

A abrir o comício a camarada Luisa Ramos lembrou, face à «manipulação da direita fascista dos órgãos de informação», a necessidade de promover sessões de esclarecimento «a fim de darmos a conhecer a justa linha do nosso Partido e tentar unir, por esta forma, todos os trabalhadores honestos, numa frente antifascista».

Falou seguidamente o camarada Costa Santos da Comissão de Freguesia de Almada. Ao referir-se ao passado antifascista do povo de Almada diria: «Nós, comunistas, juntamente com todos os antifascistas almadenses, temos grandes responsabilidades no avanço do processo revolucionário, porque, nunca nos vergámos ao pior inimigo das forças progressistas, que foi o fascismo».

Lembrou depois a necessidade de aproveitarmos o período eleitoral para realizar uma vasta campanha de esclarecimento. Terminaria saudando a heróica luta do MPLA, e frisando a necessidade urgente do reconhecimento da República Popular de Angola pelo Governo Português, reconhecendo esse entravado «pelos factos democratas, pelos racistas e fascistas».

O camarada Paulino, da UEC, que interveio seguidamente, referiu-se à escalada das forças fascistas e ao seu reflexo nas escolas, advertência para o perigo de se perderem as principais conquistas alcançadas, como sejam a liberdade de reunião e a gestão democrática. Finalizou apelando para o recenseamento dos jovens e pela sua participação na luta ao lado das forças progressistas.

O camarada Paulitos, da Comissão Concelhia de Almada, seria o orador seguinte. Salientou a necessidade de dinamizar as Organizações populares de base (Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores), onde «se faz sentir também a campanha orquestrada pelas forças reaccionárias, no sentido de destruição daquelas organizações, e na tentativa de as identificar com o nosso Partido».

«A melhor maneira de combater esses ataques, inseridos numa já longa campanha de um anticomunismo primário, e movidos por forças reaccionárias, verbalistas e esquerdistas, é apresentar um trabalho válido e simultaneamente contribuir para acentuar o carácter unitário das organizações populares de base. Os comunistas batem-se e sempre se têm batido, por um trabalho em unidade na defesa das massas trabalhadoras, não

alinhando porém com os que pretendem lugares de poleiro».

Terminaria referindo a actuação do Ministério da Administração Interna, dizendo a esse propósito: «Vem agora o MAI com um despacho, tentando obrigar as autoridades locais a proceder ao desalojamento das Creches e Infantários que estão instalados em prédios que se encontram devolutos há já alguns anos. Temos conhecimento que neste momento se encontram já com ordem de despejo as Creches e Infantários de Almada e do Pombal. Perguntamos, camaradas: de que lado está o Ministério da Administração Interna?»

«É por representar uma verdade histórica — que afirmarei que o povo da região de Almada esteve sempre e está ainda hoje, entre as primeiras filas dos combatentes pela causa da liberdade e da democracia. Na luta contra a ditadura fascista, na luta contra o obscurantismo agressor, os trabalhadores da zona de Almada, as colectividades de cultura e recreio desempenharam um papel inigualável ou só igualável com terras que foram também fortalezas da resistência e da luta antifascista».

Estas as palavras com que o camarada Octávio Pato iniciou a sua intervenção, vibrantemente aplaudido pelas centenas e centenas de militantes e simpatizantes do nosso Partido que acorreram à Incrível Almada.

Referindo-se à fase actual do processo democrático, em que se assiste a uma ofensiva declarada da reacção, que tenta, por todos os meios, recuperar o que perdeu em 25 de Abril, o camarada Octávio Pato, afirmou:

«Através da rotura criada com a divisão havida entre os militares do

MFA e da ausência de unidade entre as forças democráticas, a reacção não se limitou a paralisar todo o processo revolucionário, pois procura e continua a procurar pôr em causa todo o processo, fazendo-o retroceder e, se possível, voltar a ocupar o poder que perdeu com o 25 de Abril.

«Com esse objectivo, a reacção está a utilizar meios e formas variadas de luta. Recorre ao terrorismo, aos ataques bonistas, aos incêndios; promove o que chama planários de agricultores centrados na luta contra a Reforma Agrária; ali dia antigos capatazes, locais do patronato ou simples capangas para tentar impor aos trabalhadores os patrões que fugiram ou foram expulsos das empresas que sabotavam ou dominavam.

«A reacção procura atacar em todas as frentes incluindo a frente da intriga e da calúnia. Até inventa «arsenais» de armas nas cooperativas agrícolas com o objectivo de levar lá forças armadas na esperança de que assim talvez consiga provocar qualquer incidente, ou amedrontar os valentes trabalhadores que estão «acredendo uma bela página da nossa história através da realização da Reforma Agrária».

«Após breves considerações sobre a actuação contra-revolucionária do PPD e dos outros partidos da direita, o camarada Octávio Pato finalizou, assim a sua intervenção: «Embora contrariando o desejo da reacção e até de alguns outros que se dizem «revolucionários» ou «progressistas», mas que tudo fazem para impedir ou dificultar a unidade e aliança entre as forças revolucionárias e democráticas, a unidade progride, a unidade desenvolve-se, a unidade triunfará.»

# Avante!

um número especial Sai em Breve!

## uma revista comemorativa do 45.º aniversário

### ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTIFICO

# CURSO BASICO DO COMUNISMO CIENTIFICO

## 2.º VOLUME

edições AVANTE!

Este Curso reúne e elabora cientificamente as experiências de outros povos na construção do socialismo e do comunismo, e assim demonstra e comprova que as vitórias alcançadas pelos países socialistas são, por um lado, obra e fruto do esforço criador porfiado e inquebrantável da classe operária e das massas trabalhadoras, e por outro o resultado concreto, prático, objectivo, da teoria marxista-leninista, único guia para a acção capaz de levar o proletariado ao futuro que traz nas mãos.

Distribuição e assinaturas: CDL — Central Distribuidora Livreira, Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

# MANUAL de ECONOMIA POLITICA

Este manual, traduzido directamente do russo, expõe de uma forma clara os princípios fundamentais da economia socialista. Redigido por um colectivo de 11 especialistas sob a direcção do Prof. N. D. Kolesov, nele se submetem ainda a uma análise crítica científica as teorias económicas burguesas e reformistas.

O leitor interessado em conhecer esta realidade que é o socialismo científico, encontrará aqui expostos de uma forma acessível mas rigorosamente baseada no marxismo-leninismo, os princípios que norteiam a construção de uma sociedade em que é líquida a exploração do homem pelo homem, assim como a experiência acumulada pela URSS e pelos outros países socialistas.

COLECÇÃO CIÊNCIAS ECONÓMICAS SOCIAIS  
NOVO CURSO EDITORES

Distribuído e pedidos a CDL — Central Distribuidora Livreira, SARL

Lançamento a 23 de Fevereiro de 1976

# GRANDE COMÍCIO DO PCP EM COIMBRA

## Onde quer que a reacção procure acoitar-se encontrará pela frente a resistência das massas trabalhadoras, como provam as crescentes lutas que se vêm travando na região das Beiras pela defesa intransigente das conquistas da revolução, e que foram recordadas no grande comício em Coimbra

A limitação das liberdades e a vaga terrorista caminham a par de uma ofensiva das forças políticas reacçãoárias, designadamente do CDS e do PPD, do grande patronato e dos grandes agrários, para anular outras grandes conquistas económicas e sociais da revolução, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária, o controlo operário e a política de salários e preços inaugurada pelo 25 de Abril, visando a defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas — afirmou o camarada Álvaro Cunhal no grandioso comício promovido pela DORB do PCP em Coimbra, no passado domingo.

A ofensiva das forças reacçãoárias, que ganhou novo impulso após os trágicos acontecimentos de 25 de Novembro e, consequentemente, a resposta das massas populares e das forças progressistas em geral contra a recuperação que a direita vem tentando do poder perdido com o derrube do regime fascista, constituiram, aliás, os grandes temas abordados pelos vários oradores da sessão.

A mesa que presidiu ao comício integrava representantes das

O primeiro orador foi o camarada José Bernardino que começou por referir a campanha terrorista que grassa por todo o território nacional e que visa em especial o PCP, e cujos objectivos, segundo afirmou, são intimidar o povo português, criar intranquilidade e insegurança, impedir o esclarecimento, impedir a livre escolha, impedir eleições livres.

O medo que a reacção procura espalhar — afirmou a dada altura — reflecte, porém, uma outra realidade: os reacçãoários, as forças do capital que lhe estão por detrás, têm medo!

E prosseguiu: **Têm medo que o movimento popular se consolide mais, que a organização dos trabalhadores formem barreira unida contra a minoria parasita e exploradora;**

**Têm medo que os trabalhadores meçam as suas forças e conclamem que não lhes cumpre apenas produzir a riqueza mas também realizar um eficaz controlo operário;**

**Têm medo que os frutos das nacionalizações e da Reforma Agrária amadureçam e tornem evidente que é possível o progresso sem exploradores, sem latifundiários nem**

### "AQUI NAS BEIRAS FINQUEMOS OS PÉS E AVANCEMOS"

O orador relacionou em seguida a escalada terrorista com a recuperação do capitalismo, citando alguns exemplos bastante esclarecedores:

Na "Joaquim Lima", em Lourosa, o patrão encosta uma pistola aos delegados sindicais e recruta mercenários que atiram, ferindo cinco trabalhadores. Na CELTEJO, em Vila Velha de Ródão, ou na Fábrica de Papel do Vouga o patronato ataca e procura voltar à empresa que abandonara e aproveitar os sacrifícios dos trabalhadores para a manter a laborar. Na MOLAFLEX, em S. J. da Madeira, o famigerado Rui Moreira já lá está. Os exploradores dos operários e camponeses da "Martins e Rebelo" já transpuseram os umbrais da empresa pelas mãos de Magalhães Mota. Na CASAL em Aveiro ou na CIDLA em Coimbra promove-se descaradamente a reintegração de um "pide" saído de Custóias ou de um legionário saneado.

Analisando depois a actuação do Ministério do Trabalho face à

pela liberdade e pela democracia, mesmo nos Açores, Guarda, Viseu ou Bragança.

Apelamos para os trabalhadores da cidade e do campo, manuais ou intelectuais, para os jovens e para as mulheres, para que se não alieiem dessa batalha. E que na sua actividade diária, nos seus locais de trabalho, esclareçam e mobilizem, engessem connosco, com o Partido da classe operária e dos trabalhadores, uma força poderosa que derrote a reacção e demonstre que o nosso povo não quer mais, nunca mais, voltar atrás.

Aqui, nas Beiras, finquemos os pés. Avancemos. Os trabalhadores vencerão.

### MEDIDAS DE AUSTERIDADE OU RECUPERAÇÃO CAPITALISTA?

Representando as organizações juvenis do PCP, interviu em seguida o jovem José Tavares, que se referiu em especial à escalada reacçãoária a que se assiste nas escolas e nos locais de trabalho, sublinhando a importância do papel que cabe à juventude comunista, organizada na UJC e na UEC, na defesa intransigente dos interesses da juventude trabalhadora e estudantil em particular e do povo português em geral, no ganhar de outros jovens para o processo revolucionário em curso, para a consolidação da democracia rumo ao socialismo.

Falou, depois, o camarada Ramiro Reis, electricista e membro da Comissão Concelhia da Covilhã.

Como aconteceu com a maioria das intervenções, a principal tónica do discurso foi a ofensiva contra as grandes conquistas da revolução. Criticando a cobertura e apoio que os organismos governamentais estão a dar a essa ofensiva, Ramiro Reis afirmou a dado passo:

**Assistimos a uma política governamental que, nos seus aspectos essenciais, está a dar uma forte cobertura à recuperação de muitos dos golpes que a revolução tinha já vibrado no grande capital. Aquilo a que hoje se chama as "medidas" de austeridade e que se traduziram, por exemplo, no aumento escandaloso de preços dos bens essenciais, no congelamento da contratação colectiva e no aumento dos impostos indirectos, representam uma política estudada para fazer cair sobre as costas da classe operária e de outras classes desfavorecidas todo o peso da recuperação económica nacional, o peso enorme de todos os erros, dificuldades e sabotagens que a nossa economia tem suportado. Os projectos de indemnização dos antigos donos da banca nacionalizada; a recusa pelo Ministério do Trabalho de capacidade de gestão e controlo nas empresas a tantas comissões de trabalhadores; as manobras em curso para devolução das**



empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado aos seus antigos proprietários, são outros tantos aspectos de uma política antipovo e antipovo de cada vez mais acentuada.

Todavia, como salientou o orador, a resposta das massas populares e em especial das classes trabalhadoras não se fez esperar. Também na região das Beiras, nas zonas de concentração operária, os trabalhadores se têm batido corajosamente pela defesa dos seus interesses de classe, pela manutenção das principais conquistas alcançadas, contra as investidas do patronato reacçãoário.

### NA CELULOSE DO TEJO VENCEU A UNIDADE OPERÁRIA

É assim que, recentemente, no concelho da Feira, no distrito de Aveiro, operários corticeiros em aliança com outros trabalhadores desenvolveram uma vigorosa luta contra o saneamento de delegados sindicais. É assim que, em Coimbra, os operários da Mondorel reforçam a sua unidade contra as tentativas divisionistas do patronato e seus lacaios e conseguem manter a produção contra a sabotagem financeira com que os tentam asfixiar. É assim que, na Voadreia, em Seia, os trabalhadores têxteis paralisam a produção, em protesto contra os níveis desenfreados de exploração de que são vítimas e em luta pela sua integração no Contrato Colectivo de Trabalho dos Lanifícios, contrato que os mesmos patrões são já obrigados a cumprir no outro lado da Serra, designadamente em Unhais, Covilhã e Tortosendo.

Na Beira Baixa foi também a unidade da classe operária o factor fundamental para a derrota das tentativas de recuperação da empresa pelos ex-administradores fascistas na Celulose do Tejo, onde hoje a produção normal foi retomada e o controlo da empresa pelos trabalhadores é mais firme do que nunca. Foi ainda essa unidade que, no mês passado, na Covilhã, trouxe para a rua muitos milhares de operários em luta contra a carestia da vida e contra o congelamento da contratação, e determinou uma gigantesca paralisação de cerca de 90% de todos os sectores económicos e

empresas da Covilhã.

A unidade, outro dos temas mais focados no decorrer do comício, foi também apontada pelo orador que afirmou, prestes a terminar:

**Na defesa do controlo operário, da liberdade e independência dos sindicatos, pelo fim do congelamento da contratação; na luta contra a subida assustadora dos preços; no combate ao regresso dos antigos patrões fascistas às empresas, acompanhados do seu cortejo de velhos e odiados métodos de exploração e opressão, adaptando a luta às condições e às dificuldades de cada meio, há que firmar uma mais larga unidade entre todos os trabalhadores e destes com todos os antifascistas e democratas portugueses. Para esse objectivo, contribuirá decisivamente a luta que os comunistas, dentro das suas próprias organizações e dentro das empresas, têm que continuar a travar contra o seclerismo e o trabalho fechado, que em tantos casos continua a existir.**

### QUEM DEFENDE A REFORMA AGRÁRIA?

A intervenção seguinte coube ao camarada Altamiro Almeida, agricultor beirão, que nessa qualidade saudou muito em especial os agricultores do Norte e Beiras, durante tantos anos enganados e explorados pelos senhores e enriquecidos a custa do suor dos restantes trabalhadores portugueses, por esses mesmos senhores que querem agora fazer-nos acreditar que eles é que são nossos amigos e que os nossos inimigos, aqueles que nos querem continuar a ver explorados, são os operários, os trabalhadores rurais do Alentejo e de uma forma geral todos os que vivem à custa do seu trabalho honesto.

E o orador continuou: **Não nos podemos deixar enganar por esses senhores. Então se eles durante quase cinquenta anos sempre usaram da influência que tinham no governo fascista para nos dificultarem cada vez mais a vida, para nos roubar, agora é que nos vão defender? Durante 50 anos foram fascistas e agora é que lhes deu o amor pelos explorados do campo?**

Formaram uma coisa a que chamaram Confederação e dizem que ela é dos agricultores portugueses. Então os grandes latifundiários alentejanos é que vão defender os nossos interesses? Serão essas senhoras de casacos de peles que nós vimos pela televisão em Rio Maior a fumar cigarrilhas? Serão os senhores de Mercedes como os que apareceram em Cinfães e nem nos deram boia na volta? Serão homens como esse Francisco Raimundo que expulsou 150 rendeiros das suas quintas?

Serão pessoas destas que defenderão os agricultores portugueses de calos nas mãos? Alertando os agricultores para os escuros objectivos que se escondem sob a capa da CAP, o camarada Altamiro Almeida não perdeu a oportunidade de salientar algumas das medidas que os ditos defensores dos pequenos, e médios agricultores, deveriam defender, se a verdade estivessem interessados no avanço da Reforma Agrária no Norte:

- os pequenos e médios agricultores é que deviam dirigir as suas cooperativas;
- os pequenos e médios agricultores deviam ser aliviados de impostos;
- a Lei do Arrendamento Rural devia ser aplicada em favor de todos os rendeiros até hoje duplamente explorados;
- os produtos necessários à lavoura deviam ser fornecidos aos pequenos e médios agricultores nas melhores condições e não de maneira a enriquecer os grandes intermediários, como faz o ministro Magalhães Mota, do PPD, ou como defendem os CDS;
- os produtos que nós produzimos deviam-nos ser pagos com justiça e não miseravelmente para depois os grandes intermediários ganharem lucros fabulosos à custa do nosso suor e eles sem fazerem nada; etc.

Após recordar que, felizmente, os agricultores do Norte e Beiras começam a ver quem os quer enganar, o nosso camarada terminou a sua intervenção dirigindo-se ao seu s compaenheiros de classe, a quem recordou que, seja qual for o nosso partido, os nossos interesses são sempre os mesmos. Por isso, precisamos

de nos organizar em Ligas e Cooperativas em cujas direcções não haja doutores que de agricultura só sabem quanto ela lhes rende à custa do nosso trabalho.

E nós, os agricultores unidos, temos que dar as mãos aos restantes trabalhadores pois só assim conseguiremos construir a democracia rumo ao socialismo.

### VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA!

A encerrar o comício falou o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção transcrevemos em separado. Durante a sessão foram ainda aprovadas diversas moções, de que destacamos a de apoio ao povo angolano e ao MPLA: **Milhares de portugueses presentes num comício do Partido Comunista Português em Coimbra, saúdam o glorioso MPLA, legítimo representante e vanguarda revolucionária do Povo Angolano, e o seu braço armado, as FAPLA, pelas significativas vitórias sobre o imperialismo internacional e seus lacaios internos, UPA/FNLA—UNITA.**

A vitória do Povo Angolano insere-se nas grandes vitórias que as forças amantes do progresso e da paz têm obtido sobre as forças do grande capital que tentam alargar e intensificar a opressão sobre todos os povos do mundo.

Como cumprimento da vontade largamente expressa pelos trabalhadores e pelo Povo Português, e ainda como garantia do estabelecimento de cordiais relações entre dois Estados livres, soberanos e independentes, é necessário que as autoridades portuguesas reconheçam sem demora a República Popular de Angola, simples acto de justiça de que o Povo Angolano é sobejamente merecedor.

**Viva o Povo Angolano em luta pela libertação!  
Viva o Internacionalismo Proletário!  
Viva o MPLA!  
Viva a República Popular de Angola!**



comissões distritais de Coimbra, Viseu e Guarda; comissões concelhias; células de empresas; organizações de pescadores da Figueira da Foz e de agricultores; os camaradas Carlos Fraião, Joaquim Serrão, Vasco Paiva, Carlos Figueira e José Bernardino, da Direcção da Organização Regional das Beiras; e ainda os camaradas Dias Lourenço e Pires Jorge, do CC do PCP.

Pires Jorge, que dirigiu os trabalhos, abriu a sessão integrando-a no actual momento político, designadamente a situação pré-eleitoral em que vivemos.

**intermediários;**

**Têm medo que os pequenos e médios agricultores se libertem e deixem de ser presa dos agrários e dos saudosistas;**

**Têm medo que os trabalhadores organizados e unidos não tolem o regresso dos exploradores que sabotaram e arruinaram as empresas;**

**Têm medo que a grande maioria do povo deixe de ser manipulada e descubra a mentira, a calúnia e a demagogia de que se servem os reacçãoários e seus aliados.**

ofensiva do capitalismo, o camarada José Bernardino criticou duramente aquele organismo estatal, acusando-o de pactuar com o patronato.

Após salientar como é flagrante a identidade dos interesses fundamentais da grande maioria do nosso povo, aquele camarada apelou para a unidade de todos os trabalhadores, afirmando a

A batalha pela democracia política não pode ser dissociada da luta da luta pela democracia económica. As eleições para a Assembleia Legislativa devem estar ligadas à nossa luta diária

desejando que tais acordos se multipliquem.

Salientando que se coloca, a urgência, a necessidade da unidade operária e de todos os trabalhadores, das massas populares e do entendimento de todas as forças e sectores políticos interessados em deter o regresso ao passado, o camarada Álvaro Cunhal passou a destacar: **"A unidade dos trabalhadores verificou-se na acção comum em defesa dos interesses de classe. Verificou-se em acções de massa como a grande manifestação de 14 de Janeiro contra a carestia da vida e o congelamento, com a paralisação de 112 das 120 empresas da Covilhã, com a deslocação a pé, daqui de Tortosendo para a Covilhã, de mais de 1000 operários para participarem nessa magnífica manifestação unitária em que se viram ao lado dos trabalhadores comunistas, trabalhadores socialistas e trabalhadores de outras tendências. A todos, independentemente das suas ideias políticas quero saudar por essa magnífica acção.**

**A unidade dos trabalhadores verificou-se na acção sindical, no reforço da organização dos trabalhadores e na defesa das suas estruturas. Verificou-se em acções unitárias dentro dos sindicatos que recentemente se traduziu na Covilhã na vitória da lista A no Sindicato dos Têxteis, pela qual os trabalhadores que nela participaram todos os que contribuíram para tal resultado.**

Quando os trabalhadores compreendem a necessidade de estarem unidos, não há manobras divisionistas sejam de tal ou tal Ministério, sejam de tal ou tal partido de direita, sejam de esquerdistas pseudo-revolucionários, que os consigam dividir.

Por isso, os sindicatos da Covilhã soberbaram uma devida resposta recusando receber a DROT do Ministério do Trabalho, espcialista em acções divisionistas e provocatórias.

Actualmente desenvolve-se uma grande luta contra os sindicatos contra a listagem. No Ministério do Trabalho procuram revogar a lei que estabelece a unidade sindical. Simplesmente, a lei sindical que estabelece a unidade foi posta à ampla discussão nos sindicatos e agora pretende-se acabar com a uni-

## ÁLVARO CUNHAL EM TORTOSENDO

A fim de participar no comício comemorativo da inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, em Tortosendo, baluarte tradicional da luta operária contra a exploração patronal naquela região do país, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se na tarde de domingo àquela localidade.

No entusiástico comício, a que assistiram cerca de duas mil pessoas, o secretário-geral do PCP foi inúmeras vezes interrompido pelos repetidos aplausos da assistência.

Na sua intervenção centralizada na ofensiva das forças reacçãoárias e na resistência popular que se lhe opõe, o camarada Álvaro Cunhal começou por abordar a impunidade de que gozam os bandos terroristas, bem como o cada vez maior número de regiões onde não vigoram as liberdades democráticas (Açores, Madeira, Trás-os-Montes, e numerosos concelhos das Beiras).

Analisando as diferentes frentes de actuação das forças reacçãoárias, o camarada Álvaro Cunhal salientou que a ofensiva, animada por partidos do Governo que se dizem democratas e socialistas, adquire talvez maior profundidade na frente económica, atingindo directa e indirectamente os interesses dos trabalhadores. Chamando a atenção para a ligação inseparável entre a política contra as liberdades e a política de recuperação do grande capital, do patronato reacçãoário e dos grandes agrários, acrescentou que esta ofensiva já se não desenvolve facilmente e será obrigada a recuar se os trabalhadores se soberberem unir e organizar.

Depois de sublinhar que os trabalhadores não aceitam a política económica do PS-PPD, que pretende solucionar as dificuldades da economia e das finanças nacionais com o agravamento das condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras, o secretário-geral do PCP afirmou: **"Para o bem do povo e do país, os trabalhadores estão dispostos a grandes sacrifícios, a trabalhar mais se for necessário e receber menos se tal se impusesse, a prescindir temporariamente de benefícios e regalias sociais. Mas isso para construir uma sociedade nova, uma sociedade socialista, onde desaparecerá para sempre a exploração do homem pelo homem. Mas não aceitarão esses**

sacrifícios para que exploradores encham os colares quando na casa dos pobres o dinheiro não ch'ra para as res".

Em seguida, afirmou: **"Os trabalhadores não aceitarão que se congelem os salários, se aumentem os preços dizendo-se que não há dinheiro, no mesmo momento em que se anunciam indemnizações aos grandes capitalistas e aos grandes agrários, em que se descongela o contas de milionários, sabotadores da economia nacional, em que a grande burguesia gasta cada vez mais à tripa fora. Os trabalhadores defendem e defenderão palmo a palmo, o salário, os benefícios sociais, as reformas."**

Após ter analisado o processo da ofensiva reacçãoária contra as nacionalizações (que a classe operária defende e defenderá vigorosamente), ofensiva à qual é compreensível que o CDS e o PPD deem estímulo e cobertura mas menos compreensível que um outro partido que tem o nome de socialista alinhe nas contestações às nacionalizações, o camarada Álvaro Cunhal afirmou que a classe operária defenderá vigorosamente as empresas e o controlo operário onde se verificou a intervenção do Estado, porque os patrões as haviam conduzido à beira da falência e do encerramento.

O camarada Álvaro Cunhal denunciou a escalada de terror utilizada pelo patronato reacçãoário na tentativa de recuperação das empresas, a qual se processa com a benevolência, e mesmo o auxílio, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Indústria.

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

Referindo-se à ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, disse: **"Aqui na Beira, a reacção faz grande campanha contra a Reforma Agrária. Diz que a Reforma Agrária expropriou os pequenos e médios agricultores das Beiras e do Norte. Isso é completamente falso. A reforma agrária atinge somente as muito grandes propriedades. Os pequenos e médios agricultores também beneficiam com a Reforma Agrária."**

**Camarada: Lê e difunde o**

**«AVANTE!»**

**Organiza postos e grupos de venda**

## O ANIVERSÁRIO DO «AVANTE!»

Comemorando o 45.º aniversário do «Avante!», o núcleo do nosso jornal, em Alhandra, promoveu, com o apoio do Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, naquela localidade, um concurso de quadras populares alusivas à vida de luta do Órgão Central do Partido Comunista Português.

Foram recebidas quadras dos mais variados pontos do país, nomeadamente Ovar, Pinhel, Porto, Leiria, Coimbra, Carcavelos, e como seria natural, das localidades próximas de Alhandra, num total de 194 quadras, de 51 candidatas.

Nessa sessão que se realizou no domingo passado na Sociedade Euterpe Alhandrense, com a presença dos camaradas Joaquim Gomes, membro do secretariado e da Comissão Política do CC, e Manuel Pedro, membro do Comité Central, foram apresentadas as quadras vencedoras. Na mesa que presidiu à sessão estavam também presentes os camaradas Fonseca, de Vila Franca de Xira, Castanheira, de Alverca, Machado, de Alhandra, e Fernanda Vicente, da Comissão Concelhia de Alhandra do PCP.

Dirigindo-se a numerosa assistência que enchia a Sociedade Euterpe começou por recordar:

**"Estamos aqui reunidos para comemorar o 45.º aniversário do jornal 'Avante!'. Foi nesta data histórica que apareceu o primeiro número do jornal que durante os longos anos de ditadura foi uma voz livre que o fascismo não conseguiu amordaçar."**

Salientando depois que ao longo destes 45 anos, cumprido o seu glorioso papel por ser um jornal estreitamente ligado aos operários, aos camponeses, a todas as camadas exploradas e oprimidas do nosso país, acrescentou: **"Nesta data não podemos esquecer os nomes dos nossos queridos camaradas José Moreira, Maria Machado, Joaquim Rafael e tantos outros dedicados militantes comunistas que tudo sacrificaram, alguns inclusive a própria vida, pela causa que o 'Avante!' defende, a causa da democracia, da paz, do socialismo e do comunismo."**

A seguir, o camarada Joaquim Gomes fez a história do jornal "Avante!" e abordou o próximo período eleitoral, tendo respondido a algumas perguntas feitas por elementos da assistência. Entretanto, o camarada Sérgio Vilari-

gues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, chegou também ao local e, numa breve intervenção, de improviso, referiu a luta do povo angolano e a vitória da sua vanguarda — o MPLA —, tendo as suas palavras sido entusiasticamente saudadas por todos os que se encontravam na sala.

Procedeu-se depois à leitura das quadras premiadas, que publicamos noutra local, bem como de outras que pelo seu interesse foi decidido dar a conhecer aos presentes. O primeiro prémio foi ganho por José Manuel, de Ovar, e a primeira e a segunda menção honrosa respectivamente por Maria Lobato André e Severiano Falcão, ambos de Alhandra. Os prêmios constam de livros.

No final realizou-se uma sessão de canto livre com a participação de cantores populares, e o coro da

Organização de Pioneiros encerrou a festa com a sua actuação, tendo cantado um Hino do Avante, cuja letra foi escrita pelo jovem pioneiro António Mateus.

### SAUDAÇÕES

Outras organizações do Partido e Centros de Trabalho, em várias regiões do país, comemoraram igualmente o 45.º aniversário do nosso jornal. Foram também inúmeras as saudações, muitas delas vindas do estrangeiro, recebidas na nossa redacção. Entre estas últimas, permitimo-nos destacar um telegrama de felicitações ao "Avante!", assinado pelo Clube da Amizade Internacional do Palácio dos Pioneiros de Moscovo, e enviado também em nome dos membros do Komsomol das escolas da capital da URSS.

## AS QUADRAS PREMIADAS

### 1.º PRÉMIO

Aqueles que por ti morreram  
O nosso muito obrigado  
Na luta p'lo mundo novo  
Eles vão ao nosso lado

José Manuel — Ovar

### 1.ª MENÇÃO HONROSA

Tu até passavas as grades  
De Peniche ou de Xadrez  
E ali na solidão  
Quantas coisas nos dizias...

Maria André — Alhandra

### 2.ª MENÇÃO HONROSA

O "Avante!" até foi pão  
Que muitos bons portugueses  
P'ra serem livres na prisão  
O comeram muitas vezes

Severiano Falcão — Alhandra

# «A REACÇÃO SERÁ DERROTADA E PORTUGAL PROSSEGUIRÁ O CAMINHO DA DEMOCRACIA E DO PROGRESSO SOCIAL»

## No comício realizado em Coimbra no domingo, o camarada Álvaro Cunhal analisou o momento político e apontou as posições do nosso Partido perante a complexa situação política

### EM DEFESA DAS LIBERDADES E DA ORDEM DEMOCRÁTICA

Todos sabemos que a situação actual contém perigos reais. A reacção desenvolve uma ampla ofensiva contra as liberdades, contra os trabalhadores, contra as transformações económicas e sociais progressistas alcançadas desde o 25 de Abril, contra a própria democracia portuguesa.

É evidente que as ofensas às liberdades, a tomada de posições no aparelho do Estado e no aparelho económico, as tentativas de recuperação pelo capital monopolista, pelos agrários e pelo imperialismo, os ataques ao movimento sindical e ao movimento popular em geral, inserem-se para a reacção num plano mais largo e em objectivos mais ambiciosos.

Todos os portugueses devem ter plena consciência de que a direita reacção prepara o assalto ao poder seja conquistando subreptitamente lugares-chave nos pontos de decisão, seja alcançando uma maioria parlamentar através de eleições realizadas na maior parte do país sem condições de liberdade, seja através dum golpe de força. E o golpe de força para que devemos estar preparados não é apenas do ELP e MDLP, mas de sectores políticos — do CDS e PPD — que falam muita em democracia mas que de democratas não têm nem o cheiro, como na última terça-feira revelou na Assembleia Constituinte uma pessoa que tem a obrigação de estar bem informada pois ainda recentemente, durante o afastamento temporário de Sá Carneiro, foi nem mais nem menos que o secretário-geral do próprio PPD, Emídio Guerreiro.

É inquietante que se estejam já a preparar tecnicamente eleições para a Assembleia Legislativa, se fale já nas eleições para a Presidência da República, e entretanto as liberdades democráticas não estejam asseguradas em grande parte do país e a vaga terrorista cria um clima de intimidação, de intranquilidade e de insegurança incompatível com as condições para a realização de eleições verdadeiramente democráticas.

O PCP reclama firmemente medidas energéticas e urgentes contra as actividades terroristas. Reclama medidas imediatas para assegurar o exercício das liberdades dos cidadãos em todo o território nacional.

O que se sabe é suficiente o mais que suficiente para começar a atingir as organizações terroristas e a chamar às responsabilidades os seus autores e investigadores.

Em muitos casos os autores são vistos e referenciados. Nestes casos eles próprios se gabam das façanhas. É urgente que termine a impunidade e que os autores de violências e crimes sejam presos e punidos como exigem o respeito pela legalidade, a ordem democráticas e a segurança e tranquilidade do povo português.

O terrorismo que se manifesta é o terrorismo da direita reacçãoária. Não se combate o terrorismo, se as autoridades em vez de fazerem investigações à direita, em vez de procurar explosivos e armas na posse dos caciques reacçãoários, fazem operações visando o movimento operário e militantes da esquerda.

Para fazer frente ao terrorismo não é para as cooperativas agrícolas alentejanas, ou para as casas de militantes de partidos progressistas e de sindicatos que se devem enviar forças de segurança, mas para os centros da conspiração reacçãoária e da actividade fascista.

Em vez de cercarem casas de militantes da esquerda e cooperativas e de aí fazerem buscas, cerquem e façam buscas nos conhecidos meios de armamento fascistas de Fermentelos ou de Febres (Cantanhede), cerquem e façam buscas no Hotel Grão Vasco de Viseu onde se dão vivas ao ELP, a Marcelo Caetano e ao fascismo, e certamente encontrarão coisas de interesse para o combate ao terrorismo.

O secretário-geral do PPD, dr. Sá Carneiro, na Conferência da Imprensa realizada em Lisboa no dia 10, afirmou que "o PCP tem liberdade de movimento nos Açores" e "suficiente liberdade em todas as regiões do país".

Isto diz o secretário-geral de um partido que se diz democrático, que está no governo e que afirma querer ganhar as eleições.

Isto diz ele, quando é sabido que nos Açores as autoridades militares há já muitos meses ordenaram a proibição das actividades do nosso Partido, o encerramento dos centros de trabalho e o exílio para o Continente dos nossos militantes mais destacados.

Isto diz ele quando é sabido que em vastas regiões do país, os centros de trabalho do PCP foram assaltados e incendiados, que o último que existia no distrito de Bragança foi destruído já neste mês de Fevereiro, que no distrito de Viseu apenas restam dois Centros de Trabalho abertos (Mortagua e Castro Daire), por cada dia se repetem as agressões e atentados à bomba, e que, a par das actividades terroristas clandestinas do ELP e do MDLP e de outras organizações semelhantes, bandos de caçateiros e rufiões fascistas, muitos deles a soldo do CDS e do PPD, actuam em vilas e aldeias, perseguindo, ameaçando, por vezes espancando democratas e seus familiares, impedindo qualquer propaganda verbal ou escrita do PCP, impondo a lei da moca, da barra de ferro, da pistola e da bomba.

Quando o secretário-geral do PPD chama a esta situação "liberdade de movimentos nos Açores" e "suficiente liberdade em todas as regiões do país" põe completamente a claro o que ele entende por liberdade. Liberdade não para o povo, não para todas as forças políticas, mas liberdade para a reacção praticar todas as violências impunemente como fazia a PIDE, como faziam os fascistas antes do 25 de Abril.

A "liberdade suficiente" de Sá Carneiro não se distingue pelos vistos da "liberdade possível" de Salazar.

Vê-se que os políticos nascidos e criados na Assembleia fascista de antes de 25 de Abril, estão regressando em grande velocidade ao ventre materno.

Se é esta "liberdade suficiente" que o PPD promete ao nosso povo, isto significa que o que promete não é uma democracia, mas a supressão das liberdades, uma violenta ditadura, a institucionalização e legalidade das perseguições e violências contra o movimento operário e contra as forças democráticas.

É necessário fazer um esforço sobrehumano para levar ao conhecimento das populações que hoje vivem no país ocupado pela reacção, que o PPD (tal como o CDS) não aponta para a democracia, mas para uma nova ditadura reacçãoária, que votar no PPD (ou no CDS) nas novas eleições seria contribuir para a liquidação da democracia portuguesa.

É desde já insistir intransigentemente para que seja combatido com firmeza o terrorismo e seja garantido em todo o território, o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

### EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

A limitação das liberdades e a vaga terrorista, caminham a par duma ofensiva das forças políticas reacçãoárias, designadamente do CDS e do PPD, do grande patronato e dos grandes agrários, para anular outras grandes conquistas económicas e sociais da revolução, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e a política de salários e preços inaugurada pelo 25 de Abril, visando a defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas.

Nós, comunistas, persistimos em lutar para que sejam defendidas as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, a gestão pelos trabalhadores das empresas que o patronato reacçãoário, para criar dificuldades à revolução democrática, sabotou, defraudou, conduziu à falência e pior conduziu à paralisação.

Por em causa estas conquistas é por em causa não só a perspectiva socialista, mas a própria democracia. A liquidação destas conquistas significaria a liquidação das próprias liberdades.

O PS e o PPD, que delém neste momento a hegemonia política no governo, são os autores e os responsáveis da política económica actual. São os autores da política de recuperação de empresas pelo patronato reacçãoário. São os autores da política de congelamento de salários e do aumento de preços. Já está a política económica desses partidos. Já está a amostra do que fariam se ganhassem as eleições e constituíssem um novo governo.

A política do PCP é radicalmente diferente. O PCP luta por uma política de estabilização económica e financeira e de desenvolvimento assente, não na recuperação do poder económico pelo grande capital, pelos agrários, pelo imperialismo, mas numa política antimonopolista, anti-fundista, em que é reconhecido amplo campo à iniciativa privada, mas pela qual os sectores nacionalizados da indústria, dos transportes e da agricultura devem ganhar uma nova dinâmica, assente na energia e capacidade criadora dos trabalhadores com a perspectiva no socialismo. Entregue-se a direcção da economia nacional aos comunistas e em pouco tempo estabeleceremos a situação e arrancaremos para um rápido desenvolvimento económico.

Nós lutamos e lutaremos em defesa das nacionalizações, contra a restituição da banca, dos seguros, dos sectores básicos da indústria aos banqueiros e grandes industriais que dominaram Portugal dezenas de anos condenando os trabalhadores à mais negra exploração e opressão assente na negação das mais elementares liberdades, no aparelho de opressão, na PIDE, em forças repressivas, em tribunais especiais, em largas condenações de trabalhadores e democratas.

Nós lutamos e lutaremos contra a recuperação pelos capitalistas de empresas que sabotaram, que espoliaram fraudulentamente de recursos, que conduziram à beira da falência, que quiseram encerrar lançando os trabalhadores para o desemprego cuja sobrevivência foi assegurada e cuja situação financeira foi em muitos casos melhorada radicalmente, apoiadas pela intervenção financeira do Estado.

Em numerosas empresas do país, o patronato é a reacção, passam ao golpe de mão por comandos de rufiões, atacam e ocupam pela violência as instalações ou procuram subornar e corromper elementos mais débeis em tais empresas para reclamarem o regresso do patronato e obterem assim a decisão do governo.

Lutamos e lutaremos em defesa do controlo operário, para que as comissões administrativas da confiança dos trabalhadores e das comiss-

ões de trabalhadores continuem a assegurar sob a sua direcção o destino das empresas respectivas.

A experiência mostrou que, se unidos, firmemente, decididos à luta, os trabalhadores podem impedir que se venha a concretizar o vergonhoso escândalo de voltarem agora para beneficiar do esforço sacrificado dos trabalhadores, aqueles que os quiseram reduzir ao desemprego e à fome, que desviaram fundos, que roubaram, que fugiram para o estrangeiro e que, se agora voltam, é apenas para continuar fazendo uma vida de milionários parasitas à custa duma exploração ainda mais desenfreada dos trabalhadores.

Nós lutamos e lutaremos contra uma política que visa fazer pagar aos trabalhadores o preço das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa. Uma política em que se encontra dinheiro para proteger os capitalistas, para pagar indemnizações aos monopólios e aos grandes agrários, e que ao mesmo tempo congela os salários e provoca o aumento dos preços em flecha, fazendo apertar o cinto a centenas de milhar de famílias portuguesas.

A ofensiva do patronato reacçãoário, apoiado em Ministérios e repartições é particularmente violenta.

Mas os trabalhadores, se unidos, firmes e determinados, podem fazer recuar o inimigo de classe.

Para referir apenas alguns exemplos das Beiras, a luta vitoriosa dos corticeiros da Joaquim Lima, que nos meses de Dezembro e Janeiro lutaram corajosamente, fizeram greve, resistiram às provocações e conseguiram uma grande vitória com o apoio de numerosos sindicatos, é uma prova de que pela unidade, a luta e a organização, a classe operária pode fazer frente com sucesso à ofensiva patronal.

A luta que estão travando os trabalhadores da F. Ramada em Ovar mostra-o também.

Nós lutamos e lutaremos em defesa da Reforma Agrária, para que prossiga e seja integralmente realizada.

Lutamos e lutaremos contra as tentativas da reacção para pôr em causa esta magnífica realização da revolução portuguesa.

A reforma agrária é a maior transformação democrática realizada depois do 25 de Abril. Em cerca de um milhão de hectares de terra, onde antes havia incultos e fracras culturas, crescem agora novas searas; reforça-se o efectivo pecuário, anuncia-se um aumento da produção. Desapareceu o desemprego, que antes era um flagelo do povo trabalhador Alentejano. Obra dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores, testemunho da sua elevada consciência, da sua organização, determinação e heroísmo, a Reforma Agrária está fazendo nascer uma nova e florescente agricultura para bem dos que trabalham a terra e para bem do país.

No centro e no norte, as forças reacçãoárias desenvolvem grande campanha em torno da reforma agrária, como se a reforma agrária atingisse os interesses dos pequenos e médios agricultores, como se a reforma agrária pudesse representar qualquer perigo para os pequenos e médios agricultores.

Que os pequenos e médios agricultores das Beiras vão ao Alentejo visitar as cooperativas e as herdades colectivas. Serão certamente recebidos como amigos e verão o que é a Reforma Agrária.

A campanha contra a Reforma Agrária é conduzida precisamente pelos maiores inimigos dos pequenos e médios agricultores.

Ela é conduzida por caciques locais que são, na sua esmagadora maioria os exploradores e opressores dos que trabalham, por ricos proprietários que mantêm sob a sua pata feio, não só criados de lavoura mas rendeiros, foreiros, pequenos proprietários. Populações inteiras estão submetidas a esses tiranetas locais que lhes escondem a verdade, lhes mentem, os aterrizizam com o papão do comunismo e da reforma agrária e assim os mantêm submetidos à sua exploração e tirania.

Contra o que diz a reacção, o PCP é o melhor defensor dos pequenos e médios agricultores, sejam proprietários ou rendeiros.

O PCP orienta-se por duas regras de ouro. A primeira: A terra dos pequenos e médios agricultores é sagrada. Não se toca nem um centímetro de terra. A segunda: Os pequenos e médios rendeiros devem ser aliviados dos seus encargos e ser garantidos na posse da terra e nas benfeitorias.

O PCP apoia inteiramente a luta dos rendeiros contra a exploração dos grandes proprietários.

O PCP apoia inteiramente a luta dos pequenos e médios produtores de arroz da região do Mondego para que o Instituto de Cereais garanta o escoamento da produção e para que tal como pensamos que deve também ser para o vinho) seja concedido um preço diferenciado aos pequenos e médios produtores em virtude da mais baixa produtividade.

O PCP apoia inteiramente a luta dos agricultores foreiros e saudamos as iniciativas e a combatividade dos foreiros da região de Coimbra. A extinção dos foros é de dezenas de anos um objecto programático do PCP. A lei foi feita. Há que publicá-la e executá-la. É tempo de acabar com esse imposto que vem de há séculos. É tempo de acabar com encargos de famílias de agricultores que refazem com o suor de gerações atrás de gerações a terra que hoje cultivam.

O PCP apoia inteiramente a luta dos pequenos e médios proprietários de floresta cujas árvores foram criminosamente e provocatoriamente incendiadas — por aqueles mesmos que, na mesma altura, incendiaram os centros de trabalho do Partido Comunista e que procuraram ainda por cima atribuir aos comunistas o seu próprio crime — para que seja removida e paga a madeira e repovoadas as florestas.

O PCP apoia inteiramente a luta dos pequenos produtores de leite para que sejam cumpridos os preços e o pagamento seja feito à horas.

O PCP apoia inteiramente a luta dos pequenos e médios agricultores e das cooperativas para que a JN de Frutas importe, comercialize e forneça prontamente batata de semente.

No dia em que os trabalhadores e as massas camponesas das Beiras puderem respir livremente, no dia em que tomem consciência de quem são realmente os seus amigos e quem são os seus inimigos, no dia em que compreendam quem os explora, os engana, os defrauda, os degrada e humilha, — estamos absolutamente certos de que milhares e milhares virão ao Partido Comunista, porque o PCP, ao contrário dos partidos dos patrões exploradores que hoje dominam as Beiras (o CDS e o PPD) e outros que com eles pactuam, é o Partido que defende, hoje e sempre, os interesses dos pequenos agricultores, dos pequenos proprietários, rendeiros e foreiros, os interesses das populações trabalhadoras das cidades e dos campos e luta para que termine duma vez para sempre a servidão que vem de há séculos e para que os pequenos agricultores possam ter finalmente uma vida desafogada e livre.

### POR UMA POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Se não fosse a ajuda, as pressões e as ingerências do imperialismo estrangeiro, a reacção portuguesa não teria tido a possibilidade de recuperação que já conseguiu. Só com as forças internas teria sido derrotada e definitivamente derrotada.

O PCP não defende uma política de isolamento, defende uma política de amizade e cooperação com todos os povos do mundo. Se defende o desenvolvimento das relações com os países socialistas e o aproveitamento das amplas potencialidades de cooperação com eles, defende também as boas relações de amizade e cooperação com os países capitalistas, designadamente do Mercado Comum e não se opõe a empréstimos e a investimentos estrangeiros.

Mas, nas relações internacionais, uma condição é fundamental: que se assegure a independência nacional, que as relações económicas e concretamente os empréstimos e as chamadas ajudas financeiras não sejam um pretexto para intervir na política portuguesa, para fazer pressões, para exigir modificações nos órgãos do poder ou nos programas e composição do governo.

Em Portugal devem mandar os portugueses e não o imperialismo e seus agentes íntimos.

Sempre defendemos e defenderemos uma política verdadeiramente nacional, uma política independente, uma política de liberdade da nação portuguesa de decidir da sua política, do seu governo, do seu regime, do seu futuro.

Um dos aspectos da política nacional independente da revolução portuguesa foi a política de descolonização.

Apesar das contradições existentes nos órgãos do poder político (militar e civil) apesar de hesitações e limitações dai resultantes, é indiscutível que a revolução portuguesa deu uma contribuição de apreciável valor para apressar as conquistas da independência pelos povos antes submetidos ao colonialismo português.

Infelizmente, a política em relação a Angola está comprometendo e deslustrando o prestígio que Portugal ganhara com a sua política e comprometendo de forma extremamente grave o futuro das relações de Portugal, não só com Angola, mas com Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, e ainda com os países do Terceiro Mundo, particularmente os africanos.

Na data crucial de 10 de Novembro (marcada para a proclamação da independência de Angola) a posição do povo português foi em grande parte determinada pela ideia de que a "guerra relâmpago" lançada pelos intervencionistas da África do Sul e do Zaire, alimentada pelos Estados Unidos e coadjuvada por movimentos fanáticos, poderia conduzir à breve derrota militar do MPLA. Na noite de 10 para 11 de Novembro, pessoas responsáveis viviam na ideia de que Luanda estava prestes a ser ocupada.

O PS e o PPD têm enormíssimas responsabilidades nessa posição assumida por Portugal num momento de capital importância. Jogaram no sucesso da intervenção imperialista, liaram-se na sorte da política angolana de Kissinger, opuseram-se ao reconhecimento e profetizaram a próxima derrota do MPLA.

Nessa mesma altura, em que as forças reacçãoárias e conservadoras propagavam que o MPLA, cercado em Luanda pelo Norte e pelo Sul, já com a água cortada, como diziam, já com a capital bombardeada como diziam, estava à beira do colapso, nós, os comunistas portugueses, pela

nossa parte, confiantes no povo de Angola e nos seus heróicos combatentes, afirmávamos (afirmávamos nessa mesma noite de 10 para 11 de Novembro) que a vitória caberia ao MPLA.

Nas cerimónias da declaração de independência realizadas em Luanda nas primeiras horas do dia 11 de Novembro um único português tomou a palavra em nome do nosso povo e esse português era um membro do Comité Central do nosso Partido. Orgulhamo-nos que isto tenha acontecido, mas para o bem, o interesse e o prestígio de Portugal, lamentamos profundamente que aí não tenha estado, a afirmar o reconhecimento da nova República Popular de Angola, um representante do próprio governo português.

As forças armadas da jovem República Popular libertaram todo o norte do país, libertaram Huambo, libertaram Lobito, Benguela, Silva Porto e Moçamedes. Está para breve o dia em que todo o território angolano será libertado.

Daqui saudamos calorosamente o povo de Angola, o MPLA, as heróicas FAPLA, a jovem República Popular, certos hoje, como sempre estivemos, de que alcançarão a vitória definitiva e completa.

O reconhecimento do governo da República Popular de Angola, não só é imperioso para o desenvolvimento de relações de amizade com o novo Estado, como é a única atitude que defende os interesses nacionais, e em alguns aspectos, interesses essenciais imediatos.

A recusa desse reconhecimento significa por exemplo que os portos de Angola se poderão fechar aos barcos portugueses, que poderá desviar-se para companhias de navegação de outros países o tráfego das mercadorias angolanas. O não reconhecimento do governo da República Popular de Angola poderá significar a curto prazo uma machadada mortal na marinha mercante portuguesa.

Pensamos também que a atitude política a que muitos dos chamados retornados são empurrados pelas forças reacçãoárias, não serve objectivamente os seus próprios interesses. Decerto muitos milhares de retornados gostariam de regressar a Angola donde vieram em virtude da guerra. Esse desejo não será possível com a violenta hostilidade para com o MPLA, mas partindo da ideia de que a Portugal do MPLA, de que a futura da República Popular de Angola é irreversível. Qualquer possível futuro dos retornados em Angola está com o MPLA e não contra ele.

É bom que as forças reacçãoárias e conservadoras percam quaisquer esperanças nos mercenários de Santos e Castro, ou nos mercenários ingleses, ou nas tropas sul-africanas. Estamos absolutamente certos de que a intervenção imperialista será derrotada e Angola conquistará a paz e a completa independência.

De que se está à espera? Que a deterioração das relações de Portugal com Angola seja irreversível por longo tempo?

Portugal não tem que esperar que os Estados Unidos mudem a sua política e reconheçam o governo de Luanda, para depois o reconhecerem.

Portugal deveria ser o primeiro a reconhecer o governo de Luanda. Lutamos e lutaremos para que não seja o último.

No tempo do fascismo e de guerra colonial, a melhor expressão das relações de amizade entre o povo português e o governo de Angola, eram as relações entre o PCP e o movimento de libertação angolano.

Orgulhamo-nos que hoje, nas novas condições, o nosso Partido continue a ser luto do povo angolano e a expressão de amizade fraternal do povo português. Mas, em nome dos interesses de Portugal, defendemos que, sem perda de tempo, se estabeleçam relações do governo português com o governo da República Popular de Angola, que se procurem rapidamente curar as feridas surgidas nas relações entre os dois países e estabelecer laços duradouros de amizade e cooperação.

### POR ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS

A situação perigosa e tensa que se vive em Portugal, com as ameaças vindas da direita reacçãoária, a realização de eleições aparece como um acontecimento positivo que pela prática da vida democrática pode contribuir para afastar as ameaças da instauração de uma nova ditadura e para consolidar a nossa tão incerta democracia.

Além do mais, se se realizarem eleições, impõe-se tomar medidas efectivas e urgentes contra o terrorismo e garantir o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

Por isso tal como no tempo da ditadura, para lá do resultado, a realização de eleições cria condições favoráveis para a luta pelas liberdades, para a luta pela instauração duma situação democrática real em todo o território.

O PCP sempre foi e continua sendo favorável à realização de eleições. Mas eleições livres e democráticas e não falsas eleições à moda dos velhos tempos da ditadura. E eleições livres e democráticas exigem que os portugueses possam expressar livremente as suas opiniões, possam editar ou ler o jornal do seu agrado, possam organizar-se, possam reunir-se, possam manifestar-se.

Eleições livres e democráticas significam que os partidos possam desenvolver livremente a sua campanha e os cidadãos possam apoiar o partido que entenderem, fazer propaganda, votar, sem serem vítimas de perseguições, de despedimentos, de ameaças, de violências físicas, de ataques e de atentados.

É legítimo perguntar que eleições poderemos nós ter nas Beiras, quando nos distritos da Guarda e Viseu e em numerosos concelhos dos distritos de Aveiro, Coimbra e C. Branco, se instalou um poder local reacçãoário e fascizante que impede de facto as actividades do PCP, que faz a caça aos comunistas, que atira bombas contra militantes, que destrói com fogo ou explosivos, carros, lojas, consultórios, que assalta ou incendeia centros de trabalho do nosso Partido (assim como de outros partidos e de sindicatos) que não só é completamente legal, como participa no governo do país?

Nas regiões onde se verificam tais condições não pode haver eleições dignas desse nome. Impedindo o povo de ser informado, de se organizar, de se esboçar, criando um clima de ódio, de recato, de intimidação, as forças da reacção não poderão ditar amanhã um resultado eleitoral favorável, como traduzindo a vontade e o apoio do povo português nas respectivas regiões.

Na preparação de eleições estão já a verificar-se anormalidades que não podem deixar de causar estranheza e de criar condições pouco favoráveis para a realização de eleições livres. Nós protestamos contra o facto de terem sido designados para a Comissão Nacional de eleições homens do PS e do PPD, mas nem um só membro do PCP, apesar de que faz parte do governo e foi o 3.º partido mais votado nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Nós protestamos contra o facto de, em numerosas Comissões de Recenseamento não terem sido chamados a participar membros do PCP.

Nós queremos eleições, mas eleições livres. Se com urgência se fizer frente ao terrorismo, se as autoridades garantirem, como devem, as liberdades e os direitos dos cidadãos em todo o território nacional, estamos certos de que o povo saberá fugir às manipulações dos caciques reacçãoários e saberá formar a sua opinião própria e independente.

Milhares e milhares de portugueses e portuguesas só não abraçam os ideais do socialismo, porque vivem sujeitos a uma opressão de tipo medieval, em que os ricos senhores das vilas e aldeias, exploram, dominam todos os trabalhadores, todas as camadas modestas da população, exorcem a coacção e a ameaça, decidem pela intimidação da vida, da sorte, do futuro de populações inteiras e conduzem camadas mais atrasadas a votar cegamente ou sob coacção nos partidos reacçãoários.

Assure-se que o povo viva em liberdade e ele se libertará do domínio hoje quase absoluto dos ricos senhores que o exploram, dos que o envenenam com uma propaganda sem quaisquer escrúpulos, dos caciques locais, dos bandos de rufiões e caçateiros que impõem a lei dos senhores às populações.

Se se faz frente ao terrorismo e se asseguram as liberdades democráticas, em todo o território nacional, o CDS e o PPD serão derrotados e bem derrotados nas eleições.

Uma única alternativa que serve os interesses do povo e do país, é uma alternativa da esquerda, e uma alternativa da esquerda só é possível com o Partido Comunista.

Os dirigentes socialistas afirmam que se propõem governar sozinho os países sem quaisquer alianças. É uma afirmação eleitoralista, mas em caso algum terão uma votação que justifique a pretensão de governar sozinho. Só poderão governar em aliança com outras forças e a questão que se coloca é a nde saber se farão aliança à direita ou aliança à esquerda.

Uma alternativa democrática só pode ter lugar com uma aliança à esquerda e isso significa uma aliança com o PCP, o único grande partido da esquerda.

A democracia portuguesa exige não só a presença do PCP em toda a vida política como a participação do PCP no governo. Não pode haver uma maioria parlamentar da esquerda, um governo da esquerda, nem uma política de esquerda sem o Partido Comunista.

A alternativa que se coloca nas vésperas das eleições é pois a seguinte: ou uma maioria e um governo da direita, com o PPD e CDS ao serviço do grande capital e do imperialismo, ao serviço dos Melos, Champalimad e Espírito Santos contra os trabalhadores, contra os camponeses, contra as classes médias; ou com o PCP para uma maioria da esquerda e um governo da esquerda, uma maioria e um governo, ao serviço da liberdade, da democracia, dos interesses dos trabalhadores e das amplas massas populares.

confirmação à escala nacional do seu forte apoio de massas, base essencial para que seja possível uma maioria democrática na Assembleia Legislativa e a formação de um governo da esquerda.

### PELA ALIANÇA DAS FORÇAS DA DEMOCRACIA E DO PROGRESSO

Ante os perigos que ameaçam a nossa jovem democracia é essencial fortalecer a barreira da resistência das forças militares e populares da democracia e do progresso social.

O PCP continua a considerar que a intervenção do MFA e do Conselho da Revolução na vida política é de importância essencial. Quando o CDS e o PPD reclamam que os militares regressem aos quartéis podemos estar seguros de que não pretendem que todos os militares regressem aos quartéis mas apenas que desapareçam completamente da cena política os capitães do 25 de Abril, que desapareça definitivamente o MFA e o Conselho da Revolução, que desapareça a mais sólida barreira militar da defesa da democracia e fique o caminho livre aos militares reacçãoários.

O PCP continua a considerar que os militares são ainda indispensáveis para a defesa das liberdades e que as forças políticas têm o dever de agir de forma a facilitar a reunificação das tendências do MFA, e o estabelecimento de uma sólida unidade nas Forças Armadas dentro do espírito da defesa das liberdades e da independência nacional.

É ao mesmo tempo essencial a formação de uma ampla frente social e política das forças democráticas e progressistas.

O desenvolvimento dum amplo trabalho unitário nos sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores, nas Comissões de Moradores e Assembleias Populares, nas Ligas de Agricultores e em todas as formas de organização democrática das amplas massas populares, o desenvolvimento de um amplo trabalho unitário no movimento das mulheres, é de extraordinária importância porque as acções de massas continuam a ser decisivas para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a defesa da liberdade e das outras conquistas da revolução, para o prosseguimento do processo revolucionário.

Mas esse trabalho unitário não resolve o problema do entendimento das forças políticas ao nível dos órgãos do poder, designadamente da futura Assembleia Legislativa e do futuro governo.

O PCP está sempre pronto a unir-se a todas as formações políticas e a todos os portugueses e portuguesas que por seu lado estejam também prontos a colaborar com os comunistas na defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução e na construção do novo regime democrático.

Não fazemos qualquer discriminação nem excepção. Simplesmente, no que toca aos portugueses e na situação actual, dada a influência relativa dos diversos partidos, dadas as eleições próximas e dado que os resultados das eleições (independente da opinião que se tenha acerca desta) serão seriamente na vida política nos próximos anos, adquirem particular importância as relações entre comunistas e socialistas.

Continuamos a lamentar que, numa situação tão perigosa como a actual, na qual os dirigentes do PS têm gravíssimas responsabilidades, estes insistam numa orientação de recuperação capitalista e imperialista contra os interesses dos trabalhadores, insistam num anticomunismo primário, numa política de divisão dos trabalhadores e das forças democráticas, uma política de aliança com a direita na luta contra o PCP e o movimento operário.

Lamentamos ter de registar que alguns secretários regionais e locais do PS em vez de fazerem frente à reacção, em vez de fazerem frente com os trabalhadores, ao grande patronato fascista, prosseguem uma política que me muitos aspectos se não distingue da do PPD ou do CDS.

Sem sairmos da região das Beiras, será prova de sentimentos e práticas democráticas, convocar concentrações em meios reacçãoários para expulsa o PCP da sua sede, como faz o Secretariado do PS em Vila Verde? Será prova de iguais sentimentos e práticas voltar-se contra os trabalhadores da Mondreal e responder com agressões a trabalhadores socialistas que vão ao seu partido manifestar a discordância?

Uma tal política não serve os interesses do povo, nem da democracia portuguesa. Uma tal política pode conduzir, não a um governo do PS, como os seus dirigentes pretendem e anunciam, (se os trabalhadores e as massas populares a isso se não opuserem) mas à eventual formação de um governo da direita reacçãoária dominado pelo PPD e pelo CDS com ou sem participação do PS.

Se sublinharmos estes aspectos negativos, queremos também sublinhar aspectos positivos e entre eles o facto de que, no próprio Partido Socialista se observa importante deslocação política no sentido da aliança da esquerda, no sentido da unidade com os comunistas.

Perigo do fascismo, o perigo da vitória da reacção numa eleições realizadas em vastas zonas do país em condições que fazem lembrar as das mascaradas eleitorais do tempo de Salazar e Caetano, a ofensiva do grande capital e dos grandes agrários contra as classes trabalhadoras e contra as conquistas da revolução, a continuação duma política de direita por parte da direcção do PS, estão contribuindo para o esclarecimento do povo acerca de quem o serve e de quem está contra ele acerca da situação política que convém ao povo e ao país.

Não há dia nenhum em que das fábricas e dos campos, das cidades e aldeias, não nos cheguem novas notícias de posições positivas de organismos ou militantes do PS assim como de aproximações e passos de entendimento de socialistas e comunistas.

Não se trata já de casos isolados. Trata-se de uma corrente no sentido da luta contra a reacção e contra as alianças com a reacção (que tão profundos danos têm causado à nossa democracia) no sentido de uma aliança à esquerda, no sentido da unidade dos trabalhadores, no sentido da cooperação com o Partido Comunista.

Nós saudamos todos aqueles socialistas, assim como democratas de outras tendências que se mostram dispostos a cooperar com os comunistas numa base dos objectivos comuns acordados.

No quadro político nacional o PCP não é apenas (o que já seria muito) a vanguarda revolucionária da classe operária, não é apenas (o que já seria muito) o partido dos trabalhadores. Pela sua política, pela sua vitalidade, pelo seu ardor revolucionário, pela sua fidelidade à causa democrática, o PCP é o único grande partido da esquerda.

Nenhuma política democrática é possível sem o PCP.

Nenhuma maioria de esquerda na Assembleia Legislativa é possível sem o PCP.

# CONTROLO OPERÁRIO: UMA EXPERIÊNCIA EM MARCHA

## O esquema de controlo operário que se está a desenvolver na Setenave é um testemunho concreto da capacidade dos trabalhadores. «Unir, Organizar, Controlar», é já a palavra de ordem que mobiliza, neste grande estaleiro, milhares de operários numa luta sem tréguas contra a sabotagem capitalista e pela democratização da economia nacional

O controlo operário da produção é um problema que desde há muito concentra grande parte das atenções do movimento operário internacional. É uma luta que tenta mobilizar e desenvolver a capacidade criadora e de intervenção de todos os trabalhadores, para a defesa da conquista de regalias sociais, para a regulamentação, por contrato, das relações de trabalho, numa ampla participação em questões relativas à actividade global das empresas (finanças, planeamento, pessoal, técnica, infra-estruturas, informática, etc.).

Nesta fase da Revolução Portuguesa, em que se assiste, cada vez com mais intensidade, ao choque de classes e à luta tenaz dos trabalhadores pelo socialismo, o controlo operário — uma das grandes conquistas democráticas alcançadas a 25 de Abril de 1974 — é a forma mais objectiva e concreta de participação colectiva na gestão da actividade produtiva nacional.

A vigilância unitária contra a sabotagem das forças reaccionárias e o esforço da classe operária e do povo trabalhador pela planificação da economia, encontram nesta forma de combate — o controlo operário — uma das possibilidades mais coerentes de acção.

O controlo operário da Setenave é uma das primeiras experiências estruturadas que estão a ser erguidas no nosso país.

O trabalho de organização operária que está a ser forjado nos Estaleiros de Setúbal é uma demonstração efectiva da capacidade dos trabalhadores. Ali se assiste a uma luta quotidiana, sem tréguas, contra a sabotagem do capital, contra o desemprego, pela verdadeira independência nacional.

É um amplo trabalho de massas e de consciencialização, que já mobiliza a maioria dos trabalhadores da Setenave para o combate sindical, pelo reforço do movimento operário. A par da obtenção de regalias sociais (resolução do problema habitacional, criação de creches e infantários na zona de Setúbal, melhoria dos transportes, etc.), está em causa a defesa de uma conquista revolucionária: o controlo democrático da economia.

A reportagem do «Avante» dialogou com alguns elementos da Comissão de Trabalhadores da Setenave. As declarações que nos foram prestadas tentam, acima de tudo, fornecer uma visão genérica do que se passa nestes estaleiros a par de um breve histórico onde se salientam os factores mais relevantes da luta contra as manobras da social-democracia e do esquerdismo. A necessidade que os trabalhadores sentiram de desencadear um amplo movimento de consciencialização e o aparecimento dos programas de controlo operário, são também alguns dos aspectos apresentados e debatidos na mesa-redonda a que estivemos presentes.

### PORTUGAL NA ROTA DOS PETROLEIROS

«Os estaleiros da Setenave foram erguidos durante a ditadura fascista num regime de máxima protecção ao capital monopolista, em ligação acelerada do grupo CUF ao imperialismo. O fascismo oligárquico estabeleceu para o reforço do domínio monopolista o terreno foi praticamente oferecido (milhares de metros quadrados), qualquer tentativa de acção sindical era imediatamente reprimida etc. — e à custa da exploração da mão-de-obra, os homens do dinheiro (Grupo CUF) já iam fazendo acordos com o estrangeiro (países imperialistas) para que a Setenave reparasse ou construísse parte dos navios. Eu digo parte porque a Setenave não dispõe de condições capazes de construir um navio completo. Não temos capacidade técnica e até o aço e os projectos têm que ser importados» — estas as palavras

com que um trabalhador presente na mesa-redonda começou a explanação das características que englobam o aparecimento da Setenave.

Segundo as declarações do mesmo operário há ainda a salientar, neste aspecto, a situação geográfica: Portugal fica na rota dos petroleiros e a Holanda é o centro mais importante de refinação. «É o local onde se situam as maiores refinarias da Europa», diz-nos este camarada; logo, os navios, depois de descarregarem as gigantescas quantidades de petróleo, necessitam de abrir as válvulas de desgasificação. Esta operação tem que decorrer durante três dias, (antes das habituais reparações) e os estaleiros portugueses (Lisnave e Setenave) ficam exactamente a cerca de três dias de viagem dos centros de refinação holandeses.

### APÓS O 25 DE ABRIL O ESQUERDISMO TENTOU DIVIDIR OS TRABALHADORES

Após uma referência ao modo como se processou o recrutamento de trabalhadores para os estaleiros, na sua maioria jovens oriundos das mais diversas profissões, pouco relacionadas até com a construção naval (chegando mesmo a registarem-se algumas centenas de casos de trabalhadores emigrantes que afluíram à Setenave, vindos do Norte da Europa), outro camarada diz-nos:

«Logo após o 25 de Abril foi notória a tentativa de penetração do esquerdismo nos estaleiros. Elementos influenciados pelo pseudo-revolucionário, lançaram-se imediatamente na difusão das habituais especulações e erros de visão política.

Um tal Júlio Dias, da AOC, que neste momento se encontra no Ministério das Corporações ao pé do sr. Marcelo Curto, chegou a vir cá dar uma sessão de «esclarecimento» sobre sindicalismo, que logo se transformou num ataque insultuoso à intersindical e contra o movimento operário. Ainda hoje se sentem, em certos sectores, influências desta onda divisionista, abertamente reaccionária».

A composição humana muito heterogénea (os trabalhadores vivem dispersos por todo o distrito, desde o fim da linha de Sintra até Alcácer e Grândola), a extensão dos estaleiros, a influência do esquerdismo e ainda outros factores, como por exemplo a distância a que trabalham os operários — tudo isto contribuiu para que a organização e unidade dos trabalhadores fossem objectivos muito difíceis de atingir.

Relativamente a este aspecto diz-nos outro camarada:

«A luta entre a Comissão Dinamizadora pró-Sindicato e o Conselho de Trabalhadores existente na altura, foi a primeira grande movimentação colectiva e ao mesmo tempo um despertar para muitos trabalhadores da Setenave. Foi uma luta tremenda. O trabalho de dinamização sindical que se queria levar por diante foi nessa altura boicotado pela actual Comissão. Mas, ao fim de um ano, a resistência dos trabalhadores e o próprio desenrolar dos acontecimentos conseguiu isolar a CT, que queria monopolizar tudo o que respeitasse a organismos de trabalhadores. Era o esquerdismo a aliança com a reacção. No entanto, conseguiu-se eleger delegados sindicais, enquadrando a sua acção com o Sindicato.

O objectivo primordial era a sindicalização dos trabalhadores da Setenave. A esmagadora maioria (80 por cento) nem sequer se tinha inteirado do movimento sindical que os esquerdistas chegaram a caluniar espalhando a confusão entre os trabalhadores, dizendo que os sindicatos nada faziam em sua defesa.

A luta foi para a frente. Muito antes dos delegados sindicais entrarem em acção já a totalidade dos trabalhadores da Setenave estavam sindicalizados.»

Acrescenta outro camarada: «As comissões existentes até agora não conseguiram responder às necessidades e aos interesses dos trabalhadores. Foi a própria atitude sectária e divisionista que obrigou os esquerdistas a demitirem-se. A sua incapacidade, a todos os níveis, manifestava-se cada vez com mais intensidade.

Entretanto, a carta da administração dirigida aos trabalhadores e o projecto de cogestão apresentado por Moura Vicente, actual secretário de Estado da Indústria Pesada, veio agudizar a situação na Setenave.»

### CONTROLO OPERÁRIO: UMA NECESSIDADE

É efectivo que num plenário efectuado em meados de

imperialismo a todos os níveis — vendas, fornecimentos de materiais e serviços, projectos e tecnologia, etc.; tem havido um grande imobilismo na administração da empresa e certo desmissionismo dos gestores; por razões geográficas, é grande a dispersão existente entre os trabalhadores, quer durante o serviço, quer depois do dia de trabalho.»

### CT DA SETENAVE: VENCER AS GRANDES BATALHAS

«Contrariamente à orientação dos esquerdistas, que não era capaz de integrar a luta dos trabalhadores na Setenave no combate global para o avanço do nosso processo (a agilidade era continua sobre problemas quase sempre secundários, a anarquia reinava) nós pensamos que a nova Comissão de Trabalhadores deve orientar a sua luta política segundo uma visão geral, isto é, não se deve

as questões sociais mais prementes dos trabalhadores».

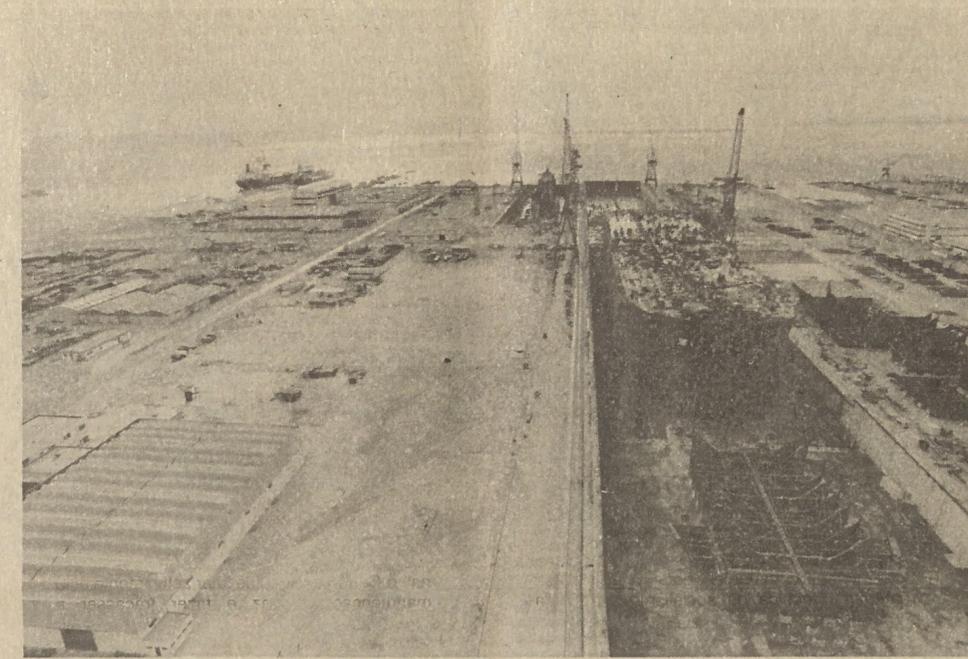
### A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

O nosso debate com os camaradas continuou. Face ao problema da linha de acção que irá ser empreendida impôs-se um breve esclarecimento: «A actuação desta CT vai-se basear principalmente em quatro aspectos gerais: a questão da independência nacional, as regalias sociais e o reforço da unidade dos trabalhadores. A CT deve prioritariamente orientar a sua acção para o problema da falta de trabalho. O controlo operário vai possibilitar informação para conhecer integralmente as realidades da empresa e do sector, a construção naval. A austeridade nos gastos e o combate à sabotagem económica, compreendidos entre os principais objectivos do controlo operário, devem ser encarados como uma

actualmente em cada zona do estaleiro, considera-se o seguinte: Base D — balneários, escola de formação central, medicina e edifício principal — 6 membros Base E — armazéns e caldeiraria ligeira — 6 membros Base B — tubos, mecânica e refeitório — 1-6 membros Base C — infra-estruturas, RMC e refeitório — 3-6 membros Base A — pesada, planos, docas, parque de aço, armazéns e armamento e refeitório — 2-10 membros

Um membro eleito para a CT não poderá acumular esse cargo com o de Delegado Sindical, uma vez que se trata de estruturas diferentes, contrária a lei sindical e se deseja a participação do maior número possível de trabalhadores nos seus órgãos representativos.

Os trabalhadores votarão na base em que estiverem a trabalhar na altura das eleições. Nos casos em que não haja local de trabalho



Dezembro, os operários da Setenave votam em massa numa proposta elaborada por «um grupo de 40 trabalhadores (CT) após a demissão da anterior CT» onde se propunha que a próxima eleição se subordinasse à apresentação de um programa de controlo operário, visto ser ideia geral haver uma sabotagem, tanto a nível da Administração como até a nível de certos órgãos do Governo, respeitante, em especial, aos países socialistas; isso acontecia em atrasos nas repostas ou excessos nos orçamentos (ultrapassando muitas vezes os orçamentos dos outros países em larga escala). Outra questão era a falta de trabalho e a falta de peças e ferramentas que não estavam a ser importadas».

perder em pequenas lutas e sim esforçar-se por vencer as grandes batalhas, as que vão de encontro ao interesse de todo o nosso povo. A Revolução ganha-se colectivamente e esperamos ter essa ideia sempre presente», diz-nos outro companheiro.

Em resposta a uma questão que apresentámos, sobre a orgânica da CT, outro camarada explica:

prática que também auxilia a resolver o problema da falta de trabalho.

A independência nacional inserida em factores como a reconversão dos estaleiros, a inclusão nos planos siderúrgicos do fornecimento de aços para a construção naval, o esforço para a criação de projectos e tecnologia próprios e uma acção de vendas

Os trabalhadores votarão na base em que estiverem a trabalhar na altura das eleições. Nos casos em que não haja local de trabalho fixo (por exemplo motoristas, trabalhadores fora da Setenave, etc.) a votação deverá ser feita na base onde votar a maioria dos trabalhadores do seu serviço ou departamento.

Os casos não previstos serão resolvidos pelo actual CTS.

Os membros da CT são destituídos em qualquer momento em AGT.

Inicialmente pensou-se na eleição da CT segundo bases funcionais (departamentos ou serviços), pois é esta a primeira ideia que surge quando se fala em eleições por bases. Na Setenave existem cerca de 20 departamentos o que daria 20 membros para a CT.

Porém, ao tentar definir-se as bases segundo este raciocínio verificou-se que ele conduzia a desequilíbrios alarmantes. Por exemplo, um departamento com 10 trabalhadores daria 1 membro para a CT, enquanto outro com 300 daria igualmente 1. Há muitas situações deste tipo na Setenave.

Analisando a distribuição do pessoal no estaleiro constatou-se que a definição de bases segundo a localização dos trabalhadores é a mais lógica que, tendo em atenção a relação 1 membro da CT por cada 100 trabalhadores, dá o número de membros indicados.»

Para que se vá ao encontro dos desejos sentidos pelos trabalhadores manifestados através da crítica ao funcionamento das comissões anteriores, estruturou-se a CT de forma a responder com eficácia às principais questões que têm de ser levantadas. Assim, a totalidade dos membros eleitos para a CT (cerca de 34) constituirá o seu plenário, que será o seu órgão máximo. Serão depois eleitos por ela os membros dos seguintes grupos: Secretariado — 7 membros, Comissão de Controlo Operário — 10, Grupo de Ligação aos Delegados Sindicais — 3, Grupo de Ligação às organizações unitárias de base — 3, Grupo de Formação — 3 membros, Grupo de Apoio às bases — 5 (1 de cada base) e Grupo de Informação — 3 membros.

Ainda em relação ao aparelho da CT, diz-nos um camarada: «Cada base terá um órgão próprio — COMISSÃO DE BASE — que por intermédio do seu representante no grupo de apoio às bases assegura contactos regulares com a CT. Cada comissão de base é formada pelos 5 elementos que tiverem obtido mais votos, logo a seguir aos membros da CT. Haverá reuniões ordinárias do PLENÁRIO DA CT de 15 em 15 dias; reuniões extraordinárias sempre que o Secretariado as considere necessárias por sua iniciativa ou

por proposta de qualquer dos órgãos da CT. Decisões que envolvam a sua responsabilidade com um todo (por exemplo, convocatórias de assembleias gerais de trabalhadores, tomadas de decisões viradas para o exterior da empresa, etc.) serão obrigatoriamente tomadas em plenário da CT.»

### CONTROLAR A PRODUÇÃO DEFENDER AS NACIONALIZAÇÕES

Como é que os camaradas entendem o controlo operário? Como é que ele vai ser exercido na prática?

«Talvez estas sejam as perguntas que motivaram os esclarecimentos essenciais da mesa redonda. No entanto, as longas informações que reproduzimos estão ligadas ao que os nossos companheiros nos vão agora dizer. A necessidade de levar por diante um controlo operário enquadra-se espontaneamente com as condições da empresa: um estaleiro criado durante o fascismo com uma extensão gigantesca, a dependência do imperialismo (em trabalho, projectos, matéria-prima, etc.), o boicote aos contratos com os países socialistas e muitas outras razões já apontadas.

«A sua necessidade fez-se sentir, porque o estaleiro é muito grande e, sobretudo, muito diversificado, o que acarreta problemas de organização operária. Controlo operário é boicote que se verifica, de formas variadas, é de salientar os momentos em que, tanto nós, como a Lisnave estávamos sem trabalho. Face a isto os trabalhadores viram que as situações deste tipo só poderiam ser evitadas através da institucionalização de um controlo operário bem organizado. A maior parte do material indispensável à construção e recuperação de navios é importado. Torna-se necessário e urgente efectuar um controlo sobre esses materiais e respectivos preços. A par de tudo isto ainda há a acrescentar outras anomalias que se verificavam, como o desaparecimento de peças importantes e ferramentas», conta-nos um elemento da CT, que mais adiante afirmará:

«O programa do controlo operário que foi aprovado, permite o exercício da vigilância dos trabalhadores sobre a empresa a todos os níveis e a sua coordenação através de um órgão próprio — a Comissão de Controlo Operário, a qual deve ter o poder para exigir à Administração, os mapas e outros elementos de gestão, de forma a fornecer uma visão global de toda a actividade nos estaleiros. Serão também requisitados à CA, sempre que necessário, os técnicos habilitados a interpretar os relatórios, elementos de gestão. Resumindo, achamos que o controlo operário agora em vias de desenvolvimento é, acima de tudo, uma defesa das nacionalizações, grande conquista revolucionária alcançada pela classe operária e por todo o nosso povo».

No organograma que reproduzimos poder-se-á avaliar, se bem que do ponto de vista geral, a forma como está estruturada toda a dinâmica do controlo operário da Setenave. No entanto, o mesmo camarada ainda especificou:

«Nós que temos a Comissão de Controlo Operário que é um dos grupos mais importantes da CT e por outro lado temos o Estaleiro dividido em bases, onde existem as respectivas comissões, as quais devem recolher os elementos que lhe são dirigidos por todos os trabalhadores, sempre que for detectada qualquer anomalia. Todos os trabalhadores colaboram activamente no controlo da Setenave. É a Comissão de Base que, depois de fazer um relatório dos problemas, tal como eles surgiram, e de juntar os elementos que forem possíveis, o canaliza para a Comissão de Controlo Operário.

«Se há uma anomalia detectada em que estão envolvidos milhares de contos — o desaparecimento de máquinas, etc. — é evidente que se tem de lhe dar prioridade em relação ao roubo de uma pequena ferramenta, por exemplo.»

«A integração do controlo operário nas empresas nacionalizadas e em toda a economia é muito importante porque nós sabemos que no período de transição para o socialismo, na construção de uma democracia abrangendo todos os sectores da actividade nacional, existe um desajustamento entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes. Deste choque irá resultar uma tomada de consciência cada vez mais alargada, que levará à extinção da sociedade de exploradores e explorados. O controlo operário tem que ser encarado como um alicerce para a reconstrução do nosso Portugal», concluiu um dos companheiros presentes na mesa redonda.

### ACORDOS COM PAÍSES SOCIALISTAS

Há pouco tempo travaram-se conversações entre os governos de Portugal e da Polónia para um possível acordo comercial no ramo da construção naval. «O mais importante neste contrato — disseram-nos — não são propriamente os benefícios económicos que a construção desses barcos possa trazer (9

graneleiros), mas sim outros contratos que virão na continuação e a ajuda técnica que nos vão dispensar. Os polacos parece que instalavam e organizavam um gabinete de projectos com 35 técnicos, o que nos libertava da dependência sueca.

Há ainda a salientar neste contrato com a Polónia, o nosso interesse em construir os referidos barcos, como experiência para uma futura renovação da nossa frota».

Entretanto, registam-se ainda possíveis acordos com a União Soviética (que estaria interessada numa encomenda de 10 graneleiros), Cuba, e países do Terceiro Mundo, como o Iraque, de onde Portugal importa uma quantidade enorme de petróleo e para onde poderíamos, em compensação, fornecer o nosso trabalho de construção e recuperação naval.

Além destes, os trabalhadores referiram possibilidades de acordo com a RDA, Bulgária e Roménia. Para podermos fazer um balanço das possibilidades que se oferecem à Setenave, basta analisar que presentemente os estaleiros de Setúbal executam as placas metalomecânicas de petroleiros com 316 mil toneladas, esperando-se que o próximo já ali seja integralmente construído.

### MANUEL DE MELO TAMBÉM ENVIA ENCOMENDAS PARA A SETENAVE...

Nesta azafama ainda surgem casos anómalos. Pouco depois de concluído o acordo com a Polónia, numa fase já adiantada das conversações, um senhor chamado Manuel de Melo — o accionista do grupo CUF e, da Setenave e não só — envia do Brasil uma proposta relativa à construção de barcos (os projectos seriam também enviados do Brasil).

Relativamente a este contrato, um camarada afirma:

«A questão está em definir quais são, de uma maneira geral, os acordos que mais nos convêm e à economia nacional. O Melo manda dinheiro, mas continua a vir cá explorar a mão-de-obra. Os polacos ajudariam a libertar-nos da dependência a que estamos constantemente submetidos devido ao facto de os projectos virem de fora, tal como o aço. Acontece que o contrato de Manuel de Melo, à primeira vista, apresenta vantagens pela quantia em causa.

No entanto, não se pode ignorar que no nosso contrato com a Polónia, obtemos tecnologia que nos será favorável em termos de futuro e independência nacional».

### O. D. I. N. E A VERTICALIZAÇÃO DA ECONOMIA NAVAL

«A verticalização da economia naval é uma ideia que já se tinha aqui na Setenave, mesmo muito antes das eleições para a CT.

O Departamento de Indústria Naval (DIN) é o órgão pelo qual nos temos vindo a bater. É preciso desenvolvê-lo. É preciso reconhecê-lo oficialmente. A organização do sector e a luta pela independência nacional estão de certa maneira dependentes deste departamento», explica um membro da CT.

O DIN deverá ser o órgão de planificação de todo o trabalho da indústria de reparação e construção naval, para que melhor sejam utilizados os recursos dos estaleiros existentes no nosso país. Se tivermos em conta que os principais estaleiros são só dois (Lisnave e Setenave), se bem que o de Viana do Castelo já se inseriu de forma notável na indústria naval portuguesa, chegamos à conclusão que não se justifica a sobrecarga de trabalho num e o subemprego noutro o que acontece vulgarmente. Ora, o DIN estando informado das possibilidades no mercado internacional e da capacidade e situação dos estaleiros portugueses, pode planificar e dividir o trabalho a executar, contribuindo assim para a estabilidade, independência e desenvolvimento da nossa indústria naval, ao mesmo tempo que assegure uma ocupação efectiva aos milhares de trabalhadores que exercem a sua actividade nos estaleiros portugueses.

«Apesar disto — dizem-nos os camaradas — têm surgido alguns entraves para a entrada em funcionamento deste departamento. A falta de protecção governamental e a recuperação capitalista, são algumas das barreiras que têm surgido.

O decreto do V Governo acerca da institucionalização do DIN, acabou por não ser publicado, embora estivesse quase pronto (não saiu no Diário do Governo), mas o Conselho da Revolução, na altura, aprovou a saída desse decreto. Agora já se fala em revisões.

O DIN tem também por finalidade o controlo a nível superior de toda a actividade que respeita a contratos nacionais e internacionais. Todos os movimentos feitos ou a fazer neste sentido têm que ser controlados. Um camarada exemplifica: «Ainda agora com estes contratos (países socialistas) se sente que não estão a ser devidamente agarrados pelas estruturas governamentais e pela própria administração da Setenave.»

## ÓRGÃOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

**Secretariado** — centralizar e dinamizar as actividades da CT, presidir às suas reuniões plenárias e assembleias gerais de trabalhadores, representar a classe junto da administração e assegurar a realização das tarefas que não tenham órgãos especificados na estrutura da CT;

**Grupo de Ligação aos Delegados Sindicais** — assistir às assembleias de delegados sindicais e contribuir para harmonizar os interesses dos grupos socio-profissionais com os interesses colectivos dos trabalhadores da empresa;

**Grupo de Ligação às Organizações Unitárias de Base** — assegurar as relações da CT com os órgãos unitários de base (comissões de moradores, de trabalhadores, assembleias de unidade, associações recreativas e culturais, etc.) a todos os níveis (regional, distrital, etc.);

**Grupo de Formação** — dinamizar as acções de formação profissional, cultural e humana dos trabalhadores e promover a realização de cursos de gestão, economia, ou outros de modo a educar os trabalhadores para a construção da sociedade socialista. Estes cursos destinam-se prioritariamente ao pessoal no desemprego e completar-se-ão com a projecção de filmes, debates, colóquios, etc.;

**Grupo de Apoio às Bases** — fazer a ligação às bases através das respectivas comissões, orientando e dinamizando as suas actividades;

**Grupo de Informação** — redigir comunicados e utilizar a «Informação Setenave» tendo a máxima preocupação de manter os trabalhadores informados sobre as actividades da CT e dos problemas na empresa;

**Comissão de Controlo Operário** — orientar todas as acções do controlo operário.

«Quanto a nós, os trabalhadores da Setenave esperamos que esta nova CT lhes proporcione uma informação correcta, formação adequada, organização e uma estrutura de controlo operário capaz de assegurar uma efectiva colaboração de todos os trabalhadores nos destinos desta grande empresa. Já foram criados grupos de trabalho, com objectivos bem determinados, secretariado, grupo de informação, grupo de ligação às organizações unitárias de base, grupo de ligação aos delegados sindicais, grupo de apoio às bases e comissão de controlo operário. As ligações entre a CT e todos os trabalhadores estão asseguradas através da criação de comissões de base. É regulamentado o funcionamento entre os diferentes grupos de trabalho e é dada uma palavra acerca da realização de reuniões. De acordo com o nosso programa, a Comissão de Trabalhadores da Setenave (CTS) deve ainda pressionar a Administração e os poderes públicos para uma verdadeira independência nacional, procurar a integração da empresa no contexto nacional, contribuir para um gradual aumento do prestígio no país e no estrangeiro e resolver

### A ELEIÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

O processo de eleição da CT e forma como está estruturada (o número de elementos que a compõem e os regulamentos que a orientam) são explicados no programa onde se salienta: «A eleição da CT será feita por bases estabelecidas consoante a localização dos sectores e estaleiro uma vez que isso facilita os contactos entre os trabalhadores. O número de membros da CT a

## UNIDADE NA ACÇÃO

O esquema de funcionamento de Controlo Operário na Setenave será orientado pelos seguintes princípios:

- a) O controlo operário deve ser exercido por todos os trabalhadores, a partir dos seus pontos de trabalho;
- b) Os órgãos de controlo operário não devem comprometer-se com as decisões da Administração, mas devem estar atentos a todas as decisões que possam lesar os interesses dos trabalhadores e denunciá-las de imediato;
- c) A comissão de controlo operário compete:
  - a) Centralizar as actividades de controlo operário, recolhendo e analisando os elementos referentes às anomalias detectadas pelos trabalhadores;
  - b) Indicar à Administração os mapas ou outros elementos de gestão que quer receber, a sua periodicidade e grau de pormenorização, de forma a possibilitar aos trabalhadores uma análise sistemática das principais actividades da empresa;
  - c) Definir os sectores que, dentro da empresa, correm o risco de sabotagem económica e alertar os trabalhadores para que se concentrem aí as atenções e a vigilância;
  - d) Requisitar à Administração os serviços dos gestores, técnicos ou outros trabalhadores de cada secção devidamente habilitados para auxiliar a CCO na interpretação dos mapas e elementos (escalas, relatórios, etc.) que forneçam quaisquer informações relativas à actividade global dos estaleiros;
  - e) Exigir que a Comissão Administrativa tome as medidas necessárias para corrigir as anomalias detectadas pelos trabalhadores;
  - f) Contribuir para a integração da Setenave numa economia planificada, ligando os seus objectivos aos das outras empresas da construção e reparação de navios;
  - g) Assegurar que a realização dos investimentos na empresa se faça segundo os interesses dos trabalhadores e da economia nacional;
  - h) Exigir, para estudo, todos os acordos existentes e a contrair com armadores, subempreiteiros e outras empresas, que pelas responsabilidades envolvidas, interfiram bastante no futuro da Setenave;
  - i) Promover quaisquer outras actividades que visem o gradual conhecimento da gestão dos estaleiros por todos os trabalhadores de modo a que possam encarar o exercício do controlo operário como uma prática necessária ao estabelecimento de um novo tipo de relações de produção.

# O PC DA UNIÃO SOVIÉTICA DE CONGRESSO A CONGRESSO

Nas vésperas do XXV.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, fazer a cronologia dos anteriores congressos é um pouco sintetizar a marcha do povo soviético na grandiosa tarefa de edificação da paz e da felicidade. Cada congresso constitui uma etapa decisiva no glorioso caminho do povo soviético para a sociedade comunista

- 1895 — No Outono, é fundada por Lenine a «União da luta pela emancipação da classe operária», embrião do partido revolucionário.
- Março de 1898 — *I Congresso do POSDR*, Partido Operário Social Democrata da Rússia, que é fundado no decorrer dos trabalhos. No manifesto publicado diz-se: «O proletariado russo libertar-se-á do jugo da autocracia e prosseguirá com novas energias a luta contra o capitalismo até ao triunfo definitivo do socialismo».
- Abril de 1903 — *II Congresso do POSDR*: o balanço principal consistiu na formação de um partido marxista revolucionário que se rege pelos princípios ideológicos, políticos e organizativos de Lenine. Ao eleger-se os órgãos de direcção, o congresso dividen-se: por um lado, os partidários de Lenine (a maioria) e os partidários de Mártov (minoría), estas duas correntes, uma revolucionária, outra reformista, passam à história com a designação de bolchevistas e menchevistas.
- Abril de 1905 — *III Congresso do POSDR*. As resoluções do Congresso orientam o partido para a hegemonia do proletariado, guia e força motriz da revolução democrático-burguesa, insistem na indispensável aliança do proletariado com o campesinato a fim de desmascarar a política conciliadora da burguesia liberal e implantar a ditadura revolucionário-democrática do proletariado e do campesinato.
- Abril de 1906 — *IV Congresso do POSDR*. O assunto fundamental do Congresso será a questão agrária. Lenine apresenta um programa agrário que defende uma completa ruptura revolucionária com o caduco sistema da propriedade da terra mediante a democratização radical da estrutura socioeconómica e a nacionalização da terra. A vitória do Povo sob o czarismo só seria possível com uma firme aliança entre a classe operária e o campesinato que constituía 80% da população do país.
- Maio de 1907 — *V Congresso do POSDR*, em Londres. Determina-se a actividade dos bolchevistas relativamente aos partidos burgueses.

- O Congresso aprova a resolução leninista segundo a qual é necessário lutar contra o liberalismo contra-revolucionário e arrancar da esfera da sua influência os partidos pequeno-burgueses, ganhando-os como aliados do proletariado na luta contra o czarismo.
- Julho-Agosto de 1917 — *VI Congresso do POSDR* celebrado em Petrogrado. Define-se como tarefa imediata a Revolução Socialista. Em virtude das circunstâncias da luta que atinge um grande nível de desenvolvimento, a insurreição armada passa a questão urgente na tática dos bolchevistas. O Congresso nas suas resoluções baseia-se nas teses de Lenine sobre a possibilidade de triunfo do socialismo em alguns países e, inclusive, num só país. A vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917 confirmará a clarividência da política do partido leninista.
- Março de 1918 — *VII Congresso do Partido Bolchevista*. A paz foi a questão fundamental debatida pelo Congresso do Partido, agora já partido governante. Lança-se a criação do Exército Vermelho de Operários e Camponeses. O Congresso decide chamar ao partido, Partido Comunista (bolchevista) da Rússia: PC (b) da Rússia. Esta nova denominação expressa a meta do partido: edificar a sociedade comunista.
- Março de 1919 — *VIII Congresso do PC (b) da Rússia*. Adopta-se um novo programa que determinará as tarefas do Partido nos domínios político, económico e cultural e outros, com o objectivo de construir a sociedade socialista. Terá enorme importância a resolução do Congresso, adoptada por influência de Lenine, segundo a qual o médio campesinato é definido como aliado do proletariado e do campesinato pobre na luta para manter e consolidar o poder Soviético.
- Março-Abril de 1920 — *IX Congresso do PC (b) da Rússia*. A tarefa principal é definida como a edificação económica. A premissa para a realizar consiste na total unidade da classe operária.
- Março de 1921 — *X Congresso do PC (b) da Rússia*. É definida a nova política económica. Este congresso passa à história como um congresso crucial na política do partido: do «comunismo de guerra» passa-se à Nova Política Económica (NEP). Lenine demonstrou que, naquele momento, uma justa política económica da ditadura do proletariado num país onde o campesinato era a maioria da população, consistia na troca de cereais por artigos industriais permitindo aos camponeses a venda directa no mercado dos produtos do excedente da produção. A tarefa do Estado proletário, partindo da existência do mercado e tendo em conta as suas leis, consistia em controlá-lo, regulamentando o mercado e a circulação fiduciária. A nova política económica tinha como objectivo assegurar uma sólida aliança entre o proletariado e o campesinato a fim de transformar a pequena produção em grande produção socialista.
- Março-Abril de 1922 — *XI Congresso do PC (b) da Rússia*. É o último Congresso em que Lenine intervém. Procede-se ao balanço do primeiro ano de restabelecimento da economia nacional baseado na Nova Política Económica. A autorização do comércio livre no âmbito da pequena produção ocasionou um crescimento de elementos capitalistas na economia nacional. Mas como os postos dominantes da economia estão no fundamental, nas mãos do Estado (grande indústria, banca, vias férreas), esta situação não acarreta qualquer risco. Impunha-se que as empresas estatais soubessem competir com o capital privado no domínio comercial. Lenine colocou o problema com toda

a clareza: há que aprender a comerciar, um comunista tem que saber comerciar. Só mediante um comércio estatal eficaz e bem organizado poderá processar-se a união com largas massas rurais e libertar, progressivamente, o país dos elementos capitalistas.

O novo CC eleito pelo Congresso elege para secretário-geral do CC José Staline.

- Abril de 1923 — *XII Congresso do PC (b) R.* — As questões fundamentais em debate são: o desenvolvimento mais rápido da indústria enquanto base impulsora da economia nacional, a electrificação do país, a eliminação das desproporções entre os preços dos artigos industriais; a supressão da desigualdade económica e cultural entre as repúblicas e minorias nacionais da URSS, herdada do regime de exploração.
- Maio de 1924 — *XIII Congresso do PC (b) R.* — É convocado quatro meses depois da morte de Lenine. As delegações debruçam-se sobre as ideias e desejos manifestados por Lenine acerca da edificação económica, do fortalecimento da direcção colegial e da formação de um forte Comité Central capaz de impedir a cisão nas fileiras do Partido.



- Dezembro de 1925 — *XIV Congresso do PC (b) da URSS*. O Congresso é convocado já no período final do restabelecimento económico do país. Partindo das teses teóricas de Lenine, concluiu-se que: a classe operária do país soviético em aliança com o campesinato trabalhador, e contando com o apoio político e moral do proletariado mundial, pode criar a base material e técnica do socialismo, edificar a sociedade socialista. O Congresso condenou a falta de convicção na vitória do socialismo na URSS e assinalou que a condição para construir com sucesso o socialismo consistia na industrialização rápida do país, convertendo a URSS de país importador de maquinaria e bens de equipamento num país produtor, assegurando a sua independência económica em relação ao mundo capitalista. «A tarefa primordial do nosso partido é a luta pela construção do socialismo na URSS». Adoptaram-se os novos estatutos do Partido que passa a chamar-se Partido Comunista bolchevista da URSS: PC (b) da URSS.
- Dezembro de 1927 — *XV Congresso do PC (b) da URSS*. O congresso destacou as principais conquistas alcançadas na tarefa de industrialização do país. A apresentam-se as directrizes para o primeiro plano quinquenal, inaugurando-se assim a época dos planos quinquenais e o fomento planificado da economia rumo ao socialismo. O desenvolvimento da agricultura apresenta-se como uma questão fundamental. Para resolver os diversos problemas, o partido decide a criação de uma ampla rede de herdades colectivas, como base na cooperação da produção, e grandes fazendas estatais.
- Junho-Julho de 1930 — *XVI Congresso do PC (b) da URSS*. O congresso constata que graças aos sucessos obtidos na industrialização do país e na colectivização da agricultura, o

socialismo afirma a sua superioridade sobre a forma capitalista de produção. Consequentemente, o congresso salienta que é necessário modificar o funcionamento das organizações do partido, dos organismos estatais e das organizações sociais (sindicatos, organização de jovens, etc) às quais incumbem novas tarefas, e traça um plano de ofensiva geral do socialismo.

- Janeiro-Fevereiro de 1934 — *XVII Congresso do PC (b) da URSS*. Procede-se ao balanço da reconstrução socialista da economia. Verifica-se que na via de Lenine se lançaram os fundamentos do socialismo, o país converteu-se de agrário em industrial, a maioria do campesinato aderiu à grande produção socialista colectivizada. O Congresso adopta uma resolução sobre o segundo plano quinquenal (1933-1937) que prevê a reconstrução técnica da economia. Com a subida dos fascistas ao poder na Alemanha, o que faz prever o perigo de um conflito bélico, o congresso encarregou o CC e o Governo de continuarem a sua política consequente de paz, fortalecendo as relações com outros países e aumentando a capacidade defensiva da URSS.

debatidas incluí-se a consolidação do regime social e estatal soviético, o desenvolvimento da democracia socialista. Condena-se energicamente o culto da personalidade de Staline.

- Janeiro-Fevereiro de 1959 — *XXI Congresso do PCUS*. Foi convocado para se examinarem as tarefas a realizar pelo partido nos próximos sete anos. Aprovam-se as Directrizes para o Plano de Fomento da Economia Nacional da URSS para 1959-1965. O Congresso constatou o triunfo do socialismo na URSS o que significa uma profunda alteração de forças no plano internacional a favor do socialismo. Como resultados das conquistas do povo soviético, a URSS entra numa nova etapa: a edificação da sociedade comunista a qual se regulará pelo princípio «de cada um segundo as suas capacidades; a cada um segundo as suas necessidades». Uma comissão eleita encarrega-se de preparar o projecto de um novo programa do PCUS.
- Outubro de 1961 — *XXII Congresso do PCUS*. As atenções concentram-se no novo Programa do PCUS: o programa da construção da sociedade comunista, no qual se procede ao balanço das tarefas realizadas e se colocam novas metas: criar a base material e técnica do comunismo, transformar as relações socialistas em comunistas, educar os trabalhadores no espírito de uma elevada consciência comunista. O Programa analisava o processo revolucionário mundial em relação com o fortalecimento do sistema socialista, o desmembramento do sistema colonial imperialista e o desenvolvimento dos movimentos comunista e operário internacional.
- Março-Abril de 1966 — *XXIII Congresso do PCUS*. Presta-se especial atenção ao problema de consolidação do sistema socialista mundial, principal força revolucionária da época. O congresso debate os avanços do movimento de libertação nacional dos povos de África, Ásia, a luta contra o imperialismo, pela paz, a democracia e o socialismo, a unidade proletária entre os partidos comunistas e operários e confirmou a lealdade do PCUS à linha geral do movimento comunista internacional traçada colectivamente nas conferências internacionais de 1957 e 1960. O congresso examinou as Directrizes do Plano de Fomento da Economia Nacional de 1966 a 1970. Verificou-se a necessidade de melhorar a direcção da economia nacional, aperfeiçoar a planificação e fomentar a iniciativa administrativa das empresas, kholkozos e sovkhozos. O Congresso insistiu no desenvolvimento da revolução científica e técnica como o meio eficaz para incrementar as forças produtivas e elevar o bem-estar dos trabalhadores.
- Março-Abril de 1971 — *XXIV Congresso do PCUS*. O Congresso elaborou um programa cientificamente fundamentado do desenvolvimento económico, sociopolítico e cultural da sociedade soviética que avança para o comunismo e o programa da política exterior e interior do Estado Soviético. O Partido Comunista da URSS pronuncia-se contra a agressão e a guerra e por uma paz justa na terra. Uma manifestação brilhante desta política é o Programa da Paz acolhido em todo o mundo com respeito. O Congresso elaborou a política económica tendo em conta que se haviam alcançado níveis incomparavelmente superiores na economia nacional, nas relações sociais do socialismo, na cultura e na consciência política de amplas massas. A URSS lança-se na construção da sociedade socialista desenvolvida. O Congresso elege os seus órgãos directores: O Comité Central e a Comissão de Controlo. O CC elegeu a Comissão Política. L.I. Brejnev foi reeleito Secretário-geral do CC do PCUS, cargo que ocupava desde o XXIII Congresso.
- 16 de Abril de 1975 — O Plenário do CC do PCUS decide convocar o XXV Congresso Ordinário do PCUS para 24 de Fevereiro de 1976.



# QUEM SÃO OS DELEGADOS AO XXV.º CONGRESSO?

### Dois terços de operários e camponeses. Intelectuais, Técnicos e outros Trabalhadores. Dirigentes do Partido. Homens e mulheres irmanados no desejo de construir uma sociedade melhor

Desde Dezembro que, em toda a União Soviética, se realizam conferências regionais e sectoriais do Partido, e os congressos dos Partidos Comunistas das Repúblicas federadas, nos quais se elegem os delegados ao XXV Congresso do PCUS, que iniciará os seus trabalhos a 24 de Fevereiro. Ao mesmo tempo, discute-se amplamente o projecto que o CC do PCUS apresentará ao Congresso: «Orientações principais do desenvolvimento da economia nacional da URSS em 1976/1980», que contém a plataforma de política interna e externa do Estado — o desenvolvimento sucessivo da economia, o aumento do nível de vida do povo, a paz no mundo inteiro, a ampliação dos laços comercia-

is e culturais entre os Estados. Quem são os delegados do Partido Comunista da URSS? Quase dois terços são constituídos por operários e camponeses. Os restantes são representantes da intelectualidade técnica, trabalhadores da literatura e da arte, personalidades do Partido. Desta maneira, a representação no Congresso, que determinará a política do Estado soviético nos próximos cinco anos, corresponde plenamente à composição social do Partido Comunista da União Soviética.

O XXV Congresso do PCUS é um grande acontecimento na vida da sociedade soviética. Periodicamente, de cinco em cinco anos, nos Congressos, os comunistas fazem o balanço do

trabalho realizado e planeiam o fomento da economia soviética. Os soviéticos acolhem este acontecimento com legítimo orgulho pelos êxitos alcançados durante os cinco anos. O PCUS segue coeso como sempre, e é apoiado plenamente pelos 250 milhões de habitantes da União Soviética. Numa altura em que muitos países do mundo se acham abalados pela crise económica, na URSS baixam-se os preços e aumentam-se os salários aos operários, médicos, professores, etc., assim como as pensões e as bolsas. No campo da política externa, o PCUS tem cumprido cabalmente o Programa de Paz formulado há cinco anos, no XXIV Congresso do Partido, e do qual resultou o desanuviamento da tensão interna-



# O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA À LUZ DO XXV.º CONGRESSO DO PCUS

### O XXV.º CONGRESSO do PCUS discutirá novas e importantes tarefas a desenvolver no sector agrícola, cujo incremento é considerado uma questão nacional

No projecto do CC do Partido Comunista da União Soviética para o XXV.º Congresso "Principais Directrizes do Desenvolvimento da Economia Nacional a URSS de 1976 a 1980" a agricultura ocupa um lugar de destaque. Isto porque o PCUS considera o desenvolvimento da agricultura uma grande questão nacional que diz respeito ao conjunto do partido. Com base no desenvolvimento da agricultura serão satisfeitas integralmente as necessidades crescentes da população em produtos alimentares e as da indústria em matérias-primas. Este objectivo de "satisfação das necessidades da população, por um lado e da indústria, por outro, já foi atingido, em larga medida, durante o quinquénio de 1971-1975. A produção de produtos alimentares e de matérias-primas agrícolas para a indústria ultrapassou e continuará a ultrapassar ainda mais

rapidamente o crescimento da população. Assim, durante o último quinquénio, assistimos a um aumento de 13% no volume anual médio da produção agrícola, prevendo-se para o próximo quinquénio, 1976-1980, um aumento de 14 a 15%. Entretanto, o crescimento da população não ultrapassou os 5%. Estão, pois, criadas condições favoráveis para o êxito da política de elevação do nível de vida do povo soviético, objectivo principal do novo plano quinquenal, cujas directrizes são apresentadas no relatório do CC do PCUS ao XXV.º Congresso. As estimativas efectuadas demonstram que, para satisfazer plenamente todas as necessidades do país, é indispensável produzir cerca de uma tonelada de trigo por habitante. O que significa que se teria de alcançar colheitas brutas que ultrapassassem 250 milhões de toneladas de trigo. Mas é impossível atingir um tal volume de produção. Por isso, prevê-se para o décimo plano quinquenal uma colheita mais moderada mas, sem dúvida, mais realista: 215 a 220 milhões de toneladas.

O consumo do pão e dos produtos derivados diminui no país, de ano para ano, em virtude do aumento do consumo da carne, do leite, do peixe, etc. No entanto, a produção anual média de trigo continua a crescer. Vejamos a evolução do consumo do pão em comparação com o volume da produção do trigo. Em 1960, o consumo do pão atingia 164 quilogramas por habitante; 156 quilogramas em 1965; 149 kg em 1975. A produção de trigo, entretanto, tem vindo a registar os seguintes valores: 561 kg de 1961 a 1965; 687 kg, de 1966 a 1970; 711 kg, de 1971 a 1975. Numa primeira análise, a situação pode parecer paradoxal, no entanto é perfeitamente lógica: com efeito, o aumento sempre crescente das colheitas de trigo possibilita intensificar a criação industrializada de animais e, consequentemente, possibilita o aumento do consumo de produtos alimentares mais nutritivos tais como a carne, o leite, os ovos. Esta é a razão porque o volume da colheita de trigo constitui um índice-chave do programa agrícola. Produzindo 215 a 220 milhões de toneladas de trigo por ano, a União Soviética poderá melhorar constantemente a estrutura alimentar dos cidadãos. Prevê-se que durante o 10.º

quinquénio, por exemplo, a produção média da carne atinja, por ano, cerca de 15 a 15,6 milhões de toneladas (0,9 a 1,5 milhões mais do que durante o 9.º quinquénio) e do leite entre 94 a 96 milhões de litros. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DIFÍCEIS É preciso ter em consideração que na União Soviética, as condições para a agricultura são mais complexas do que em qualquer outro país do Ocidente de agricultura desenvolvida. A demonstrá-lo vejamos o exemplo seguinte: na União Soviética, em 40% dos campos cultivados a quantidade de precipitação é inferior a 400mm por ano e somente em 1% dos campos cultivados a precipitação é superior a 700mm; enquanto que nos Estados Unidos, mais de metade das terras cultivadas recebem uma dose de humidade mais favorável à agricultura: 700mm por ano; nas áreas semeadas, as precipitações elevam-se a 650 e 700mm em França, e a 800mm na Bélgica... Na zona cerealífera mais "próspera" sob este ponto de vista — a região de Krasnodar ou o Kouban, como lhe chamam em virtude do rio que atravessa este território — as precipitações chegam somente a 450mm; na maior parte das regiões produtoras de trigo, e em primeiro lugar na bacia do Volga, que fornece o trigo mais precioso — o trigo candial duro e o trigo candial activo — as precipitações são ainda mais fracas: 350 a 250mm e mesmo menos e a sua regularidade deixa muito a desejar. Quanto às zonas orientais da URSS, a Sibéria e o Casaquistão do Norte encontram-se na pior situação entre as regiões produtoras do mundo, por causa da brevidade do período de vegetação e as condições climáticas. A URSS colhe mais de dois terços do trigo em regiões que sofrem sistematicamente de seca: o último quinquénio (1971-1975) foi sem precedentes sob este ponto de vista: em cinco anos quatro foram de seca; mas condições climáticas semelhantes às verificadas em 1975, segundo os meteorologistas apenas se repetiram desde 1891. No entanto, a colheita média anual de 1971 a 1975 ultrapassou os 180 milhões de toneladas de trigo, ou seja mais 13 milhões do que durante o período de 1965 a 1970 e mais 51

milhões do que a registada entre 1961 e 1965. Ainda que se não tenha atingido o nível fixado no 9.º Plano Quinquenal, pode-se considerar como extremamente importante o crescimento da produção agrícola dadas as condições (que segundo os meteorologistas apenas se repetem uma vez durante cem anos). O crescimento da produção agrícola não é ocasional. As razões que o explicam são as seguintes: extensão do parque de máquinas, de tractores, o que, permitiu terminar os trabalhos agrícolas com maior brevidade, os melhoramentos e o emprego de processos químicos e ainda as grandes realizações no campo da selecção de culturas. Deste modo, alcançou-se um crescimento estável apesar dos caprichos do clima e é possível fixar para o 10.º Plano Quinquenal um nível mais elevado da colheita de trigo: 215 a 220 milhões de toneladas. Mas porque não 250 milhões de toneladas? Não depende da vontade dotar os campos soviéticos do clima generoso do Mediterrâneo; mas isto não significa que seja impossível conseguir uma colheita de trigo da ordem dos 250 milhões de toneladas apesar das duras condições climáticas da União Soviética. Mas o que é que impede de alcançar um nível óptimo e mais desejável? Que medidas serão tomadas neste sentido no decorrer do 10.º quinquénio? Em 1980, as distribuições de adubos terão atingido 115 milhões de toneladas, o que é já bastante importante. Na prática, cinquenta por cento do aumento das colheitas é devido à agroquímica. E quanto aos outros cinquenta por cento? O resto depende do próprio agricultor, da sua capacidade de utilizar racionalmente a terra, as máquinas, as descobertas da técnica e os processos de selecção de culturas. Na União Soviética realiza-se um vasto programa de trabalhos de melhoramentos: de 1971 a 1975, 4,5 milhões de hectares de terras irrigadas foram exploradas pela primeira vez; 4,4 milhões de terras húmidas foram drenadas; no decurso do décimo quinquénio a superfície agrícola apta para a produção duplicará. Mas não bastam as qualidades naturais do solo. Existe ainda uma barreira psicológica que tem de ser ultrapassada para que os camponeses soviéticos, os dirigentes dos kolchozes e dos sovkhoses compreendam que a mecanização e as melhorias ligadas a uma aplicação científica da química e às inovações da selecção de culturas marcam uma etapa no desenvolvimento da moderna produção agrícola. Ainda há pouco tempo, há cerca de dez ou doze anos, na maior parte das explorações, a colheita média dos cereais não ultrapassava 9 a 10 quintais por hectare e a colheita de 100 "pouds" (16 quintais por hectare) era considerada como o ideal do bem-estar do camponês, ideia que está mesmo presente no folclore. Actualmente, em muitas explorações colhem-se cerca de 50 a 60 quintais por hectare e os ensaios de novas espécies nas terras irrigadas elevaram o rendimento das colheitas a 100 e 110 quintais. Mas o agricultor que obtive o dobro ou o triplo crescimento da colheita ainda não compreendeu que se trata apenas do início de uma nova etapa de grande crescimento da produção agrícola. O projecto de "Principais Directrizes do Desenvolvimento da Economia Soviética de 1976 a 1980", adoptado pelo CC do PCUS em Dezembro de 1975 não é uma previsão para o futuro. Este documento capital do Partido Comunista da União Soviética foi submetido pelo Comité Central à discussão de todo o povo. Este documento será analisado e adoptado como guia de acção pelos delegados ao XXV.º Congresso tornando-se, depois, a base do plano quinquenal que, por decisão do Soviete Supremo da URSS, órgão supremo do poder de Estado, tomará força de lei. Deste modo serão profundamente analisadas as etapas do desenvolvimento económico da União Soviética nos próximos cinco anos. Não se trata simplesmente de estabelecer as vias desejáveis do desenvolvimento da agricultura soviética mas de estabelecer um programa concreto e científico que garanta o crescimento do sector agrícola. (Adaptação de um artigo de Lev Kressensky, observador económico da ANP — um exclusivo Novosti — ANP para o "Avante").



Quase dois terços dos delegados trabalham nos campos e nas fábricas

# O «TRABALHO DE CHOQUE» DOS MOSCOVITAS PARA A GRANDE REUNIÃO QUE SE APROXIMA

### Num artigo publicado no jornal «Pravda», V. Grichine, primeiro-secretário do Comité do PCUS na cidade de Moscovo, analisa o extraordinário trabalho dos trabalhadores moscovitas em vésperas do XXV.º Congresso do PCUS

Actualmente, toda a vida na URSS se desenvolve sob o signo dos preparativos do XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Tal como todo o povo soviético, os trabalhadores moscovitas prepararam-se para acolher dignamente o Congresso do PCUS. Em Moscovo o sector industrial terminou, antes do termo, a 19 de Agosto de 1975, a produção total prevista para o quinquénio. O plano quinquenal fixava um aumento de produção de 34,1 por cento mas os trabalhadores alcançaram um crescimento de volume da produção na ordem dos 37,6 por cento. Além dos limites fixados no plano, foram produzidos produtos no valor de biliões de rublos. Relativamente ao bitavo quinquénio, a produção nas empresas da indústria ligeira e alimentar registou um aumento de 13 por cento no fabrico de artigos domésticos e bens culturais enquanto nas empresas de construções mecânicas e na indústria pesada se verificou um aumento de 60 por cento. Entre 1971 e 1975 aumentou 35 por cento o total de investimentos aplicados no desenvolvimento de todos os sectores económicos da cidade de Moscovo. Entraram em funcionamento dez novas empresas de fabrico de produtos de largo consumo. Em conformidade com os planos de reconstrução da indústria, construíram-se 320 oficinas e as empresas e fábricas existentes produziram novos produtos, diversificando assim a sua gama de produção. Durante cinco anos, produziram-se: — 26,8 milhões de metros de superfície habitável; — 130 escolas e estabelecimentos pré-escolares para 56.000 crianças; — hospitais com 24.800 camas e 75 policlinicas; — 11 cinemas — ainda uma série de edifícios e de construções sem

paralelo. Ergueram-se novos bairros residenciais; aperfeiçoaram-se os modelos de construção e de arquitectura. Os serviços municipais melhoraram. O nível de vida dos trabalhadores da capital melhorou sensivelmente. Em cinco anos aumentaram os fundos de consumo social, o comércio de retalho, os salários e os rendimentos reais dos operários e empregados; mais de dois milhões de pessoas receberam novos apartamentos ou melhoraram as suas condições de alojamento. Uma tendência importante do desenvolvimento industrial de Moscovo consiste na aceleração dos ritmos de reconstrução das empresas, da renovação do equipamento, do aumento dos fundos disponíveis e do grau de aprovisionamento da energia. Elaboraram-se planos prospectivos de reequipamento técnico das empresas e das fábricas de todos os sectores industriais da cidade de Moscovo, os quais serão postos em prática no decorrer dos próximos oito ou dez anos. A sua aplicação permitirá que a produção industrial duplique ou triplique. Muito já se realizou durante os anos do nono quinquénio: — construíram-se 5,4 milhões de metros quadrados de superfície habitável; — Enriqueceu-se o sector industrial com a aplicação de 25.000 métodos tecnológicos de vanguarda e mais de 80.000 unidades de equipamento altamente produtivo; — Modernizaram-se numerosas máquinas ferramentas, peças e mecanismos; — Foram sujeitas a uma mecanização complexa 8 empresas, 800 fábricas e oficinas; — Entraram em funcionamento 2.000 linhas de produção simples, mecanizadas e automáticas. Graças a um esforço

extraordinário, aperfeiçoaram-se as produções auxiliares, reduziu-se a parte de trabalho manual ainda aplicado nas operações de carga e descarga e nos transportes, etc. No decorrer do quinquénio, os fundos disponíveis para equipamento de trabalho aumentaram 1,5 no conjunto do sector industrial. Como resultado da permanente ligação criadora entre o sector científico e o sector produtivo, a indústria da cidade duplicou, durante o quinquénio, o fabrico de novos artigos. Os cientistas participaram na criação de mais de 1400 modelos de máquinas, equipamentos de uma quantidade considerável de mercadorias destinadas à população. Elevou-se o nível técnico da construção e dos transportes. O crescimento da produção alcançado durante o quinquénio, foi obtido graças a um aumento da produtividade do trabalho. Os rendimentos líquidos da indústria aumentaram 1,7 vezes. Ao fazer este balanço do desenvolvimento da indústria da cidade, durante o quinquénio, é preciso ter em consideração a existência de importantes reservas para um novo crescimento da produção e de um novo aumento do nível técnico e da qualidade da produção. As organizações do Partido em Moscovo aspiram elevar o nível do trabalho em todas as colectividades, terminar mais rapidamente as operações de reconstrução e de reequipamento técnico das empresas e das fábricas, introduzir amplamente as mais modernas inovações científicas e técnicas e aproveitar melhor as reservas disponíveis. Durante o último quinquénio, na cidade de Moscovo, puseram-se em prática uma série de medidas no sentido de aperfeiçoar a organização e de elevar a qualidade da produção, introduzindo métodos modernos na construção e utilizando

materiais de grande qualidade. A industrialização da construção civil progrediu a passos largos e, simultaneamente desenvolveu-se a sua base de produção. A construção de edifícios apartir de elementos pré-fabricados atingiu 90 por cento. A construção de conjuntos residenciais e de imóveis efectua-se segundo projectos-standard aperfeiçoados. Os planos de urbanização dos apartamentos e dos bairros ocupam um lugar cada vez mais importante. Muito se fez pela protecção do meio-ambiente do estado sanitário da cidade. Neste sentido, instalou-se a canalização de gás em cerca de 1.500 edifícios industriais e comunais, suprimiu-se um grande número de sistemas de aquecimento a carvão, construíram-se filtros em centenas de empresas industriais e de parques de automóveis. Cessou completamente o lançamento das águas de esgoto não purificadas no rio Moskva e nos seus afluentes e prosseguiu-se na limpeza dos leitos dos cursos de água e das bacias aquáticas da cidade. No sector dos serviços verificou-se, nestes últimos anos, um desenvolvimento considerável. Durante o quinquénio, abriram ao público 1000 armazéns (dos quais 30 grandes supermercados), 800 refeitórios, restaurantes, cafés e 1.300 empresas de serviços domésticos. O XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética assinalará o início de uma nova etapa de construção do comunismo e o início do décimo quinquénio. Esta etapa está caracterizada por um largo movimento visando o melhor funcionamento e um maior rendimento da economia nacional da URSS. Importa aproveitar a experiência acumulada e desenvolver ainda mais amplamente a iniciativa e a capacidade criadoras dos trabalhadores.

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL - URSS Realiza-se amanhã, na sede da Associação Portugal-URSS, na Rua de S. Caetano, 30, a projecção do filme "Tudo Para o Homem" e a inauguração da exposição "O Povo Soviético na Véspera do XXV Congresso". O conselheiro da Embaixada da União Soviética no nosso país, camarada Kuznetsov, estará presente e proferirá umas breves palavras de apresentação. Entretanto, no próximo domingo, às 15 e 30, no salão dos Bombeiros Voluntários de Mafra, o escritor e jornalista Mário Castrim proferirá uma palestra subordinada ao tema "15 Dias na URSS".

## O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (12 números)

CONTINENTE E ILHAS	Via normal	70\$00
	Via aérea	85\$00
OUTROS PAÍSES	Via normal	90\$00
	Via aérea	175\$00
EUROPA	Via normal	90\$00
	Via aérea	120\$00
ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	Via normal	90\$00
	Via aérea	150\$00

# informação

● Num ambiente construtivo e criador mais de 84 000 grupos do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA - Partido Comunista da RDA) que são as mais pequenas unidades organizativas, umas 20 000 organizações de departamentos de empresa e mais de 51 000 organizações de empresa sem organização departamental acabaram um balanço do seu trabalho desde o VIII Congresso (1971) e definiram as próximas tarefas. Na mesma altura, foram eleitas 1434 direcções locais do PSUA. Uns 418 000 militantes fazem parte das novas direcções. Mais de metade são operários.

● O advogado espanhol Joaquim Ruiz Gimenez, dirigente da oposição clandestina democrata-cristã de Espanha e um dos defensores do secretário-geral do Partido Comunista do Chile, camarada Luis Corvalán, afirmou recentemente na TV da RDA que o julgamento do dirigente comunista vítima do fascismo terá início em 22 de Março próximo, se forem correctas as últimas informações chegadas da capital chilena. Entretanto, aumenta em todo o mundo a vaga de solidariedade com o camarada Corvalán, a que desde sempre se tem associado o nosso Partido.

● O Conselho Municipal de Berlim, capital da RDA, concedeu para 1976 mais de 1600 milhões de marcos à assistência social, sanitária e cultural dos berlinenses. Este total excede em 293 milhões de marcos a quantia atribuída em 1975 para os mesmos fins aos 1,2 milhões de habitantes da capital da República Democrática Alemã.

● Numa cerimónia comum, a Academia das Belas-Artes da RDA, de que Paul Robeson foi membro correspondente, e o Comité Paul Robeson da RDA prestaram homenagem à vida e à obra do cantor, artista e combatente pelos direitos cívicos nos Estados Unidos, recentemente falecido.

● A criação de uma frente democrática contra a ditadura do Uruguai, que deve culminar com a formação de um governo provisório das forças sociais, políticas e militares, assente numa plataforma mínima, é a tarefa de um processo de luta política perseverante de todas as forças populares e democráticas do país, declarou o ex-senador e secretário do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai, camarada Enrique Rodríguez, numa entrevista publicada recentemente na RDA. As tarefas básicas são o restabelecimento das liberdades e direitos democráticos, o melhoramento da situação dos trabalhadores e a realização de uma política externa independente. O camarada Rodríguez denunciou vigorosamente o terror reinante no Uruguai e revelou que mais de 500 pessoas foram presas e sequestradas ultimamente, sendo submetidas às torturas mais cruéis.

● Foi concluído recentemente em Moscovo um novo acordo de assistência técnica e económica por parte da URSS à República Democrática do Vietname. Serão construídas fábricas e concretizados outros projectos no período de 1976 a 1980.

● Na URSS, atribui-se uma importância primordial ao crescimento da remuneração do trabalho da população rural, como resultado dum política que visa a aproximação gradual do nível de vida no campo e na cidade. Um outro importante objectivo da política soviética no domínio dos salários consiste na progressiva igualização dos rendimentos dos trabalhadores com diferentes níveis de remuneração. Durante o último quinquenato (1971-1975), mais de setenta e cinco milhões de soviéticos beneficiaram de aumentos salariais, tendo o crescimento sido de 20% para os operários e empregados e de 25% para os camponeses. Dada a estabilidade dos preços das mercadorias, estas medidas representam um aumento considerável do poder de compra da população. O projecto e desenvolvimento da economia da URSS, previsto para 1976-1980, considera aumentos de 16-18% no salário médio dos operários e empregados. Os rendimentos dos camponeses ocupados na exploração colectiva da terra crescerão cerca de 25%.

● Diariamente são editadas na chamada «Fábrica de Livros» da cidade de Alma-Ata, capital da República Soviética do Casquistão, cem mil livros, folhetos e outras publicações. Esta editoria recentemente inaugurada, é uma das mais importantes da URSS. Para além de livros em casaca e russo, imprimem-se nesta tipografia edições em várias outras línguas.

● Mais dez patriotas, entre eles uma jovem de 22 anos, foram condenados à morte pela ditadura militar do Xá Reza Pahlevi, no Irão. A Confederação dos Estudantes Iranianos acusa a reacção do seu país por mais este crime e considera ilegal o tribunal militar que julgou os militantes, condenados até por «crimes» cometidos no exterior quando se encontravam a ferros nas prisões do Xá. Os estudantes fizeram um apelo a todos as forças progressistas do mundo para que organizem uma campanha de protesto contra a barbárie do regime iraniano, à semelhança da que organizaram quando foi das últimas condenações à morte ordenadas pelo regime fascista de Franco.

● Na Hungria, durante o período do 5.º Plano Quinquenal, de 1976 a 1980, as necessidades de energia eléctrica aumentarão entre 7 e 7,5 por cento em cada ano. A produção de energia eléctrica passará de 24,4 mil milhões de quilovátios-hora, em 1975, para 35 mil milhões em 1980. O consumo de ponta foi de 4200 MW em 1975 e, segundo as previsões, atingirá 6100 MW em 1980.

● A economia chilena, sob o fascismo, atravessa a crise mais grave de há muitos anos para cá. A fome, a mortalidade infantil, o desemprego a desorganização da produção em numerosos ramos da indústria, o esvaziamento do tesouro, o aumento da dívida externa e a redução do rendimento nacional atingem um ritmo assustador. A «terapêutica de choques», recomendada pelos peritos americanos em 1975, deu resultados miseráveis, que o povo chileno paga duramente.

## Um sistema corrupto e corruptor

A Prensa Latina informa de Havana que o embaixador da Colômbia em Portugal, Hernando Correa Cubides, general reformado e ex-ministro da Defesa, é uma das personalidades abrangidas pelo inquérito ordenado pelo presidente colombiano, Alfonso Lopez Michelsen, aos subornos da companhia americana «Lockheed».

O Senado americano acusou recentemente aquela fábrica de aviões de ter pago grandes somas a altos funcionários e dirigentes de vários países, entre os quais dois ex-comandantes da Força Aérea colombiana, os generais reformados Armando Urrego Bernal e José Ramon Calderon Molano e dois ex-ministros da Defesa, o general reformado, Gerardo Ayerbe Chaux e o actual embaixador no nosso país.

Outro oficial na reforma, o coronel Álvaro Baquero Calderon, também terá de prestar contas. Em 1968, estava encarregado de adquirir dois aviões «Hercules C-130» à companhia «Lockheed». Hoje, possui uma empresa de aviação de sociedade com dois ex-funcionários daquela firma.

**A corrupção ao mais alto nível é um dos esteios do capitalismo e quanto mais próspero, na aparência, mais corruptor se apresenta e mais corrupção provoca. Assim é o capitalismo americano na sua fase do imperialismo, exportando dinheiro e crimes, pois a política dos monopólios americanos quando não pode corromper mata. Assim morreram homens como Allende que deram a vida para salvar os seus povos desse sistema corrupto e corruptor.**

## A ameaça imperialista no Atlântico Sul e a nova viagem de Kissinger

O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, tratará de dois assuntos principais na sua visita ao Brasil: a situação em Angola e o projecto de pacto militar do Atlântico Sul. A informação foi obtida nos meios diplomáticos latino-americanos e africanos das Nações Unidas, consultados a propósito da viagem de Kissinger, que teve início na última segunda-feira e se prolongará pelo Peru, Venezuela, Colômbia e Costa Rica.

Nos meios diplomáticos das Nações Unidas são assinaladas, a propósito, as recentes contradições (tornadas públicas) entre o Brasil e os Estados Unidos sobre aqueles dois assuntos, a que Washington e Brasília atribuem grande importância.

Ao mesmo tempo, recomeçou, nos últimos dias, tanto ao nível oficial como na imprensa pró-governamental, a campanha destinada a criar um clima psicológico para a eventual constituição de um pacto militar para o Atlântico Sul, ao qual se juntariam, além do Brasil e dos Estados Unidos, a África do Sul e, eventualmente, a Argentina.

Num editorial dedicado ao assunto, o oficioso «Jornal do Brasil» assumiu, ultimamente, uma posição abertamente contrária à luta de libertação do povo angolano, apelando para os Estados Unidos e para as nações mais poderosas do Ocidente, a fim de lançarem um formidável Vietname africano.

O novo comandante da Marinha Brasileira, vice-almirante Roberto Mário Monerat, declarou em meados de Janeiro, quando entrou em funções, que «a segurança do país depende da segurança do mar», pelo que acentuou a necessidade de manter o domínio sobre as linhas do comércio marítimo brasileiro, incluindo «as internacionais de longo curso, nomeadamente no Atlântico Sul».

Pela mesma altura, o novo chefe do Comando-Geral do Ar, brigadeiro Délio Jarim, declarava que a «aeronáutica continua preparada para a defesa e observa o desenrolar dos acontecimentos em África», acrescentando que «o plano de segurança poderá ser modificado com vista a garantir as rotas brasileiras no Atlântico Sul».

No meio desta histeria belicista, a existência de contradições entre Brasília e Washington surgiu à luz do dia, tanto sobre a questão de Angola como acerca do pacto militar previsto. O diferendo foi assinalado a partir de uma entrevista do «Estado de São Paulo» com o secretário de Estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos, Edward Mulcahy, que, falando dos projectos para o Atlântico Sul, revelou que o seu governo tinha advertido Brasília contra os perigos de um reconhecimento, embora ambíguo, do governo legítimo de Angola por parte do Brasil.

O Ministério brasileiro nos Negócios Estrangeiros publicou um desmentido, que a embaixada norte-americana lhe enviara, mas nele não são refutados os aspectos essenciais das declarações.

Posteriormente, embora o mesmo Ministério tenha divulgado a sua opinião sobre o assunto, a embaixada americana emitiu, por seu turno, outro desmentido, o que revela a existência evidente de alguns pontos de desacordo entre Washington e Brasília, ainda que não expostos claramente.

O segundo comunicado da embaixada americana veio confirmar, de facto, a existência de pressões sobre o Brasil no sentido de este país modificar a sua política relativamente a Angola, indicando que era mantida com o governo de Brasília «uma troca constante de informações e pareceres sobre a situação em Angola».

Quanto ao Atlântico Sul, o documento assinala que os Estados Unidos estavam preocupados com a situação na África austral. Embora o comunicado evite qualquer referência directa à posição de Washington quanto ao pacto militar, o teor do mesmo é considerado uma confirmação da atitude americana, favorável à iniciativa.

Neste contexto é evidente — indicam os meios diplomáticos da ONU — que o Atlântico Sul e Angola, bem como os pontos de desacordo brasileiros e norte-americanos sobre o assunto, estarão no centro das conversações de Kissinger com os governantes militares brasileiros.

**Kissinger viaja de novo por conta das multinacionais americanas, que vêem fugir-lhes uma presa de eleição. E pensa na guerra. O ignora «Jornal do Brasil» fala de «um formidável Vietnam»...**

**Angola independente e soberana, triunfando dos invasores do seu território, é uma dor de cabeça permanente para os fabricantes de genocídios, para todos os que estavam habituados a impor a exploração na ponta das armas.**

**A ameaça no Atlântico Sul é uma invenção do imperialismo. A União Soviética, Cuba e todos os países socialistas, ao solidarizarem-se com a luta do povo angolano, não procuram defender quais-**

**quer interesses expansionistas. Os países socialistas não têm interesses desse tipo em nenhum ponto do globo, nem pretendem alcançar esses objectivos quando põem em prática a solidariedade fraterna do internacionalismo proletário. Pretender o contrário é usar uma só bitola, a bitola imperialista americana, para medir os actos de povos que se afirmam precisamente pela luta contra o imperialismo.**

**As confusões deliberadas de Kissinger e dos seus pares no Brasil e em Pretória, não são as confusões dos povos. A única ameaça que pesa sobre o Atlântico Sul é a ameaça do pacto de guerra do imperialismo americano contra povos pacíficos, que querem apenas tomar nas mãos os próprios destinos, abrindo as portas a todos os povos que com eles queiram estabelecer relações mutuamente vantajosas e alheias a ingerências em todos os domínios.**

## O sionismo é uma ideologia racista

Iludidos pelas falsas promessas da propaganda sionista, judeus soviéticos deixaram o seu país para procurar fortuna em Israel. Mas cedo começaram a ver claro acerca da «terra prometida». A cada passo, deparavam com o racismo, a injustiça social, a desigualdade e a incerteza no futuro.

Numa conferência de Imprensa, a que assistiram recentemente em Moscovo jornalistas soviéticos e estrangeiros, alguns desses cidadãos regressados de Israel contaram as tristes experiências e os dramas que viveram.

A abrir a conferência, o camarada Sofinski, chefe do Serviço de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, lembrou que não existe qualquer «questão judaica» na União Soviética. Fala-se dela no Ocidente porque certos meios, no estrangeiro, tentam criá-la artificialmente para denegrir a URSS e caluniar a união livremente consentida dos povos soviéticos que gozam de direitos iguais independentemente da nacionalidade de cada um.

Esses meios, interessados em caluniar a URSS, incitam cidadãos soviéticos de nacionalidade judaica a emigrar para Israel, a fim de fornecerem a esse país mão-de-obra barata, que a soldadesca israelita utiliza como carne para canhão nas suas aventuras militares. Recorre, para esse fim, não só a subterfúgios propagandísticos, mas também a falsidades evidentes, como é o caso dos convites para instalação em Israel, enviados por indivíduos que não existem.

Das intervenções dos participantes na conferência destacamos:

— Regressei à URSS vindo dos Estados Unidos. Tinha fugido de Israel com a família: minha mulher, minha mãe e três filhos pequenos. Fugi de Israel depois de ter compreendido que os sionistas me fizeram participar nos seus crimes. Logo à chegada a Israel, começa-se a compreender claramente que os sionistas têm necessidade das nossas famílias para mais facilmente poderem colonizar os territórios árabes ocupados, disse V. Kouvent, natural da cidade de Naltchik.

Um engenheiro de Tachkent, I. Fuzailov, conta:

— As autoridades israelitas tratam de instalar os judeus imigrados ao longo da fronteira com os Estados árabes, nos «kibbutzim» dos territórios ocupados em 1967. O seu objectivo principal é criar com os imigrados vindos da URSS um tampão, um écran de protecção que possa em caso de guerra, encaixar o primeiro golpe.

— No Ocidente, os sionistas clamam que há uma «questão judaica» na URSS, diz, por sua vez, o motorista L. Kraiss. De facto, essa questão existe é em Israel. Milhares de famílias querem deixar o país. Mas fazê-lo é muito difícil. Cada imigrante tem um livrete de dívidas e todos estão mais ou menos cobertos delas. Não se podem livrar dessa sujeição. Quando alguém deseja partir, deve apresentar um documento confirmando que não tem dívidas. Além disso, até aos 60 anos ninguém escapa ao serviço militar.

Para deixar Israel é preciso uma autorização especial. Muitos dos nossos compatriotas, que vegetam em Israel, escrevem-nos e falam-nos do seu desejo de regressar à pátria.

Os judeus soviéticos nada têm de comum com os que vivem em Israel. Falamos línguas diferentes. Temos uma mentalidade diferente e outra maneira de viver. Os judeus soviéticos são membros de uma comunidade histórica nova, que é o povo soviético. Não fazem parte da «nação judaica mundial» inventada pelos sionistas.

— Com o meu marido e os meus dois filhos consegui deixar Israel e chegar a Viena, onde representantes soviéticos nos deram autorização para regressar à pátria, prossegue a mulher do ex-imigrante, Clara Kraiss. A vida em Israel era insuportável. É uma sociedade racista.

Os meus filhos iam à escola. Tinham de aprender por manuais como o «Sefer Hakoza», editado em Telavive. Segundo este livro pretende ensinar, a raça do povo de Israel é a melhor de todas as raças e o povo de Israel é o povo eleito entre os povos. Noutro manual, editado também em Telavive e aprovado pelo Ministério da Educação e da Cultura, lê-se: «Os judeus são a elite da humanidade», etc.

Eu e o meu marido somos totalmente contrários à ideia de que alguém intoxique os nossos filhos com o veneno do chauvinismo e do racismo. Em Israel, só tinham necessidade dos nossos filhos para combater a favor dessas ideias.

— Em Israel, debati-me com imensos problemas próprios desse país, disse I. Zeltser, engenheiro, de Tchernovitz. Por exemplo, as contradições e as animosidades entre os grupos étnicos, a divisão muito especial (não fortuita, mas de acordo com o regime desse país) entre pobres e ricos, entre «sabrehs» (população autóctone) e judeus naturais de outros países. Esta divisão tem um carácter de classe. O homem não tem segurança no futuro. Isso faz nascer o medo característico dos países capitalistas.

— Fui para Israel em Março de 1972. Levei minha mulher, os dois filhos e a minha mãe, diz B. Bravstein, engenheiro civil, de Kiev. Descobrimos que tudo nos era estranho nesse «Estado Judeu»: a cultura, a ideologia e mesmo a psicologia dos habitantes. A pretexto de se preocuparem com a sorte dos judeus soviéticos, persuadem-nos a partir para Israel onde, de facto, os judeus perdem a sua liberdade. Os fascistas e os sionistas têm um parentesco ideológico: uns e outros são racistas. Os soviéticos não podem, de forma nenhuma, aceitar essa ideologia. É para nós uma ideologia repugnante.

## Os maoístas aliados do imperialismo

O jornal cubano «Gramma» publica um editorial intitulado «O que é evidente para os revolucionários» onde, nomeadamente, se lê:

«Desde a época de Karl Marx, deixou de se ignorar que a luta de classes se manifesta não só à escala nacional como também à escala internacional. A expressão desse facto está, aliás, bem patente no imortal apelo marxista: *Proletários de Todos os Países, Uni-vos.*»

Cuba sabe muito bem o que o internacionalismo proletário, a solidariedade dos trabalhadores e de todos os povos do mundo e, muito especialmente a da comunidade socialista encabeçada pela União Soviética, significam para a revolução, para a independência e a soberania de um país que segue a via do socialismo.

A vitória da grande Revolução Socialista de Outubro, dirigida por Lênine, e a formação do sistema socialista mundial que se lhe seguiu, fizeram surgir a contradição essencial da nossa época. É uma contradição que opõe o sistema do socialismo, que não cessa de progredir e de se desenvolver, ao sistema capitalista que se encontra na decadência.

Enquanto no mundo não forem destruídas todas as formas de opressão e de exploração do homem pelo homem, as posições revolucionárias na política internacional só poderão ser justas quando se basearem nessas premissas, bem claras para os que lutam honestamente pela libertação nacional, pelo socialismo e pela paz.

No caso contrário, é inevitável uma passagem para as posições do imperialismo e dos outros opressores dos povos. De todos os exemplos, que são numerosos e que poderíamos citar em apelo do que dizemos, tomemos este:

Numa das suas informações, a agência de Pequim «Hsin-Hua» manifesta ostensivamente a intenção de fazer propaganda no interesse do imperialismo americano na América Latina e nas Caraíbas, falseando a posição do socialismo neste território.

Cada linha, cada palavra dessa difamação, é dirigida contra Cuba e, claro está, contra a União Soviética. O objectivo é desculpar o imperialismo americano. Os dirigentes maoístas não dizem uma palavra sobre as 24 bases navais e instalações militares, que os Estados Unidos mantêm nas Caraíbas, nomeadamente acerca da base naval de Guantanamo e das bases existentes nos territórios do Panamá, Porto Rico e outros países.

Os dirigentes de Pequim — prossegue o jornal — estão descontentes por a União Soviética comprar açúcar e níquel a Cuba. Outra coisa não se poderia esperar dos que, em 1966, se ligaram ao bloqueio que o imperialismo nos impôs.

Tendo-se libertado completamente do domínio imperialista dos EUA e tendo conquistado inteiramente a soberania nacional, Cuba constrói o socialismo e orgulha-se das suas relações com a União Soviética e do papel que esta desempenha na América Latina e nas Caraíbas — acentua o «Gramma».

A importância das relações cubano-soviéticas, exemplo de internacionalismo proletário e de cooperação entre os países socialistas, foi brilhantemente caracterizada pelo camarada Fidel Castro, no seu relatório ao I Congresso do nosso Partido.

Acentuando o papel desempenhado pela solidariedade internacional na revolução cubana, Fidel Castro citou factos reais que desmentiram as declarações caluniadoras da direcção maoísta. Disse o camarada primeiro-ministro: sem a ajuda permanente, resoluta e generosa do povo soviético, a nossa pátria não poderia enfrentar o imperialismo. A União Soviética começou a comprar o nosso açúcar quando os Estados Unidos, perfidamente, nos privaram do seu mercado. O povo soviético forneceu-nos matérias-primas e combustíveis, que não podíamos adquirir em nenhum outro país. O povo soviético enviou-nos armas gratuitamente para com elas combatermos os mercenários em Playa Giron e para equiparmos as nossas forças armadas, de modo a fazer pagar caro aos Estados Unidos qualquer agressão directa. O povo soviético prestou-nos uma ajuda económica inestimável durante os anos difíceis do bloqueio económico.

Milhares de especialistas militares e técnicos soviéticos ajudaram-nos a instruir os efectivos das nossas forças armadas e prestaram-nos uma ajuda concreta em todos os domínios da nossa economia. Os sonhos internacionalistas de Marx, Engels e Lênine encarnam na solidariedade com Cuba, país que se encontra a milhares de milhas da URSS, e a imortal Revolução de Outubro exerceu enorme influência no destino do nosso Continente.

Cuba declara ao mundo inteiro essa grande verdade, escreve o «Gramma», que conclui: cada dia se torna mais evidente para todos que, contrariamente aos interesses dos povos, a política externa dos maoístas serviu o imperialismo.

**KONSTANTIN ZARODOV  
e IB NÖRLUND**

**VITALIDADE  
E ACTUALIDADE  
DO MARXISMO-  
LENINISMO**

Colecção  
«Problemas  
da Paz  
e do Socialismo»



Konstantin Zarodov e Ib Nörlund  
Colecção «Problemas da Paz e do Socialismo», n.º 15

«A doutrina de Marx é omnipotente porque é justa»

LENINE

# ANGOLA NO LIMAR DA LIBERTAÇÃO TOTAL

O povo de Angola, unido em torno da sua vanguarda revolucionária — o MPLA — esmaga no solo africano a agressão imperialista

Observadores políticos e a imprensa referiram-se várias vezes nos últimos dias a um reconhecimento iminente ou pelo menos muito próximo da República Popular de Angola por parte do Governo Português. Gorada por enquanto essa proximidade, subsistem ainda assim os indícios de que essa atitude, há muito exigida pelo movimento operário e popular, bem como por todas as forças democráticas e progressistas do nosso País, se concretizará brevemente, por não restar outra saída às forças que se opõem ao reconhecimento oficial do MPLA, da RPA e do seu Governo legítimo.

Por seu lado, o nosso Partido, prosseguindo na orientação justa que sempre adoptou e que verdadeiramente interessa ao Povo Português, afirmava há dias numa nota sobre as vitórias militares e políticas do MPLA: "Razões de diversa ordem impõem uma urgente e clara posição de reconhecimento do legítimo Governo angolano. De entre essas razões, destacam-se as que decorrem do imperativo histórico de conduzir com firmeza e até ao fim uma política coerente com os princípios que orientaram a descolonização e que abra caminho a um futuro de relações fraternas entre Portugal e Angola. Mas outras razões são igualmente de considerar. A indecisão das autoridades portuguesas nesta matéria está a comprometer as relações de Portugal com as antigas colónias e com os demais países progressistas, a causar sérios embaraços a uma cooperação mutuamente vantajosa com esses países e a provocar grandes danos a certos sectores da economia nacional, designadamente os da marinha mercante e pescas.

Por todas estas razões, o PCP saúda igualmente todas as diligências, esforços e iniciativas tendentes a vencer as resistências que se opõem ao reconhecimento do Governo da República Popular de Angola por parte de Portugal."

Essas resistências serão abolidas. A realidade que se vive em Angola não pode ser ignorada por mais tempo, sobretudo por quem tem responsabilidades no Governo do nosso País. "O povo angolano — afirma ainda o nosso Partido —, sob a direcção do Movimento Popular de Libertação de Angola e com o apoio activo de forças progressistas do mundo inteiro, está a levar a vencida, numa segunda guerra de libertação, as forças reacçãoistas do imperialismo, alcançando grandes vitórias nos

campos militar, político e diplomático.

As grandes vitórias militares estão a confirmar no terreno uma superioridade que só é possível quando se conta com uma real implantação e apoio popular, exuberantemente demonstrada pelo acolhimento que recebe o avanço das forças de libertação. As vitórias políticas e diplomáticas, por sua vez, estão a demonstrar que a razão do povo angolano é mais forte que as pressões do imperialismo para impedir a sua completa libertação."

A UPA/FNLA deixou de semear a violência e o terror em Angola. As últimas tropas do bando de Holden Roberto desapareceram do país depois de libertada a cidade de São Salvador do Congo, perto da fronteira com o Zaire, ao norte do território angolano. As FAPLA deixaram de encontrar a mínima resistência organizada em qualquer das regiões do país. Depois da libertação do Moçico (ex-Luso), o Governo legítimo da República Popular de Angola domina, inclusivamente, todo o caminho-de-ferro de Benguela, a principal via de comunicação angolana, vital para as exportações de alguns países vizinhos. No Sul, já sem o apoio do exército regular da África do Sul, e dos mercenários do ELP, que fugiram desordenadamente para a Namíbia, o que resta da UNITA são pequenos grupos sem comando, que vaguem pelo mato, assaltando e pilhando populações indefesas. Quanto aos invasores sul-africanos, só lhes resta a retirada para lá da fronteira com a Namíbia.

A imprensa britânica assegurava, precisamente há dias, que o Governo da Norstria não tem outra alternativa senão o reconhecimento da RPA e o regresso das tropas. Uma emissão da Rádio Luanda, captada há dois dias em Joanesburgo, afirmava que os soldados sul-africanos teriam de abandonar por completo o território angolano. Caso contrário, o MPLA teria de usar a força para o fazer.

A mesma emissão assegurava que, dentro de um mês, não haverá a mínima parcela de território fora do controlo completo do Governo legítimo da República Popular de Angola.

Mas os êxitos decisivos não se limitam ao campo militar. No campo diplomático têm sido notórios os sucessos do novo Estado independente. Tinta e seis países africanos já reconheceram a RPA sob a presidência de Agostinho Neto. O bloco de países da CEE deve fazê-lo ainda esta semana. Quanto a Zaire e a outros países, como a Zâmbia, todos os dias melhoram as perspectivas de um reconhecimento, que certamente não tardará.

Recentemente, em Saurimo, o primeiro-ministro, Lopo do Nascimento, lembrou que "o povo do Zaire é nosso irmão", explicando ao mesmo tempo que os angolanos não são inimigos do povo zaireense como ele não é inimigo do povo de Angola. "Infelizmente — prosseguiu — o Governo do Zaire lançou-se numa política de ocupação, de interferência. Mas não nunca dificultaremos o seu acesso à costa, direito internacional que sempre respeitaremos."

Com a Zâmbia também Angola está pronta a cooperar, logo que seja possível, disse ainda Lopo do Nascimento, lembrando que "Angola é um teste para as forças progressistas e, por isso, consideramos necessário e urgente — acrescentou — o reforço da unidade africana em princípios claros e progressistas."

Referindo-se a Portugal, o chefe do Governo angolano realçou a solidariedade militante com "o bom e generoso povo português, nosso aliado na longa luta contra o colonial-fascismo" e deixou bem claro que a luta comum passa apenas por "uma ligeira paragem, porque nada, nem ninguém, consegue travar o caminho da História".

## O POVO AMERICANO NÃO SE CONFUNDE COM O IMPERIALISMO

Chegou, entretanto, a Luanda uma delegação do Movimento Nacional Anti-imperialista dos Estados Unidos. Tommy Monteiro, dirigente do Movimento e chefe da delegação declarou que "o povo americano impedirá que a administração dos Estados Unidos da América arraste o país para a guerra imperialista em Angola".

As acções da administração americana, que prestam apoio às organizações fantoches da FNLA e da UNITA, na luta contra o MPLA, são condenadas por amplos círculos da opinião pública americana. O abismo que existe entre o Governo e o povo na questão de Angola — declarou ainda Tommy Monteiro — aprofunda-se cada vez mais, pois a despeito da vontade das massas, a administração procura obstinadamente arrastar os EUA para a agressão contra a República Popular de Angola.

Actualmente, desenvolve-se no país uma activa campanha política contra a ingerência americana em Angola, que abraça vastos sectores da opinião pública — assinalou o dirigente do Movimento Nacional Anti-imperialista.

Por exemplo, em 19 de Janeiro — prosseguiu — realizou-se em Washington uma marcha de protesto contra a agressão em Angola. Em 20 de Janeiro, houve uma manifestação em frente do consu-

lado sul-africano, em Los Angeles. Entre 15 e 22 do mesmo mês, em todos os Estados Unidos, foi promovida a "Semana de Solidariedade com a Luta do Povo Angolano", dirigido pelo MPLA, contra a agressão imperialista. Planeia-se, entretanto, uma série de outras iniciativas de apoio ao MPLA — disse ainda Tommy Monteiro.

É justamente a pressão da opinião pública do país — acrescentou — que pode explicar o facto de o Congresso Americano ter recusado a administração as verbas para a guerra em Angola. Não ajudaram todos os apelos do secretário de Estado, Kissinger, que tentava intimidar os congressistas com a pretensa expansão da influência soviética.

Tommy Monteiro assinalou que a propaganda ocidental procede a uma espalhafatosa campanha anticomunista e anti-soviética em torno da questão de Angola, esperando mobilizar as forças reacçãoistas sob a bandeira do anticomunismo.

Mas também isso não proporciona os resultados desejados — acrescentou o dirigente do Movimento, cujas declarações foram recolhidas pelo "Diário de Luanda". Os americanos não se deixam enganar com as conversas sobre o "perigo comunista" e não permitirão que o país seja envolvido numa nova guerra suja, concluiu Tommy Monteiro.

A intervenção em Angola é consequência de uma vasta conspiração imperialista, dirigida não só contra Angola, mas também contra a independência de todos os países da África.

As acções dos racistas sul-africanos não podem ser qualificadas de outra maneira senão como agressão declarada contra a independência e a integridade territorial da jovem República, em aberta violação da carta da ONU. Em Dezembro de 1974, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por unanimidade um documento em que se define a agressão, tendo exortado todos os Estados a "abster-se de todos os actos de agressão" no artigo da "Determinação da Agressão".

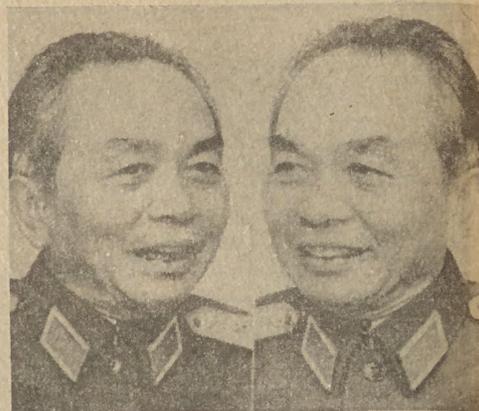
Qualificam-se como actos de agressão a invasão ou ataque de forças armadas de um Estado contra o território de outro Estado, assim como "o envio por um Estado ou em nome deste Estado de bandos, de grupos, forças irregulares ou mercenários armados que efectuem actos de emprego da força armada contra outro Estado... ou uma participação considerável do primeiro Estado nestes actos". A invasão armada directa de Angola por parte da África do Sul situa-se plenamente neste quadro definido pela ONU.

São ridículas as tentativas de

imprensa ocidental para justificar os racistas sul-africanos com alegações sobre o "perigo comunista para a África" e a "ameaça para o mundo civilizado", que teria surgido em consequência da chegada ao poder das forças revolucionário-democráticas em Angola. Numa declaração especial do Secretariado da Organização da Unidade Africana, as violências praticadas pelas tropas racistas em Angola são definidas exactamente como agressão. Ainda de acordo com a citada "Determinação da Agressão", esta não pode ser justificada por nenhum motivo e será sempre "intervenção agres-

siva e um crime contra a paz internacional". Assim se justifica, por parte dos países africanos progressistas, a indignação provocada pelo facto dos dirigentes da FNLA e da UNITA actuarem em estreita cumplicidade com os racistas nas suas acções criminosas.

Também os círculos reacçãoistas dos EUA não ficam atrás dos agressores sul-africanos. Na verdade, na conspiração da reacção interna e externa contra a Angola independente, desempenham um papel activo certos departamentos dos EUA e, em primeiro lugar, a CIA.



O general Giap, herói vietnamita da luta contra o colonialismo e o imperialismo

## A NOVA FACE DO VIETNAME

Liberto da agressão imperialista, o povo vietnamita cura as feridas do passado. Nas palavras do general Giap, a confiança no futuro, a certeza do socialismo

Modificou-se o aspecto de Saigão. Os edifícios estão engalanados com bandeiras da República do Vietnam do Sul e da República Democrática do Vietnam. Muitas ruas têm os nomes dos heróis nacionais ou dos acontecimentos mais marcantes da luta revolucionária; nos cruzamentos mais movimentados, grupos de jovens dirigem o tráfego. Uma grande exposição, recorda o alto preço que um Povo pagou pela liberdade: fotografias, documentos, colunas com números. Trezentos e setenta mil órfãos, dezenas de milhares de vítimas do *napalm*... Dados dos prejuízos que sofreu a economia.

Agora, a vida tem um tranquilo ritmo de trabalho. Aos comités revolucionários populares, surgiram muitos e difíceis problemas, mas são resolvidos. Nos primeiros seis meses após a libertação foram distribuídos entre os habitantes mais de 15 000 toneladas de arroz. A ajuda chegou da RDV e dos países socialistas. Os camponeses que Thieu obrigava a viver nas "aldeias estratégicas", regressam aos seus lares. Recolheu-se a primeira colheita de arroz depois da guerra. Houve especuladores que trataram de aproveitar-se das dificuldades e foram descobertos depósitos com grandes quantidades de víveres, imediatamente confiscados e distribuídos pelas redes comerciais do Estado a preços muito mais baixos do que no comércio privado.

Uma das principais preocupações dos comités populares revolucionários, dos sindicatos e de outras organizações de massas, é garantir o trabalho a todas as pessoas. Durante o regime de Thieu, quase 80% dos trabalhadores estavam desempregados e quando as tropas patrióticas entraram na cidade, a maior parte das empresas estavam paralisadas. Hoje, centenas de empresas estão em laboração e graças ao auxílio da União Soviética, Saigão tem garantido quase todo o combustível de que necessita. Mais difícil é a situação que respeita às matérias-primas e por isso se calculam cuidadosamente todas as reservas disponíveis e se distribuem organicamente pelas fábricas. Os sindicatos, desempenham um papel activo na gestão da economia.

Nos arredores de Saigão fica o complexo têxtil de Socovina, funciona já desde Maio. O antigo proprietário fugiu para o estrangeiro nas vésperas da libertação e, actualmente, todos os problemas relacionados com a produção, matérias-primas e organização do trabalho, são resolvidos pela nova administração em cooperação com o comité sindical. «A fábrica é a tua casa e tu és o seu dono», diz-se hoje no Vietnam do Sul. Todos os trabalhadores do complexo participam na emulação socialista. Em conjunto, discutem como aumentar os «stocks». Mas o sindicato não se ocupa só com os problemas de produção: organizaram-se cursos para os operários, biblioteca, cantina e um clube.

Ainda há pouco tempo se inaugurou em Saigão um clube operário equipado com tudo o necessário para

o repouso dos trabalhadores: uma biblioteca, salas e estúdios para os grupos dos amadores de arte, instalações desportivas. Montou-se uma exposição de obras de arte feitas pelos operários das empresas de Saigão.

Representantes de vastos sectores do Vietnam do Sul expressam o desejo ardente de que se restabeleça, rapidamente, a UNIDADE DO Vietnam.

### DECLARAÇÕES DE GIAP

É esta a nova face do Vietnam do Sul libertado. E parece-nos oportuno regi-

qui pretendia utilizar o Vietnam para medir forças com as forças revolucionárias do mundo, como campo de experiências para as suas estratégias de guerra de agressão destinadas a liquidar o movimento de libertação nacional, a fazer retroceder o desenvolvimento do socialismo e a opor-se a toda a guerra revolucionária dos povos. No entanto, o imperialismo yanqui fracassou estrondosamente. O povo vietnamita obteve um glorioso triunfo e escreveu uma das epopeias mais heróicas da história das guerras revolucionárias dos povos da época contemporânea.

O povo vietnamita ven-

são também os nobres objectivos da luta dos povos do mundo na época actual, iniciada com a Grande Revolução de Outubro, em que toda a humanidade marcha para o socialismo.

A luta patriótica do nosso povo contra a agressão yanqui está de acordo com a lei da evolução histórica, e contribui para impulsionar o desenvolvimento poderoso das correntes revolucionárias. Por tais razões, essa luta contou com a simpatia e apoio de toda a humanidade progressista, e em primeiro lugar dos países socialistas, entre os quais o país irmão de Cuba. Nesta batalha, a força de um povo combina-se com a força da época para gerar uma força global que aponta contra o imperialismo yanqui, derrotando-o passo a passo e alcançando finalmente a vitória total.

A vitória do povo vietnamita demonstra, além do mais, que já passou para sempre o tempo em que o imperialismo internacional, encabeçado pelo norte-americano, podia fazer e desfazer à sua vontade no mundo. O imperialismo demonstrou as suas profundas deficiências e o seu debilitamento global. O povo vietnamita, que viu claramente a sua natureza ultra-reacçãoista e o limite do seu poderio, pôde triunfar mantendo firme o pensamento da ofensiva estratégica. A vitória do nosso povo confirma a grande verdade da época actual de que um povo por mais pequeno que seja, se estiver unido, disposto a combater e armado de orientação política e militar correctas, se souber jogar plenamente com as suas potencialidades e ganhar a simpatia e apoio internacionais, é absolutamente capaz de derrotar qualquer forma de guerra de agressão imperialista, incluindo a yanqui, desbaratar completamente todos os seus intentos colonialistas e neocolonialistas, conseguir a plena independência da Pátria e a verdadeira paz na independência e liberdade.

P — Em que ponto se encontra o processo de reunificação do Vietnam?

R — O Vietnam é só um, a nação vietnamita é só uma. Presentemente estamos a completar o processo de reunificação do país, de que é um factor importante a reunificação estatal. O nosso povo, de Norte a Sul, prepara-se para as eleições gerais a fim de eleger uma assembleia nacional para todo o país. Esta assembleia determinará as instituições do Estado, elegerá os órgãos de direcção estatal e definirá a nova Constituição do Vietnam reunificado.



15 ANOS DE LUTA ANTI-IMPERIALISTA

## DELEGAÇÃO DO PCP NA CHECOSLOVÁQUIA

A viagem do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, e do camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC, a diversos países do campo socialista contribuirá para o estreitamento das relações de amizade entre o PCP e os partidos comunistas e operários irmãos

Na sua visita a países socialistas, iniciada na passada segunda-feira, a primeira escala da delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e António Gervásio, foi em Praga, capital da Checoslováquia. No final da visita foi distribuído o seguinte comunicado conjunto:

"A convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, visitou em 16 e 17 de Fevereiro de 1976 a República Socialista da Checoslováquia uma delegação do Partido Comunista Português composta pelo seu secretário-geral, Álvaro Cunhal, e pelo membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, António Gervásio.

Durante a sua estadia na RS da Checoslováquia, a delegação teve conversações com Gustav Husak, secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, e com Vasil Bilak, mem-

bro da Presidência e secretário do Comité Central do PC da Checoslováquia. As conversações dos chefes do PC da Checoslováquia e do PCP passaram-se num ambiente amistoso de absoluta compreensão mútua e de solidariedade internacional.

No decurso das conversações as duas partes constatarem que as relações entre o PC da Checoslováquia e o PCP gozam-se consequentemente pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, na base dos quais se desenvolve com êxito a colaboração entre os dois partidos irmãos.

Os dirigentes do Partido Comunista da Checoslováquia exprimiram um pleno apoio para os comunistas portugueses, na sua determinação firme e resoluta de salvaguardar e consolidar as conquistas democráticas funda-

mentais do povo português conseguiu à custa de enormes sacrifícios após quase meio século de regime fascista.

Os comunistas checoslovacos e todo o povo trabalhador da Checoslováquia estão completamente ao lado do PCP, de todas as forças democráticas e progressistas na sua luta contra a ingerência das forças imperialistas internacionais nos assuntos internos de Portugal, contra os ataques permanentes da reacção interna e externa aos direitos e liberdades e outras conquistas democráticas do povo português.

Os representantes do PCP apreciaram durante a sua visita as importantes realizações alcançadas pelo povo trabalhador da Checoslováquia sob a direcção do seu PC da Checoslováquia, cumprindo as tarefas marcadas pelo XIV Congresso do PC da Checos-

lováquia para a sua política interna e externa e expressaram a solidariedade dos comunistas portugueses para com a Checoslováquia socialista.

As conversações dos dirigentes do PC da Checoslováquia e do PCP confirmaram que entre os dois Partidos irmãos existe uma plena concordância de opiniões sobre todos os problemas examinados. Os dois Partidos continuam a consolidando a sua unidade e aprofundando a sua colaboração fraternal que constitui importante factor para o desenvolvimento das relações de amizade e colaboração entre o povo checoslovaco e o povo português e entre os dois países. Os dois Partidos desenvolverão os seus esforços no sentido da consolidação do movimento comunista e operário internacional, no interesse da causa da paz e do socialismo na Europa e no mundo."